

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE SABERES CULTURAIS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA**



CARMEN REGINA FERNANDES LISBOA



**FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO PARÁ:
ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DO MENOR INFRATOR (1967 A 1979)**

**BELÉM-PA
2025**

CARMEN REGINA FERNANDES LISBOA

**FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO PARÁ:
ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DO MENOR INFRATOR (1967 A 1979)**

Texto apresentado à Banca Examinadora como requisito de defesa da Dissertação de Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

**BELÉM-PA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com o ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará

L769f Lisboa, Carmen Regina Fernandes
Fundação do bem-estar social do Pará: assistência e educação do menor infrator (1967 a 1979) / Carmen Regina Fernandes Lisboa. — Belém, 2025.
132f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em educação) - Universidade do Estado do Pará, Campus I - Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), 2025.

1. Fundação do bem estar social do Pará. 2. Menor infrator. 3. assistência e educação . 4. História da educação. I. Título.

CDD 22.ed. 370

CARMEN REGINA FERNANDES LISBOA

**FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO PARÁ:
ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DO MENOR INFRATOR (1967 A 1979)**

Texto apresentado à Banca Examinadora como requisito de defesa da Dissertação de Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

Data da defesa: 16/12/2024

Banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Doutora em História da Educação (UNICAMP).

Marinaldo Pantoja Pinheiro
Examinador(a) Interno (UEPA)

Tânia Regina Lobato dos Santos
Examinador(a) Interna (UEPA)

Laura Maria Araújo Alves
Examinador(a) Externa (UFPA)

**BELÉM-PA
2025**

Dedico esse trabalho aos meus pais, Norma e Carmo Lisboa, meus eternos mestres da vida.

AGRADECIMENTOS

Nesse espaço tão pequeno em relação ao tamanho de minha gratidão aos que contribuíram para que eu chegasse até esse momento, venho agradecer primeiramente aos meus pais, Carmo e Norma Lisboa, meus mestres de vida que sempre estiveram ao meu lado, apoiando e torcendo para que meus sonhos se concretizassem em conquistas.

Agradeço a minha orientadora, Professora Dra. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França, uma pessoa ímpar, empática e gentil em compartilhar seus conhecimentos.

Agradeço aos membros da banca, às professoras doutoras Laura Maria Araújo Alves e Tânia Regina Lobato dos Santos, e ao professor doutor Marinaldo Pantoja Pinheiro, que, com suas contribuições, enriquecem o meu trabalho.

Agradeço a instituição Fundação Socioeducativa do Pará (Fasepa), em contribuir na disponibilização dos documentos que compuseram a pesquisa que buscou resgatar a história de criação da instituição.

Agradeço aos meus amigos da Turma 18 que foram uma grata surpresa para mim, já que somos a primeira turma presencial pós pandemia. Aprendi sobre respeito, sobre aprender com a diversidade, sobre alegrar-se na dificuldade, sobre estar feliz com a felicidade do outro, e acima de tudo, sobre o ditado que diz “ninguém solta a mão de ninguém”, essa turma soube pôr em prática isso com maestria.

Gostaria de agradecer ao meu grande amigo/irmão, Wellington Santos, por todas as vezes que foi possível se fez presente como um amigo vibrante em minhas pequenas conquistas e nos momentos difíceis, espero e desejo que nossa amizade permaneça forte como tem sido até hoje. Minha gratidão.

Por fim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse desfrutar desse momento tão importante de minha formação acadêmica, deixo registrado minha gratidão.

Carmen Lisboa

*Para construir meu futuro precisei visitar meu passado.
Essa imersão nos fatos que ocorreram ao longo da minha vida
me ajudou a construir criticamente a história de quem eu sou e
de quem posso ser. Acredito que o trabalho do historiador é
essencial, e ele começa pelo estudo de sua própria história.*

Carmen Lisboa

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
Não para, não para*

Cazuza

RESUMO

LISBOA, Carmen Regina Fernandes. **Fundação do Bem-Estar Social do Pará: Assistência e Educação do menor infrator (1967 a 1979)**. 137 f. Texto de Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2024.

Este trabalho intitulado Fundação do Bem-Estar Social do Pará: Assistência e Educação do menor infrator (1967 a 1986), é produto de pesquisa de mestrado vinculado ao Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Pará, na linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia e ao Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA), na linha História das Instituições Educativas, Intelectuais e Impressos. A pesquisa tem como problema: Como se constituiu a assistência e a educação dos menores infratores na Fundação do Bem-Estar Social do Pará nos anos de 1967 a 1979 em Belém do Pará? Têm como objetivo geral analisar a assistência e a educação dos menores infratores atendidos pela Fbsp nos anos de 1967 a 1979 e como objetivos específicos identificar como se deu a criação e implantação dessa instituição; descrever suas ações de assistência com os menores infratores e analisar a educação com menores infratores assistidos pela Fbsp. A pesquisa documental na perspectiva da história cultural tem como fontes: Estudo base da implantação da Fbsp (1966), Relatório de atividades institucionais 1979 a 1982, Plano de Ação de 1983 a 1986, Relatório de atividades institucionais de 1983 a 1986, Relatório Anual da Fbsp de 1984, Cartilha Fbsp 1991, Relatório de atividades de 1993, fotos, Mensagens de governadores à Assembleia Legislativa de 1975 e 1978. A Fundação do Bem-Estar Social surge a partir da proposta de intervenção do Serviço Social do Gabinete do Governador Comandante Alacid Nunes, considerando as situações de vulnerabilidades sociais as quais diversos seguimentos da população estavam enfrentando nesse período, em especial os menores infratores, abandonados e carentes. A história da Fbsp manteve relação com a finalização dos atendimentos de outra instituição voltada para menores, o Educandário Nogueira de Faria, localizado na Ilha de Cotijuba, pois a Fbsp por meio de convênio passa executar as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar Social da Menor de 1964, e com isso tem a responsabilidade para com esses menores que anteriormente estavam internados no Educandário. Diferentemente das demais unidades de execução dessa política, a Fbsp não atendia exclusivamente o menor abandonado, carente e delinquente, mas também, o gerontino e a população socioeconomicamente vulnerável. No campo educacional, a Fbsp apresentou uma combinação de práticas externas ao ensino formal e atividades laborais com vida disciplinar. Embora essas práticas reflitam os modelos normativos de disciplinamento da época, a instituição também investiu em ações que promovem a socialização e o desenvolvimento de habilidades práticas. Essas iniciativas evidenciam esforços para ir além da lógica punitiva predominante, buscando promover a ressocialização e a reintegração dos menores à sociedade. Ainda que apresentasse avanços em alguns aspectos, a Fbsp apresentou desafios estruturais e operacionais que limitaram a plena efetividade de suas ações. Suas práticas assistenciais e educativas revelaram uma tensão constante entre o controle social e os objetivos de inclusão e ressocialização. Essa ambivalência reflete as contradições das políticas públicas do período, que frequentemente reproduziam desigualdades sociais, mesmo quando visavam combatê-las. A Fbsp era uma instituição singular em comparação com as demais FEBEMs existentes no território brasileiro, destacando-se por sua tentativa de combinação de práticas educativas e assistenciais, muito embora os menores fossem tutelados por meio de um sistema de internação.

Palavras-chave: Fundação do Bem Estar Social do Pará, Menor infrator, Assistência e Educação, História da Educação.

ABSTRACT

LISBON, Carmen Regina Fernandes. **Pará Social Welfare Foundation: Assistance and Education for juvenile offenders (1967 to 1979)**. 137 f. Dissertation Text (Master's in Education) – State University of Pará, Belém, 2024.

This work, entitled "Fundação do Bem-Estar Social do Pará: Assistance and Education of the Juvenile Offender (1967 to 1986)", is the product of master's research linked to the Graduate Program of the Universidade do Estado do Pará, in the research line of Cultural Knowledge and Education in the Amazon, and to the Research Group on the History of Education in the Amazon (GHEDA), in the line of History of Educational Institutions, Intellectuals, and Printed Matter. The research problem is: How was the assistance and education of juvenile offenders constituted at the Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp) in the years 1967 to 1979 in Belém do Pará? The general objective is to analyze the assistance and education of juvenile offenders served by FBESP in the years 1967 to 1979. The specific objectives are to identify how the creation and implementation of this institution took place; describe its assistance actions with juvenile offenders; and analyze the education of juvenile offenders assisted by FBESP. This documentary research, from the perspective of cultural history, uses the following sources: Basic study of the implementation of Fbesp (1966), Report of institutional activities 1979 to 1982, Action Plan from 1983 to 1986, Report of institutional activities from 1983 to 1986, Annual Report of FBESP from 1984, FBESP booklet 1991, Report of activities from 1993, photos, Messages from governors to the Legislative Assembly of 1975 and 1978. The Fundação do Bem-Estar Social (Fbesp) emerged from the intervention proposal of the Social Service of the Office of Governor Commander Alacid Nunes, considering the situations of social vulnerability that various segments of the population were facing in this period, especially juvenile offenders, abandoned and needy children. The history of FBESP was related to the end of services at another institution for minors, the Nogueira de Faria Educandário, located on Cotijuba Island. FBESP, through an agreement, started to implement the guidelines of the National Policy for the Well-being of Minors of 1964, and with this, it had responsibility for these minors who were previously hospitalized in the Educandário. Unlike other units that implemented this policy, FBESP did not exclusively serve abandoned, needy, and delinquent minors, but also the elderly and the socioeconomically vulnerable population. In the educational field, Fbesp presented a combination of practices external to formal education and labor activities with disciplinary life. Although these practices reflect the normative models of discipline of the time, the institution also invested in actions that promote socialization and the development of practical skills. These initiatives demonstrate efforts to go beyond the prevailing punitive logic, seeking to promote the resocialization and reintegration of minors into society. Although innovative in some aspects, Fbesp presented structural and operational challenges that limited the full effectiveness of its actions. Its assistance and educational practices revealed a constant tension between social control and the objectives of inclusion and resocialization. This ambivalence reflects the contradictions of public policies of the period, which often reproduced social inequalities, even when they aimed to combat them. FBESP was a unique institution compared to the other FEBEMs existing in Brazilian territory, standing out for its attempt to combine educational and assistance practices, although minors were supervised through an internment system.

Keywords: Fundação do Bem Estar Social do Pará, Juvenile offender, Assistance and, Education, History of Education

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Banco Digital de Teses e Dissertações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Cras	Centro de Referência de Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRM	Centro de Recuperação Masculino
CRT	Centro de Recepção e Triagem
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
Fasepa	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
Fbsp	Fundação do Bem-Estar Social do Pará
Febem	Fundação Estadual do Bem-Estar Social do Pará
Funabem	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Funcap	Fundação da Criança e do Adolescente do Pará
GHEDA	Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia
LA	Liberdade Assistida
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MSE	Medida Socioeducativa
NOB-RH/SUA	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
Seduc	Secretaria de Educação
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
Seteps	Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social
Uepa	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
Unama	Universidade da Amazônia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descritores de pesquisa em banco da CAPES e BDTD.	27
Quadro 2 – Levantamento realizado no Banco de Dissertações e Teses da Capes.	28
Quadro 3 – Levantamento no Banco Digital de Teses e Dissertações.	30
Quadro 4 – Documentos Institucionais encontrados na sede da Fasepa	40
Quadro 5 - Categorização dos menores segundo as legislações	60

LISTA FIGURAS

Figura 1 – Motivo do internamento de menores no Educandário Nogueira de Faria	67
Figura 2 - Registro de Painel de dados do Serviço Social de Gabinete do Governo	71
Figura 3 - Informativo da Fbsp sobre o primeiro plano trienal de trabalho da Fbsp	75
Figura 4 – Inauguração da 1ª Sede da Fbsp	78
Figura 5 – Menção sobre a inauguração da Fbsp em documentos da administração do Governador Alacid Nunes	78
Figura 7 – Fachada do Centro de Recepção e Triagem	82
Figura 8 – Fachada do Centro de Acolhimento Provisório	83
Figura 9 - Antiga sede da Agência da Família	85
Figura 10 - Atividades de menores atendidos pelo CIAM	86
Figura 11 - Entrada do Centro de Acolhimento Provisório Feminino	87
Figura 12 – Fachada da Creche Alacid Nunes	88
Figura 13 - Documento produzido pela Fbsp a respeito da proposta de reformulação da instituição	91
Figura 14 – Treinamento realizado pelo Sociólogo Pedro Demo no processo de transição institucional da Fbsp	92
Figura 15 - Espaços da Escola Fbsp	106
Figura 16 - Dormitórios e Banheiros coletivos da Escola Fbsp	109
Figura 17 - Cerimonias Institucionais da Fbsp	111
Figura 18 - atividades recreativas, culturais e manuais	112
Figura 19 - Uniformes utilizados pelos menores atendidos pela Fbsp	115
Figura 20 - Educação por meio do trabalho	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Motivações, problema, e objetivos da pesquisa	12
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	25
2.1 Levantamento bibliográfico.....	25
2.2 Tipo de pesquisa, fontes e perspectiva de análise de dados	37
3 POLÍTICA NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR: CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO PARÁ (FBESP)	46
3.1 O “problema do menor”: Códigos de Menores e Instituições de assistência e privação de liberdade no Brasil.....	47
3.2 A Fundação do Bem-Estar Social Pará (Fbsp): execução da política de assistência social.....	63
4 ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DO MENOR INFRATOR NA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO PARÁ	93
4.1 Assistência ao menor infrator.....	93
4.2 Educação dos menores infratores da Fbsp.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
FONTES	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

1 INTRODUÇÃO

1.1 Motivações, problema, e objetivos da pesquisa

Nas linhas que apresento sobre a pesquisa "Fundação do Bem-Estar Social do Pará: Assistência e Educação do Menor Infrator (1967 a 1986)", vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (Uepa), inicio com um breve relato sobre minha abordagem com o campo temático da socioeducação e das instituições educativas, além de como se constituiu o objeto de pesquisa que proponho investigar.

O interesse pela expansão do envolvimento do tema da socioeducação, especialmente sobre as medidas socioeducativas e o acompanhamento de adolescentes em situação de conflito com a lei, surgiu durante a graduação em Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Pará, entre 2011 e 2014. Esse interesse se aprofundou ao perceber que as possibilidades de atuação como futura pedagoga se expandiriam além do ambiente da sala de aula escolar. Assim, busquei, nos primeiros anos da graduação, participar de debates que me permitissem compreender a educação como uma característica presente em diversos espaços, para além da escola, o que consequentemente ampliaria o leque de minha atuação profissional.

No segundo semestre do curso, busquei estágio em uma Organização Não Governamental (ONG) que desenvolve trabalho social com adolescentes e jovens, visando a formação para a cidadania ativa, ecumênica e de educação popular, tendo como princípio metodológico o pluralismo político, de gênero, cultural e religioso.

A etapa foi fundamental para minha identificação com o trabalho de atendimento e acompanhamento de adolescentes e jovens, permitindo-me visualizar a educação como ferramenta essencial para a superação das condições de vulnerabilidade e risco a que esses indivíduos estão sujeitos. Além disso, ampliou minha perspectiva sobre o conceito de educação.

As atividades de pesquisa e atuação com adolescentes na ONG exigiram de mim leituras sobre educação em ambientes não escolares, educação social e instituições educativas. Esse aprofundamento teórico possibilitou a elaboração da minha monografia, que foi produto da pesquisa realizada em 2014, em dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O objetivo da pesquisa foi compreender como ocorre a atuação do pedagogo junto às equipes multidisciplinares nos serviços desse equipamento da Política de Assistência Social, que atendem a diversos públicos, entre eles, crianças e adolescentes.

O resultado da pesquisa apontou a relevância do pedagogo como agente estratégico nas equipes multidisciplinares, composto por psicólogos e assistentes sociais, na construção de práticas educativas externas à prevenção de situações de vulnerabilidade social. O estudo também destacou a forte influência da organização pedagógica nas temáticas discutidas pelos profissionais, contribuindo para o processo educativo de acordo com os objetivos propostos pelos serviços.

Entre os documentos levantados para a construção da monografia, destacam-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004; a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2014; os cadernos de orientações técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de 2009 e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de 2011; e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) de 2012. Esses documentos foram desenvolvidos para minha compreensão sobre os objetivos, públicos atendidos e fluxos de oferta dos serviços propostos, além de possibilitar a discussão sobre a abordagem entre a educação e o enfrentamento das expressões da questão social nas negociações pela política de assistência social.

A análise no CRAS, para a realização da pesquisa de campo, juntamente com o levantamento bibliográfico e documental, despertou minha atenção para o trabalho com crianças e adolescentes, especialmente no que diz respeito à violação de direitos, já que parte dos casos atendidos e acompanhados no CRAS foram contrarreferências do CREAS.

O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, que oferece trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, devido à violação de direitos, solicitações especializadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014), o CREAS oferece serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, incluindo: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Dos adolescentes encaminhados do CREAS para os CRAS, como parte dos recortes da minha pesquisa, destaco aqueles oriundos do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação

de Serviços à Comunidade (PSC), uma vez que esses serviços atendem adolescentes que cometeram atos infracionais.

De acordo com a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), entende-se por medidas socioeducativas aquelas descritas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; em inserção regime de semiliberdade; e internacionalização em estabelecimento educacional.

Os casos¹ acompanhados pelo serviço de medida socioeducativa cometeram atos infracionais, e por esse motivo estavam sob a condição de conflito com a lei, contudo, em alguns casos, eram encaminhados aos Cras por também estarem em uma condição sociofamiliar de vulnerabilidade, e por esse motivo eram público-alvo tanto do Cras quanto do Creas.

Essa vivência suscitou questionamentos sobre como é realizado o acompanhamento de adolescentes, especialmente nas medidas socioeducativas realizadas em regime fechado, como, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), consiste na internação de adolescentes em unidades exclusivas, com especificações separadas por idade, compleição física e gravidade da infração, em local distinto daquele destinado ao abrigo.

A institucionalização de crianças e adolescentes é um tema debatido quanto à sua eficácia no processo de ressocialização, uma vez que estudos acadêmicos apontam para a reincidência no cometimento de atos infracionais. Nesse contexto, a reflexão que se impõe foi sobre qual o papel da educação nesse processo, que não deixa de ser sancionatório, pois, conforme o ECA, as medidas socioeducativas visam à responsabilização do adolescente sob uma perspectiva pedagógica, com o objetivo de garantir sua integração social, sem desconsiderar a efetivação das disposições da jurisprudência, respeitando os limites previstos na lei.

Trata-se de uma medida privativa de liberdade externa para situações de cometimento de ato infracional de grave ameaça ou violência a pessoa. Por ser um ato reiterado, o período máximo de internação não pode ultrapassar três anos, sendo reavaliado a cada seis meses. Quando o limite de internação é atingido, o adolescente deve ser liberado para cumprimento

¹ Na prática do acompanhamento o sistema socioeducativo considera como unidade a prática do ato infracional cometido, sendo que um mesmo adolescente pode apresentar mais de uma situação de conflito com a lei, o que faz com que numericamente um adolescente venha a gerar mais de um caso a ser estudo.

de medida socioeducativa em regime de semiliberdade ou liberdade assistida, considerando que a liberação pode ser compulsória aos 21 anos de idade (Brasil, 2022).

Em 2015, ingressei no curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Especialização em Políticas Públicas e Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA), onde desenvolvi uma pesquisa bibliográfica sobre o acolhimento de profissionais atuantes no sistema de internação de adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas. Foi nesse momento que entrei em contato com estudos sobre a medida socioeducativa desenvolvida em meio fechado, especialmente sobre o histórico do atendimento a crianças e adolescentes no Brasil.

Como resultado da pesquisa, identifiquei que o processo de internação de adolescentes envolve uma intensa tensão, pois, apesar do discurso educativo apresentado nos documentos oficiais das instituições, como estatutos e Projetos Políticos Pedagógicos Institucionais, os técnicos, e principalmente os monitores, apresentaram uma visão negativa sobre o sistema socioeducativo como um todo. Essa visão indicava uma descrição na ressocialização dos adolescentes, especialmente considerando que os estudos analisados revelaram a presença de facções criminosas, o que tornou o trabalho desses profissionais ainda mais desafiador e estressante.

Após concluir a especialização em 2017, passei a atuar no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Marituba, onde vivenciei os primeiros desafios na construção de um perfil profissional e identificação das abordagens educativas voltadas com diversos públicos, como crianças, adolescentes, jovens, idosos, Pessoas com Deficiência (PCD) e pessoas em situação de rua. Nessa função, atuei diretamente na execução de Medidas Socioeducativas (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Nesse período, observa-se a reincidência de adolescentes em atos infracionais, o que os levam novamente às medidas socioeducativas em regime de semiliberdade ou liberdade assistida, além de outros casos em que os adolescentes cometiam atos infracionais graves, sendo orientados para medidas de internacionalização.

Na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS, 2011), o pedagogo não está incluído na composição da equipe de referência dos serviços. Desde os levantamentos que venho realizando na graduação, percebi que são poucos os trabalhos acadêmicos que abordam a atuação do pedagogo nesse ambiente não escolar e a importância da vida pedagógica nas medidas socioeducativas.

Em 2021, escrevi o artigo "A Relevância da Dimensão Pedagógica no Acompanhamento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas no CREAS", publicado na revista *Brazilian Journal of Development* no ano de 2021. O objetivo

do artigo foi discutir as contribuições das práticas educativas no processo de responsabilização de adolescentes e jovens em implementação de medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). O texto apresentou reflexões sobre a socioeducação, ampliando a concepção de educação e destacando as formas práticas em que ela se configura, além de analisar como a dimensão pedagógica tem se incorporada às atividades de integração de MSE. O desafio na compreensão da relevância da dimensão pedagógica nesse serviço reside na construção de ações e práticas, estabelecendo uma relação interdisciplinar entre as questões debatidas tanto no campo da Educação quanto nas temáticas sociais.

Em 2022, submeti ao processo seletivo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA) a proposta inicial de pesquisa intitulada "Práticas Educativas na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (FASEPA) entre os anos de 1993 a 2012", com o objetivo de analisar o viés pedagógico aceitação pelos técnicos que realizavam o acompanhamento de adolescentes em implementação de medidas socioeducativas em regime de internacional.

As adequações da minha proposta de pesquisa surgiram a partir da minha aprovação no processo seletivo de mestrado, na linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, e meu ingresso no Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA) da UEPA, que desenvolve pesquisas sobre educação na Amazônia em duas vertentes: História dos Processos Educativos Não Escolares na Amazônia e História das Instituições Educativas, sendo esta última a vertente à qual sou integrado.

O grupo de pesquisa ampliou minhas perspectivas em relação às discussões sobre socioeducação e a efetividade das medidas socioeducativas. Percebi a importância de pesquisas que estudam a história das instituições que precedem o que entendemos como sistema socioeducativo. A relevância está em tentar identificar os fios condutores das continuidades e rupturas no processo de internação de crianças e adolescentes.

Entre as disciplinas que cursei no mestrado, destaco *Pensamento Social e Educacional Brasileiro*, pois ela reforça a importância do estudo histórico das instituições educativas de internacional de crianças e adolescentes. Essas instituições, assim como outras, desempenham um papel significativo na constituição sociocultural da sociedade brasileira, difundindo concepções de educação que, por sua vez, refletem o pensamento social de cada momento histórico.

Também destaco a disciplina *Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação*, que foi fundamental para a reflexão sobre a História Cultural, abordando temas da cultura material

e imaterial que permeiam os processos educativos. Entre os autores discutidos, destaco Peter Burke (2005), que analisa a história "vista de baixo", com foco em grupos sociais esquecidos, como pessoas do campo, negros, operários, mulheres, crianças e adolescentes — sendo esses últimos o público que busca compreender em relação à atuação da Fbesp.

Nesse sentido, reforçamos a ideia de que tanto nas escolas quanto nas unidades socioeducativas, existem espaços onde atuam contradições e resistências. Apple (2001) afirma que não é por acaso que o foco crucial da crítica radical às instituições tenha se centrado na escola e, mais recentemente, nas instituições que atuam com educação. Segundo esse autor, as instituições desempenham um papel importante e podem atuar na contradição do sistema, tendo em vista “o conhecimento explícito e oculto nelas inseridos” (Apple, p. 49, 2001).

Nesse contexto, já faço alusão à concepção de Libâneo sobre uma instituição educativa, que é toda aquela que desenvolve práticas educativas. De acordo com Libâneo (2001), as práticas educativas não se restringem a ações exercidas na escola. O campo educativo é vasto, pois a educação ocorre em muitos lugares e sob diversas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política e na escola. Dessa forma, não se pode reduzir a educação ao ensino, nem a Pedagogia aos métodos de ensino. Nesse sentido, portanto, se há uma diversidade de práticas educativas, também existem diversas pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação, entre outras, além, é claro, da pedagogia escolar.

Dentro dessa linha de raciocínio, uma das justificativas necessárias para a relevância do estudo das instituições educativas de internação de adolescentes é o desenho histórico que antecede a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde a promulgação do Código Penal em 1890, surgiram, no âmbito nacional, as primeiras intervenções do Estado brasileiro registradas em lei, entre elas o Código de Menores de 1927, conhecido como Código de Mello Mattos, e o Código de Menores de 1979, que distribuiu a Doutrina da Situação Irregular e seus paradigmas. Esses marcos foram alvo de diversas críticas de estudiosos e movimentos sociais, que questionavam o tratamento dado aos considerados “menores”² nas instituições criadas para executar as disposições dessas leis.

Nesse aspecto, apesar do reordenamento legal indicar que o Estado estava atento às discussões e críticas que emergiam sobre o caráter punitivo das medidas de internação — que não alcançavam a ressocialização de crianças e adolescentes —, e que, portanto, deveria haver

² Os códigos de menores de 1927 e 1979 aludiam as discussões paradigmáticas se utilizando do termo menor para designar aqueles em situação de vulnerabilidades diversas, assim como desviantes da lei.

a tolerância do ato infracional, juntamente com uma abordagem educativa que possibilitasse o retorno ao convívio em sociedade, as mudanças nas legislações não foram acompanhadas de orientações claras para os profissionais que atuavam diretamente na execução do atendimento. As dúvidas surgiram quanto à operacionalização das medidas.

Zanella (2011) discute que era de se esperar essa repercussão, pois, sem apoio ou formação adequada, os profissionais ainda recorriam à única forma de socioeducação que conheciam: a repressão. Andrade (1997, p. 103) afirma que os conflitos eram estimulados "pelos funcionários, que viam uma possível rebelião como forma de retomar o antigo regime e, com ele, garantir o controle e o respeito dos adolescentes". Sales Filho (2004) destacou que os profissionais apresentavam descredibilidade na relação ao trabalho que realizavam.

Essas dúvidas emergiram da lacuna paradigmática que se constitui em torno da intervenção do Estado na relação às crianças e adolescentes, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Zanella (2011) nos lembra que, antes da aprovação da ECA, o modelo de atendimento implantado era o da antiga Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), executado pelas fundações derivadas dela, como a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). Essas instituições receberam diversas críticas e denúncias sobre o tratamento dispensado a adolescentes, um debate que foi estimulado pelo acesso ao estudo sobre as prisões, especialmente pela obra de Michel Foucault *Vigiar e Punir*, que condena a violência, a massificação e o poder disciplinar das instituições de atendimento, além da militância em torno da promulgação do ECA em 1990.

Para Zanella (2011), ainda existe confusão na idealização do perfil da criança e do adolescente abandonado, o menino em situação de rua que passa pela Febem, com o perfil dos adolescentes em situação de conflito com a lei na contemporaneidade. Por isso, questione-se as restrições de segurança nos espaços de privação de liberdade.

Em relação a isso, Franco (2008), em estudos realizados na Febem no Estado de São Paulo, afirma que as mudanças na rotina de controle, sem a participação e a preparação dos funcionários, fizeram com que a instituição oscilasse entre a segurança extrema e a negação quase total dela. Esses contrastes frequentemente levavam os servidores a se absterem de intervir.

Para Zanella (2011), historicamente, no campo institucional da socioeducação, sempre houve um distanciamento entre o trabalho técnico — responsável pelos laudos — e o trabalho do educador social — responsável pela limitação, disciplina e ordem.

Assim, para Apple (2011), não é possível analisar o espaço educacional, seja ele qualificativo, de forma linear, unidirecional e isento de conflitos. Nesse sentido, o fato dos

profissionais da área técnica tiveram maior acesso aos pressupostos teóricos foucaultianos, entre outros, que estabelecem críticas contextuais ao controle social e ao sistema punitivo da privação de liberdade, contribuindo para o aumento do distanciamento entre esses profissionais.

Para Foucault (2003), os profissionais não devem buscar em suas obras conselhos ou prescrições que lhes permitam atuar na prática. Pelo contrário, suas reflexões têm o objetivo de fazer com que “eles não sabem o que fazer: que os atos, os gestos, os discursos que até então importantes deixam claro e sozinhos tornem-se problemáticos, perigosos, difíceis” (Foucault, 2003, p. 348).

Temos, então, que o aparato legal, o projeto educacional proposto pelas instituições e o fazer profissional são ações que nem sempre caminham de forma certificada. Nesse sentido, não podemos afirmar que, devido à existência de uma política pública externa para a criança e o adolescente que cometeu ato infracional, a prática dos atores que executam as medidas ocorre conforme o que é descrito nas legislações, normativas e projetos políticos pedagógicos institucionais. Pelo contrário, em um mesmo cenário institucional, podemos compreender diversas práticas pedagógicas, algumas ainda alinhadas a projetos educativos conservadores, outras alinhadas às legislações e normas vigentes, e ainda aquelas que buscam mobilizar à reflexão.

A educação, como características sociais, se caracteriza de acordo com seu momento histórico e está intimamente ligada aos atores envolvidos. Embora a educação seja um processo constante na história de todas as sociedades, o processo educativo está vinculado ao projeto de cidadania e à sociedade que se pretende construir por meio dele (Dias; Pinto, 2019). Além disso, não se pode entender a educação como mero ajuste às expectativas e ao critério da sociedade existente, sob pena de deslocamento do próprio significado histórico-social do conceito de educação. A educação nunca pode ser a mesma em todas as épocas e lugares, devido ao seu caráter socialmente determinado (Libâneo, 2010).

A educação recebeu um lugar de grande importância no processo de construção da identidade brasileira. Foram criadas e/ou reformuladas as mais diferentes instituições educativas no início do século XX, voltadas ao atendimento de públicos específicos (meninas órfãs, meninos desvalidos, crianças negras etc.), sempre com o objetivo de oferecer a cada grupo identidades e laços de interdependência sociais. Esses variados projetos, tanto de educação como de nação, tiveram como proponentes não só o poder público, mas também a Igreja e a sociedade civil (Barbosa, 2011, p. 69). Nesse sentido, Raniere (2014) levanta a reflexão de que,

Se as Medidas já estavam presentes desde 1927 no código de Mello Matos, se continuaram sendo utilizadas no Código de Menores, o que quer o ECA, nos capítulos dedicados aos adolescentes em conflito com a lei, denominados agora, como socioeducativas? Afinal, se o Código de Mello Matos encaminhava adolescentes ao cumprimento de ‘Medidas’, se o Código de Menores também encaminhava adolescentes ao cumprimento de ‘Medidas’, e hoje – sob vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – os adolescentes são encaminhados às ‘Medidas Socioeducativas’ aparentemente a localização destas forças parece depender muito mais do conceito de socioeducação do que propriamente das medidas. Já que as medidas permanecem, e a novidade, a diferença inaugurada pelo Estatuto, é a incorporação deste conceito. Ou seria justamente o contrário, seria a socioeducação um eufemismo criado para aperfeiçoar, reordenar, fortalecer um dispositivo inaugurado pelo Código de Mello Matos? (Raniere, 2014, p. 179).

Então, ao longo da história das instituições educativas voltadas para o desenvolvimento de medidas, o verniz educativo das medidas encobria o ideal civilizador, conferindo maior poder de domínio e maximizando as estratégias de vigilância social? (Saliba, 2006).

Diante das considerações de Saliba (2006) e Raniere (2014), ficaram para mim as seguintes questões: considerar o paradigma da situação irregular e o da proteção integral, como a educação se constituiu enquanto discurso e prática nas instituições responsáveis pela execução de medidas? Qual a proposta educativa que se constitui no paradigma da situação irregular, e ainda é possível perceber seus traços no paradigma da proteção integral?

Ao longo da história, a educação tem sido moldada para servir aos interesses das classes dominantes, atuando como um mecanismo de controle social sobre a maioria da população. A independência das instituições educacionais em relação a essa tendência é rara.

Segundo Netto (2001), a educação serviu para atender às requisições dos monopólios, por meio de políticas educacionais implantadas pelo Estado. Tais políticas instituíam que a preparação, a preservação e o controle da força de trabalho tornassem funções estatais de primeira ordem no capitalismo monopolista, a fim de garantir as condições para o desenvolvimento do capital. Nesse sentido, o Estado deveria intervir para garantir que uma parte da força de trabalho estivesse disponível — o exército de reserva — para quando as condições o exigissem. Assim, era necessário que ao menos parte da força de trabalho fosse apta, ou seja, tivesse o mínimo de instrução e saúde para ser explorada.

Desse modo, como ressalta Carlos (2019), embora as ações do Estado na área social tenham se desenvolvido de fato após 1930, foi no período compreendido entre as décadas de 1900 e 1930 que foram forjadas as diretrizes das principais políticas sociais no Brasil, incluindo elas a educação. Em um período em que as forças produtivas primeiro foram desenvolvidas, a educação teve um papel estratégico para o preparo da força de trabalho,

desempenhando também uma função ideológica. Aos moldes do liberalismo burguês, comprometeu-se com a construção de um "homem novo", reformado para a vivência em uma nova conformação social — uma ideologia construída pelo pensamento republicano brasileiro. A educação para o trabalho e a reforma do homem se constituíram nos principais argumentos para educar os “menores”.

Assim, o controle social pode ser exercido de forma difusa, ou não explícita, por meio dos veículos de comunicação, da família e da educação. Nas formas explícitas de controle social, as instituições estatais exercem a repressão, fiscalizando e punindo. O processo de reeducação do indivíduo, dentro dessa lógica de controle social, é necessário quando ele, de alguma forma, demonstra inconformidade com os padrões sociais esperados para ele. Isso ocorre nas instituições correcionais ou de tratamento, como os estabelecimentos prisionais e a rede de atendimento socioeducativo (Costa e Goldidani, 2017).

Desse modo, ao longo de minha formação acadêmica e atuação profissional, tive contato com bibliografias que apontaram certa continuidade entre os paradigmas estabelecidos nos Códigos de Menores de 1927 e 1979 e o atual paradigma da proteção integral que orienta a socioeducação.

Diante do exposto até aqui, considereei redimensionar minha pesquisa de mestrado em dois aspectos: o momento histórico da instituição a ser treinada e o objeto de pesquisa. A reorganização para investigar o primeiro momento da história da Fasepa justifica-se pela relevância de escrever sobre a trajetória da instituição quando ela era mencionada Fundação do Bem-Estar do Menor (Fbesp), considerando que foi responsável pela execução da Política Social do Bem-Estar no Estado do Pará, entre 1967 e 1993, atendendo a um público de 0 a 18 anos, o que confere à instituição uma particularidade em comparação com as demais instituições brasileiras de natureza semelhante, ligadas à Funabem.

Outra questão é o facto de essa instituição ter sido orientada por três legislações e paradigmas distintos no que diz respeito ao atendimento ao menor, sendo eles os preceitos do Código de Menores de 1927 e de 1979, e os primeiros anos da implementação do ECA. Isso coloca a instituição em uma condição de constante transição e remodelamento de sua proposta de atendimento e educação. Isso porque, imersos nos discursos jurídicos culpabilizadores da época, que evocavam propostas de vigilância e educação moral para o adestramento de comportamentos, os Códigos de 1927 e 1979 tinham na privação de liberdade a principal intervenção para os casos de atos infracionais por menores de idade. Mesmo com a construção de uma perspectiva de proteção integral que traz em si a proposta de responsabilização

pedagógica, a privação de liberdade ainda é uma intervenção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Já no que tange ao objeto de pesquisa, em vez de investigar as práticas dos profissionais, optei como objeto de estudo a assistência e educação, com a finalidade de descrever quais eram as ações de assistência prestada pela instituição, bem como de analisar qual (is) educação (ões) foram adotadas pela instituição para menores infratores. Considerei que, sendo a Fbesp uma instituição que desenvolvia diferentes práticas socioeducativas em diferentes espaços³, então essas seriam expressões do tipo de educação(ões)⁴ que a instituição se propunha a desenvolver.

Os estudos se dedicaram à História do Brasil em busca de explicação sobre a origem de determinadas realizações no passado, com o objetivo de compreender as especificações do presente (Corrêa, 2017). Sabino (2012) vê isso como um bom caminho para uma mudança de paradigma em determinado contexto histórico e cultural, no qual as expressões sociais e políticas podem ser reproduzidas e/ou reconstruídas em direção à equidade social, orientando, assim, as ações do homem no futuro.

Não obstante, Safelice (2007, p. 77) destaca que, ao se estudar a história das instituições educativas, o condicionante inicialmente posto é o da temporalidade. Nesse sentido, investigar o papel das instituições educativas no encaminhamento de menores delinquentes na cidade de Belém, no período republicano, é aprofundar-se em sua história como objeto de análise. Dentro dessas instituições, há uma “quebra-cabeça” a ser decifrada, pois, embora o caminho para adentrar uma instituição passe pelo campo material (alicerces, porões, sótãos, telhados, chaminés, objetos, cadeiras, mesas, quadros negros etc.), o verdadeiro desafio é compreender a instituição em sua totalidade.

Trata-se de organizar as peças para montar o quebra-cabeça: legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, organização do cotidiano, uso dos espaços, objetos pedagógicos, docentes, alunos e outras questões que ali se cruzam. Pode-se dizer que as instituições educativas ou escolares são a síntese de múltiplas determinações e diversas instâncias (políticas, econômicas, culturais, religiosas, educacionais, morais, ideológicas, etc.), que “agem e interação entre si, acomodando-se dialeticamente de maneira que resulta em uma identidade” (Safelice, 2007, p. 76).

³ Conforme Libâneo (2001) a educação pode ocorrer em diversos espaços fora do ambiente escolar.

⁴ Importante sinalizar que existe articulação entre os tipos de educação, conforme destaca Libâneo (2001), ou seja, no espaço da educação escolar pode ocorrer processos de educação não escolar.

Em visita de campo à sede administrativa da Fasepa, em 2023, identifiquei que, por diversas questões, uma instituição não dispunha de forma organizada e completa das fontes sobre a Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp) no período de 1967 a 1993. Por esse motivo, considerei fundamental, a partir da autorização para acesso ao arquivo em 2024, identificar o maior número possível de documentos relacionados à criação e ao período de atuação da Fbesp, com o intuito de resgatar sua historicidade, para posteriormente delimitar o período em que se concentraria o estudo sobre a assistência e educação prestada pela instituição com os menores atendidos.

Entre os documentos identificados, encontramos os seguintes: Estudo desenvolvido pela equipe do Governador Comandante Alacid Nunes (1966), Linhas de atuação da Fbesp (1975), Relatório de atividades institucionais (1979 a 1982), Plano de ação (1983 a 1986), Relatório Anual (1984), Cartilha Fbesp (1991) e Relatório de atividades (1993). Note-se que a maior parte dos documentos é da década de 1980, mas eles remontam à criação da Fbesp, suas unidades operacionais, estruturas administrativas e de alvo público, o que possibilita, adicionalmente com o documento desenvolvido pela equipe do Governador Comandante Alacid Nunes (1966), descrever esse momento da história da instituição.

Documentos relacionados à Fbesp também foram identificados em outros espaços, entre eles a Biblioteca Pública Arthur Vianna, onde se encontra um relatório de gestão do período de 1983 a 1986 e um relatório de atividades de 1979 a 1982. Essas fontes também se desenvolveram para a reconstituição da história da Fbesp. Foi localizado também na Coleção Amazônia da Biblioteca Central da UFPA o documento denominado Projeto de atendimento integrado à família, editado pela Fbesp no ano de 1975.

Reunidas as fontes, delimitou-se para estudo do objeto de pesquisa o período da década de 1970, sob a justificativa que tal período foi expressivo na história brasileira considerando a vigência da então ditadura civil-militar (1964 a 1985), assim como pelo fato de ser a década em que houve a transição do antigo Código de Menores de 1927 para o Código de 1979, fatos que influenciaram o modo como a Fbesp desenvolveu sua atuação.

Desse modo, delimito como questão problema de pesquisa o seguinte: **Como se constituiu a assistência e a educação dos menores infratores na Fundação do Bem-Estar Social do Pará nos anos de 1967 a 1979 em Belém do Pará?**

Com a finalidade de responder a essa pergunta tracei os seguintes objetivos a serem alcançados na pesquisa:

Objetivo Geral: Analisar a assistência e educação dos menores infratores atendidos pela FBESP nos anos de 1967 a 1979.

Objetivos específicos:

- Identificar como se deu a criação e implantação da Fbsp;
- Descrever as ações assistenciais com os menores infratores atendidos pela instituição;
- Analisar os tipos de educação desenvolvidas com menores infratores assistidos pela Fbsp.

Traçada a problemática e os objetivos, a presente dissertação será estruturada em cinco detalhes. Na primeira, intitulada *Introdução*, faço um delineamento das motivações, do problema de pesquisa e dos objetivos gerais e específicos da investigação, apresentando como esse tema se constrói ao longo de minha formação acadêmica e profissional.

Na segunda seção, denominada *Percurso Metodológico*, trato do percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa, apresentando o levantamento das bibliografias, a pesquisa de campo em busca dos documentos e a orientação teórica da pesquisa.

Na terceira seção, intitulada *Política Nacional do Bem-Estar do Menor: Criação e Atuação da Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbsp)*, apresento questões relacionadas à infância no Brasil, com foco na construção social do "problema do menor" e na evolução das políticas de assistência e educação destinadas a esse grupo. Destaque para instituições e legislações que moldaram o atendimento a menores em situação de vulnerabilidade e conflito com a lei, especialmente a Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbsp), que foi uma instituição responsável pela execução da Política de Assistência Social do Pará de 1967 a 1993, tendo entre seu público-alvo os menores infratores. Assim, o presente como a Fbsp surgiu do Serviço Social de Gabinete do Governo do Comandante Alacid da Silva Nunes, sua relação com outras instituições, sua estrutura e linhas de atuação.

Na quarta seção, referindo *Assistência e Educação do Menor Infrator na Fundação do Bem-Estar Social do Pará*, busco identificar as ações de assistência social administradas pela instituição para atender os menores infratores, bem como as atividades de socialização, com o propósito de analisar o tipo de educação ministrada a esses menores.

Finalizo com a última seção, *Considerações Finais*, apresentando os resultados da investigação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A partir dos objetivos traçados, a fim de responder ao problema de pesquisa proposto e compreender que tipo de assistência e educação foram desenvolvidos com menores infratores, constitui-se o percurso metodológico com as seguintes etapas: 1) levantamento bibliográfico, percorrendo mapear os estudos sobre escolas de reforma, com foco especial na Fbsp; 2) pesquisa de campo, com a finalidade de levantar documentos institucionais da Fbsp relevantes ao propósito da pesquisa, como relatórios de gestão, regimento interno, projetos políticos pedagógicos, planos de ação e fotos; 3) levantamento de documentos no Arquivo Nacional, especificamente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian), para buscar dados diversos (legislações, notícias, fotos, relatórios) sobre a Funabem e a Fbsp, além da utilização da Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional, com o propósito de levantar jornais que tratem de ambos. A seguir, explique com mais detalhes cada etapa.

2.1 Levantamento bibliográfico

Em seus estudos, Lakatos e Marconi (2003) destacam que uma pesquisa bibliográfica não se configura como uma mera reprodução ou cópia do que já foi escrito ou aqui sobre determinado assunto, mas tem o caráter de propiciar o exame de um tema sob outra ótica, outra abordagem ou abordagem. As autoras apontam que esse tipo de pesquisa tem como finalidade fornecer ao pesquisador “[...] contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma, quer publicados, quer gravados” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 183).

Durante uma visita in loco à Biblioteca Central da UFPA, foi identificado na Coleção Amazônia o livro da autora Zufla de Andrade Gonçalves, *Meninos de Rua e Marginalidade de Rua em Belém*, publicado em 1979. Este livro é fruto da dissertação de mestrado da autora, que teve como objetivo compreender os mecanismos estruturais que causam situações consideradas "marginais", e, no caso específico de Belém do Pará, conhecer os processos e condições relacionados à marginalização das famílias. O autor pretende examinar o alcance e a repercussão dos processos que implicam na vida dos filhos menores dessas famílias, os quais, segundo ela, a “provável desintegração aparentemente se concretiza em mecanismos de coleta, expulsão ou abandono, que envolve cumulativamente esses jovens” (Gonçalves, 1979, p. 05). Os resultados da pesquisa apresentados para a visualização do contexto vivenciado em

Belém e como os fatores socioeconômicos no período treinado pelo autor podem ser indicativos de processos de abandono, exclusão e negligência de menores.

Foi realizada uma visita à biblioteca da Universidade da Amazônia (Unama), onde foi identificado o livro *Resgate Histórico dos Tipos de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Privação de Liberdade em Belém do Pará (1964-1990)*, publicado em 1995, com autoria de Ivone Corrêa, Maria Xavier de Amorim, Manoel de Cristo Alves e Zuíla de Andrade. Trata-se de um relatório de pesquisa resultante de um convênio previsto entre a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA), a Ação Social Integrada do Palácio do Governador (ASIPAG) e a Unama. Segundo os autores, a relevância da obra consiste em dois aspectos: o caráter histórico, para tentar reconstituir uma parte essencial da história social do Estado, e, por outro lado, a necessidade de avaliação das atividades das instituições envolvidas no atendimento de crianças e adolescentes em privação de liberdade, dado que nada se sabia sobre a existência de avaliações anteriores à publicação do livro.

É importante frisar que esta obra se propõe a fazer uma incursão sobre o histórico da Fbsp. Contudo, não se refere à trajetória da instituição, ela se concentra na descrição da criação da fundação e de suas primeiras unidades operacionais.

No que tange à pesquisa em meios digitais, realizei levantamento bibliográfico inicialmente no banco de produções do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), que abrange um acervo de dissertações defendidas entre 2005 e 2023. Na busca, não foram encontrados trabalhos que abordassem a Fundação do Bem-Estar Social do Pará. O único trabalho encontrado relativo à instituição é intitulado *A Prática de Professores que Trabalham com Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social em Sistema de Internação*, defendido no ano de 2008 por Maria Elena de Nascimento de Lima.

O referido trabalho tinha como problema de pesquisa as práticas pedagógicas de professores que atuam com alunos no sistema de internação da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (Funcap). Como mencionado anteriormente, em 1993 a Fbsp passou por reformulações em seu âmbito institucional, tornando-se a Funcap. A pesquisa da referida autora contribui com alguns recortes ao demonstrar como se deu essa transição.

No sistema do Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA), foram encontrados dois resultados. O primeiro, denominado *Cidadania e Assistência no Discurso Político do Serviço Social*, foi uma dissertação defendida em 1999 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por Sebastião Almeida. O objeto de trabalho consistiu em uma pesquisa realizada na Fundação do Bem-Estar Social do Pará, na qual foi confrontado

o discurso do resgate da assistência e da cidadania como direito para a população carente e abandonada, com a luta de classes pela emancipação humana. A prática profissional recorreu ao direito que o cidadão tem à assistência, na forma de "mínimo social" em recursos, bens e serviços, e/ou, como afirma Marshall (1967), ao direito social "a um mínimo de bem-estar econômico e segurança para participar da herança cultural da comunidade política nacional".

Outro local de busca de bibliografias foi o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e ainda no Web of Science (periódicos Capes), buscando estudos relativos aos temas que constituem o problema de pesquisa, que são as instituições disciplinares/escolas de reforma/entidades de assistência⁵, menores em situação irregular, e educação. Tais temas localizam o lócus, os sujeitos e objeto da pesquisa, sendo ele, a Fbesp e educação desenvolvida pela instituição.

Desse modo, para o levantamento das bibliografias nos bancos da CAPES e no BDTD desmembrei os blocos temáticos em descritores, ora utilizando-os individualmente ou combinando-os conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 – Descritores de pesquisa em banco da CAPES e BDTD.

TEMA/DESCRITORES		
Escolas de Reforma	Menores em situação irregular	Educação
Fundação Nacional do Bem-estar Social do Menor e/ou FUNABEM	Política Nacional do Bem-estar do Menor	Pedagogia Social
Fundação do Bem-estar Social do Pará e/ou FBESP	Código de Menores	Projeto Educativo e/ou Projeto Político Pedagógico
Instituições Disciplinares e/ou Escola de Reforma/Entidades de Assistência	Paradigma da Situação Irregular	Educação Social
Acolhimento de menores	Menor delinquente e/ou Menor infrator	Educação
FEBEM	Delinquência/ criminalidade	Práticas educativas

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Foram selecionados dissertações e teses produzidas que tratem sobre os códigos de menores de 1927 e 1979, educação e institucionalização de menores nos períodos entre 1967 a 1993, considerando como critério de inclusão os trabalhos nas áreas do conhecimento da educação, história, direito, ciências sociais, serviço social, psicologia e interdisciplinar. Os descritores “Fundação do Bem-estar Social do Pará e/ou Fbesp” não apresentou resultados de pesquisas que se voltassem ao estudo da instituição.

⁵ Optou-se pelas terminologias apresentadas no Código de Menores 1927 e 1979.

Foram eliminados os trabalhos repetidos que surgiam das combinações de descritores, e ainda os que surgiram entre os bancos da Capes e da BDTD, e os que não se enquadravam nos campos de conhecimento pré-estabelecidos, para que assim fossem selecionados os trabalhos a serem analisados. Nos quadros 02 e 03 apresento na primeira coluna os descritores que apresentaram resultados, os valores totais das buscas e os valores após aplicação dos critérios de eliminação dos trabalhos que não correspondem as áreas de conhecimento de interesse, e na coluna ao lado apresento os trabalhos selecionados para análise mais aprofundada.

Quadro 2 – Levantamento realizado no Banco de Dissertações e Teses da Capes.

DESCRITOR	RESULTADOS
<p style="text-align: center;">Menor, delinquente</p> <p style="text-align: center;">Resultados: 54 Aplicação dos critérios: 13 resultados</p> <p>Área do conhecimento: 06 estudos no campo da Educação; 03 no campo do Serviço Social; 02 estudos no campo do Direito; e 02 no campo da Psicologia.</p> <p>Total dos trabalhos selecionados: 04, sendo 01 tese de doutorado em Psicologia da UFPA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. MENDES, A. A. O menor abandonado e delinquente em Sergipe: da instrução ao cárcere (1942-1974)' 09/03/2014 208 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe. 2. COSTA, K. R. L. O governo da infância marginalizada: discursos e práticas acerca do “menor delinquente” em Sergipe (1927-1942)' 26/01/2017 171 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal De Sergipe. 3. CALDEIRA, J. dos S. A infância desvalida institucionalizada em pelotas/RS: controle e ordenamento social nas páginas dos periódicos locais – décadas de 1910 a 1940' 20/02/2020 undefined f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal De Pelotas, Pelotas. 4. MACEDO, A. E. de A. A colônia correccional de menores abandonados e delinquentes na Amazônia paraense no início do século XX' 28/04/2019 197 f. Doutorado em Psicologia Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Pará.
<p style="text-align: center;">Menor, delinquência</p> <p style="text-align: center;">Resultado: 42. Aplicação dos critérios: 07 resultados</p> <p>Área do conhecimento: 03 estudos no campo da Educação; 01 na Psicologia; 02 na História; 01 Interdisciplinar. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores</p> <p>Total dos trabalhos selecionados: 06</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. COSTA, K. R. L. Disciplinar, regenerar e punir: os caminhos do menor delinquente sergipano (1891-1927)' 25/03/2013 156 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVESIDADE FEDERAL DE SERGIPE. 2. ZANELLA, A. P. O papel do Estado frente à delinquência de menores em Porto Alegre (1927-1933)' 29/02/2008 144 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. 3. BERNARDO, R. A. construção da ameaça: juventude, delinquência e educação nos primeiros tempos da república no Brasil (1890 - 1940)'

	<p>31/01/2008 92 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, Bragança Paulista.</p> <p>4. FERNANDES, D. A. “Pau que nasce torto...” exige correção: a criação de Institutos Disciplinares' 07/10/2020 150 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá Biblioteca Depositária: BCE – UEM.</p> <p>5. CARRERA, G. O. Educando os invisíveis: Trajetória histórica dos internatos para preservação e reforma de menores da Bahia (1933/1949)' 12/02/2014 210 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador.</p> <p>6. DAMINELLI, C. S. Uma fundação para o Brasil Jovem: Funabem, Menoridade e Políticas Sociais para infância e juventude no Brasil (1964-1979)' 12/09/2019 undefined f. Doutorado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.</p>
<p>Menor, Situação irregular</p> <p>Resultado: 58 Aplicação dos critérios: 07 Área do conhecimento: 05 resultados no Direito; 01 na Psicologia; e 01 no Serviço Social. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores Total dos trabalhos selecionados: 01</p>	<p>1. BECHER, F. O perigo moral em tempos de Segurança Nacional: políticas públicas e menoridade em Caxias do Sul RS (1962-1992)' 30/11/2012 130 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre.</p>
<p>Escolas de reforma, menor, delinquente</p> <p>Resultados: 03 Área do conhecimento: 02 da Educação e 01 do Serviço Social. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores. Aplicação dos critérios: 01 Total dos trabalhos selecionados: 01</p>	<p>1. CARLOS, V. Y. Os fundamentos pedagógicos que sustentam a socioeducação no Brasil: desvendando os nexos da proposta construída ao longo de um século' 28/03/2019 214 f. Doutorado em SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina.</p>
<p>Código de menores</p> <p>Resultados: 843 Aplicação de critérios: 53 Área do conhecimento: 30 do Direito; 08 da Educação; 03 da História; 07 da Psicologia; 03 do Serviço Social; 01 do Serviço Social Aplicado; e 01 da área Sociais e Humanidades. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores Total dos trabalhos selecionados: 02</p>	<p>1. LIMA, D. P. Discursos sobre o menor e a criança no Brasil: DA LEI DO VENTRE LIVRE EM 1871 AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM 1990' 08/12/2019 175 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.</p> <p>2. MENEZES, J. L. C. de. A educação como panaceia nas normativas que orientam o atendimento de adolescentes em situação de conflito com a lei: do menorismo à socioeducação' 09/11/2021 148 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus.</p>
<p>Código de menores, Política nacional do bem-estar do menor, fundação nacional do bem-estar do menor</p>	<p>1. Diálogos sobre a história social da infância e o reconhecimento da criança como sujeito de</p>

<p>Resultado: 38 Aplicação dos critérios: 06 Área do conhecimento: 01 Administração Pública; 02 de História; 01 de Psicologia; 01 na História, Poder e Práticas Sociais; 01 do serviço Social. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores</p> <p>Total dos trabalhos selecionados: 01</p>	<p>direitos pelo estatuto da criança e do adolescente (1990)' 01/08/2012 225 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira</p>
<p>Projeto educativo, menor, criminalidade</p> <p>Resultados: 02 Aplicação dos critérios: 01 do campo da Educação e 01 do Serviço Social. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores</p> <p>Total dos trabalhos selecionados: 01</p>	<p>1. BISPO, A. B. "A Educação da Infância Pobre em Sergipe: a cidade de menores Getúlio Vargas (1942-1974)" 31/05/2007 133 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados de busca na Capes, 2024.

Quadro 3 – Levantamento no Banco Digital de Teses e Dissertações.

DESCRITOR	TRABALHOS SELECIONADOS
<p>Menor, delinquente Resultados: 89 Aplicação dos critérios: 08 da Educação; 04 do Direito; 04 do serviço Social; 02 da Educação; 01 da História; 01 da Psicologia. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores</p> <p>Total dos trabalhos selecionados: 02</p>	<p>1. Práticas educativas e institucionalização de crianças e adolescentes em Sergipe: permanências e transformações (1974-1991). Autor: Mendes, Alessandro Araújo. Data de Defesa 2018.</p> <p>2. Infância pobre e educação no juízo de órfão do Pará (1870-1910): acolher, proteger, cuidar e educar “os filhos do estado”. Autor SABINO, Elianne Barreto, 2019</p>
<p>Código de menores, educação, criminalidade Resultados: 12 Aplicação dos critérios: 02 da Educação; 01 da História; 01 do Direito. Total dos trabalhos selecionados: 01, sendo que foi produzida na UFPA</p>	<p>1. A infância em processos judiciais em Belém do Pará: da criminalidade aos discursos jurídico-assistencialistas para a educação do menor desvalido (1890-1930). Autor CORRÊA, Liliane da Silva França. Data de Defesa 2017.</p> <p>2. Políticas de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfão e as ações da Prelazia do Xingu. Autora: FREITAS, Léia Gonçalves de. Data da defesa: 2019</p>
<p>menor delinquente, educação social Resultados: 20 Aplicação dos critérios: 07 da Educação; 01 da História; 01 do Direito; 01 Serviço Social. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores</p> <p>Total dos trabalhos selecionados: 02</p>	<p>1. Entre a FUNABEM E O SINASE: a dialética do atendimento socioeducativo no BRASIL. Autora: SABRINA CELESTINO. Data de Defesa 2015.</p> <p>2. Escolas de reforma: um estudo sobre as ideias que sustentaram a sua organização no Brasil. Autora: VIVIANI Yoshinaga Carlos. Data de Defesa 2013.</p>
<p>delinquente, Pedagogia Social Resultados: 28 Aplicação dos critérios: 05 no campo da Educação; 01 Serviço Social; 01 História. Não foram encontrados trabalhos na região norte</p>	<p>1. A educação moral na formação da infância e adolescência desvalida moderna: o caso de Pindobal na Paraíba do século XX (1930-1960). Autor: NASCIMENTO, Gabriel Alves do. Data de Defesa 2022.</p>

para esses descritores. Total dos trabalhos selecionados: 01	
Pedagogia Social, menor infrator Resultados: 24 Aplicação dos critérios: 02 no campo da Educação; 01 no Direito; e 01 no Serviço Social. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores. Total dos trabalhos selecionados: 01	1. Estudo do 'menor carente' na perspectiva da política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Autor: CABRAL, Maria Ângela Varella. Data de Defesa 1982.
Menor, Delinquência, instituição Resultados: 10 Aplicação dos critérios: 02 da Educação; 01 da Psicologia. Não foram encontrados trabalhos na região norte para esses descritores Total dos trabalhos selecionados: 02	1. Adolescência infratora paranaense: história, perfil e prática discursiva. Autor: COLOMBO, Irineu Mario. Data de Defesa 2006.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados de busca na BDTD, 2024.

Dos trabalhos apontados nos levantamentos bibliográficos realizados nos Bancos da CAPES e BDTD descritos acima apenas 04 foram produzidos no Estado do Pará e se aproximam da discussão de minha pesquisa. Os trabalhos apresentam os seguintes objetivos:

1. A tese “*A colônia correccional de menores abandonados e delinquentes na Amazônia paraense no início do século XX*” (Macedo, 2019), teve como objetivo analisar a Colônia Correccional de Menores Abandonados e Delinquentes da Amazônia Paraense, fundada em 1911, como uma instituição de reclusão e educação para menores. Embora seja um trabalho que esteja situado na transição da monarquia para a república do Brasil, esse trabalho contribui ao meu estudo sobre a Fundação do Bem-Estar Social do Pará quando anuncia os primórdios das instituições disciplinares que surgiram a luz dos códigos de menores a partir de 1927, demonstrando alguns traços que se perpetuaria ao longo da construção dos paradigmas da situação irregular para o da proteção, por exemplo o discurso da ressocialização para preparação voltada ao mercado de trabalho.
2. A dissertação “*A infância em processos judiciais em Belém do Pará: da criminalidade aos discursos jurídico-assistencialistas para a educação do menor desvalido (1890-1930)*” (Corrêa, 2017), buscou analisar a infância em processos judiciais de Belém do Pará, entre 1890 e 1930, focando na criminalidade, nos discursos jurídico-assistencialistas e nas propostas de educação para o "menor desvalido. Entre os resultados a autora sinaliza que a proposta de educação visava a disciplinarização e inserção no mercado de trabalho, sendo eles iniciativas precárias e marcadas por uma visão paternalista e assistencialista. O referido

trabalho contribui para a discussão sobre os primeiros anos da discussão da temática menor em situação irregular no contexto paraense, e ainda as primeiras propostas de educação a esse público.

3. A tese *“Infância pobre e educação no juízo de órfão do Pará (1870-1910): acolher, proteger, cuidar e educar “os filhos do estado”* (Sabino, 2019), buscou analisar a intervenção do Juízo de Órfão na Educação, proteção e assistência à infância no contexto paraense. Em que pese seja um estudo no período de 1870 a 1910, o referido trabalho a partir da História Social refletiu sobre alguns aspectos relacionados à instituição em tela e os sujeitos que tiveram suas vidas cruzadas e registradas nos autos judiciais de tutela para compreender as dinâmicas familiares nas quais as estruturas político-econômico-sociais acabaram por intervir por meio do Juízo de órfão do Pará. Essa discussão apresentada por Sabino (2019) contribui para o olhar sobre a tutela empregada pelo Estado do Pará nos casos de crianças pobres, aspecto que se apresenta também na instituição Fbesp, já que também havia o aspecto da internação e tutela de crianças e adolescentes carentes e infratoras.
4. A tese *“Políticas de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfã e as ações da Prelazia do Xingu”* (Freitas, 2019), realizou trabalho científico que se insere no campo da História Social da Educação e da História da Educação, com enfoque nas linhas da História da Infância. A pesquisa objetivou identificar e analisar os impactos, repercussões e resistências que tiveram as ações de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfã desenvolvidas no município de Altamira (PA) pela Prelazia do Xingu, no sentido de atender às mazelas ocasionadas pelo processo migratório na região do Xingu, motivado, principalmente, pelo suposto progresso atribuído à construção da rodovia Transamazônica BR 230, na década de 1970. Por meio de pesquisa documental, a autora atingiu como resultados que em meio à omissão do Estado em prover políticas de atendimento à infância em Altamira, como previsto no Código de Menores, Lei no 6.697 de 1979, que garante a oferta de educação, saúde, proteção, moradia, assistência social e outros direitos sociais fundamentais, a Prelazia do Xingu instituiu importantes atividades, materializadas em ações de assistência, proteção, educação. O referido trabalho em que pese não trate diretamente da Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), apresenta que a política de assistência que na época era regida pelo Código de Menores de 1979

não conseguia abranger as crianças altamirenses, e que nesse sentido, instituições religiosas como a Prelazia do Xingu ganhavam espaço relevante no que concerne ao atendimento da infância no município de Altamira na década de 1970.

Além disso, das demais produções encontradas em outros estados, destaco os estudos de Menezes (2021), Fernandes (2020), Carlos (2013 e 2019), Bispo (2007), Costa (2013) e Mendes (2018).

Menezes (2021), em seu estudo de mestrado intitulado *A Educação como Panaceia nas Normativas que Orientam o Atendimento de Adolescentes em Situação de Conflito com a Lei: Do Menorismo à Socioeducação*, analisa como a educação é apresentada nas normativas que orientam o atendimento de adolescentes em situação de conflito com a lei, desde o menorismo até a concepção de proteção integral, com foco no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre os resultados, a autora apresenta que a educação é frequentemente vista como solução para os problemas relacionados à adolescência e à criminalidade. Contudo, essa visão, presente desde o menorismo, ignora as causas complexas da violência e da marginalização social.

Já Fernandes (2020), em *"Pau que nasce torto..." Exige Correção: A Criação de Institutos Disciplinares*, apresenta, em sua dissertação, o objetivo de refletir sobre a criação dos Institutos Disciplinares, idealizados com o propósito de proteger e reeducar os 'jovens desviantes' no início do século XX – momento em que o Brasil buscava se modernizar nas questões relacionadas ao atendimento de crianças e adolescentes das classes trabalhadoras, especialmente aquelas importantes 'delinquentes e/ou abandonados'. Entre as contribuições, destaca-se que o Estado, apesar da legislação vigente, segue adotando o isolamento social, e o projeto de alteração dos comportamentos dos adolescentes em estabelecimentos socioeducativos não tocava na base estrutural que, em geral, ocasiona a delinquência juvenil.

Nessa mesma linha, Carlos (2013), na dissertação de mestrado intitulada *Escola de Reforma: Um Estudo sobre as Ideias que Sustentaram a Sua Organização no Brasil*, busca na história os argumentos que idealizaram e sustentaram a criação de um modelo de educação voltado para jovens infratores no país. Entre os documentos treinados pelo autor, está o Regulamento primeiro da escola de reforma do Brasil, no qual ela explora como esse tipo de escola dinâmica um novo modelo de educação, articulando ideias jurídicas, médicas, pedagógicas e assistenciais. Em suas conclusões, expõe que, ao contrário da proposta liberal de ensino propedêutico e de ensino profissional, esse modelo de educação se voltou para a

reforma dos “menores delinquentes”, propondo uma regeneração pelo trabalho e mudanças uma reeducação.

E ainda, Carlos (2019) apresentou em sua tese intitulada “*Os fundamentos pedagógicos que sustentam a socioeducação no Brasil: desvendando os nexos da proposta construída ao longo de um século*” a autora realizou um estudo de abordagem histórica que comparou os princípios do primeiro regulamento da primeira escola de reforma com os regimentos internos de unidades socioeducativas atuais no intento de analisar em que medida os fundamentos da primeira escola ainda se conecta com a atual proposta socioeducativa. Para ela, a hipótese inicial foi de que não há rupturas profundas entre os fundamentos pedagógicos que sustentam a atenção à adolescentes que praticam atos infracionais em unidades de internação ao longo de quase cem anos de política nessa área, conclusão que a partir de sua pesquisa se confirma. A tese de Carlos (2019), irá dar sustentação a minha pesquisa no que diz respeito as categorias adotadas por era para a análise documental, e sobre os temas centras da minha pesquisa sendo elas a instituição e/ou escolas de reforma e as visões de educação traçada por elas ao longo da história.

A dissertação de Costa (2013) intitulada “*Disciplinar, regenerar e punir: os caminhos do menor delinquente sergipano entre os anos de 1891 e 1927*”, analisa o menor delinquente em Sergipe a partir do ano de 1891. O marco temporal de sua pesquisa compreende o contexto da Primeira República (1889-1930), quando o papel da educação passou a ser o de moldar o povo brasileiro no sentido de alcançar os padrões europeus de civilidade, o que repercutiu nas formas de prevenção e repressão da criminalidade, sendo que tal preocupação a partir dessa perspectiva fomentou um modelo de educação voltado para o trabalho.

Bispo (2007), buscou em dissertação chamada “*A Educação da Infância Pobre em Sergipe: a cidade de menores Getúlio Vargas (1942-1974)*” estuda a Cidade de Menores “Getúlio Vargas” em um esforço para compreender a história da infância pobre em Sergipe. A Cidade de Menores “Getúlio Vargas” funcionava no município de Nossa Senhora do Socorro – Sergipe (1942-1974). A delimitação temporal do estudo considerou dois momentos fundamentais da instituição – o ano em que foi inaugurada, 1942, até o ano em que foi desativada, 1974, quando os menores foram enviados para outra instituição. A Cidade de Menores destinava assistir e educar menores abandonados e delinquentes da faixa etária dos sete aos dezoito anos de idade, em regime de internato. Neste estabelecimento, recebiam ensinamentos primário, profissional e agrícola.

Por fim, Mendes (2018), em sua tese “*Práticas educativas e institucionalização de crianças e adolescentes em Sergipe: permanências e transformações (1974-1991)*”,

apresentou como objeto as práticas educativas direcionadas aos menores institucionalizados em Sergipe durante o período de 1974 a 1991, período de fechamento da Cidade de Menores Getúlio Vargas e a instituição da Fundação Renascer. O autor considerou em focar apenas nos menores delinquentes - como eram referidos à época, entretanto, para ele ficou claro a impossibilidade de deixar de fora das investigações as crianças e os adolescentes órfãos, abandonados, pobres, deficientes, indisciplinados, rebeldes, entre outros, pelo fato de serem a maioria dos internos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) sergipana. Essas particularidades do estudo de Mendes (2018) são as que mais se aproximam de minha proposta de estudo da Fbsp.

A pesquisa bibliográfica também ocorreu no Web of Science (periódicos Capes), onde utilizei as seguintes combinações de descritores “Fundação Nacional do Bem-estar do Menor & Código de Menores” sendo encontrados 02 artigos.

O primeiro, sob o título “*Em caso de crime, por que não antecipar? Debate sobre minoridade na imprensa durante a vigência do Código de Menores*” (Santa Catarina, 1979 – 1990), de Camila Serafin Daminelli, publicado em 2018 na revista História Revista. Neste artigo se analisa a política voltada aos infratores, conforme se esboçaram na mídia impressa periódica de Santa Catarina, pelo viés social, que se referia à incompetência das políticas frente aos problemas estruturais das famílias carentiadas, geradoras de delinquência, o outro pela perspectiva que julgava necessário reduzir a minoridade penal para, através do encarceramento definitivo, eliminar do convívio social infratores a partir dos 16 anos de idade.

Ou outro resultado denominado “*O sistema penal subterrâneo no trato aos “menores” durante o regime militar: breve história da violação sistemática de direitos da infância e adolescência*”, publicado no ano de 2022, pelos autores Alexandre de Castro e Isabela Furlan Rigolin, na Revista Eletrônica Direito e Política. O referido trabalho levanta a hipótese da existência de um sistema penal subterrâneo destinado as crianças e adolescente criminalizados no período de regimes de execução, como na ditadura militar de 1964, durante a qual estavam em vigência dos dois códigos de menores, o de 1927 e o de 1979, que separavam pejorativamente os ditos “menores” das crianças bem-nascidas, identificando os primeiros com aqueles em situação de conflito com a lei penal.

Já na utilização dos descritores “Código de Menores” e pela sigla da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor “FEBEM” foi encontrado 02 resultados. O primeiro sob o título “*A FEBEM, o Código de Menores e a “pedagogia do trabalho (Pernambuco 1964 – 1985)*”, publicado no ano de 2016 na revista Projeto História pelo autor Humberto Silva

Miranda. O autor buscou construir uma narrativa história da Febem, em Pernambuco, no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A Febem representava uma instância estadual da Fundação Nacional do Menor (Funabem), criada em 1964 e extinta em 1990. Essas instituições emergiram a partir da Política Nacional do Bem-Estar do Menor - PNBEM, também criada no primeiro ano do Regime, e da lógica do Código de Menores, promulgado em 1927 e reformulado em 1979; o segundo resultado demonizado “*Ressocializar ou manter a ordem social: dilema entre os atores envolvidos na execução e aplicação das medidas socioeducativas privadas de liberdade*”, dissertação da autora Virginia Beatriz Dias defendida em 2007. O trabalho apresenta as transformações realizadas na legislação brasileira relativa aos direitos da criança e do adolescente, a partir do Código de Menores de 1927 até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. A autora fez um levantamento histórico sobre as políticas de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil, contextualizando a reestruturação da Febem após a criação do Eca com foco da pesquisa para o conhecimento das formas de inserção dos atores envolvidos com a ressocialização dos adolescentes infratores e de suas experiências profissionais e para as tensões e conflitos existentes entre esses atores relacionados com a problemática da ordem e segurança da instituição e da sociedade. Também foi analisada a concepção que os funcionários da Febem e os juízes da Infância e da Juventude têm sobre a ressocialização dos adolescentes infratores.

Em sequência, quando utilizado os descritores “Código de menores & reformatório” foi encontrado 01 artigo com o título “*De “menor infrator” a adolescente em conflito com a lei: tecendo olhares para a medida socioeducativa de liberdade assistida*, publicado em 2017 na Revista Temas em Educação pelos autores Jédivam Maria da Conceição Silva e Humberto Miranda. Trata-se de um recorte da pesquisa de mestrado que busca compreender o processo de institucionalização das infâncias no Brasil, no que se refere ao adolescente em conflito com a lei.

Não foram encontrados trabalhos quando utilizados os descritores “FBESP” ou “Fundação do Bem-Estar Social do Pará.

De modo geral, a pesquisa exploratória das bibliografias revelou que tanto em âmbito nacional são poucos os estudos que investigam as instituições de correção e seus projetos educativos, assim como no Estado do Pará ainda se percebe escassez de trabalhos sobre a Fundação do Bem-Estar Social do Pará desenvolveu entre os anos 1967 a 1993, o que me faz inclinar e justificar para esse intento, considerando que toda proposta de educação revela em si o pensamento social e de Estado que ancorava as práticas de atendimento dos então considerados menores delinquentes.

2.2 Tipo de pesquisa, fontes e perspectiva de análise de dados

Para Ludke e André (1986, p. 15) “a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado”. Demo (2012, p. 07) aponta que “dentro desse campo transbordante, seleciono apenas as pretensões de formalização mais flexível no que diz respeito aos “dados” obtidos pela via de interpretação ostensiva”.

Desse modo, levando em consideração o objeto de pesquisa, a assistência e a educação de menores infratores a Fundação do Bem-Estar Social do Pará entre os anos de 1967 a 1979 voltada, utilizo a pesquisa documental para compreender essa instituição como lugar de educação. Para tanto “é preciso [...] apreender sob que condições ele foi produzido, quem o escreveu, deve identificar-se a sua forma material e o conteúdo que aborda [...]. Na análise documental, é preciso considerar que nenhum documento é neutro” (Rodrigues; França, 2010, p. 60-61). Ou seja, “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa visto que os documentos não passam antes por nenhum tratamento científico” (Oliveira, 2007, p. 70).

Conforme Samara e Tupy a,

História se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis [...]. Por falta de documentos, a História de enormes períodos do passado da humanidade ficará sempre desconhecida. Onde não há documentos não há História (2010, p. 16-17).

Carvalho (1989) nos diz que a pesquisa documental tem sido largamente utilizada na investigação histórica e tem como objetivo descrever e/ou comparar fatos sociais, se caracterizando pela utilização de uma diversidade de documentos. Temos então que,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividade particulares ocorridas nem passado recente. (Cellard, 2008, p. 295).

Em janeiro de 2023 realizei visita no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), por ele ser uma das principais instituições arquivísticas do Brasil, sendo que seu acervo consegue abarcar pesquisas dos períodos Colonial, Imperial e Republicano, abrangendo uma História Colonial da Amazônia, e ainda um espaço geográfico da chamada Amazônia Legal e Fronteiras (Agência Pará, 2023). Em visita de campo para levantamento de documentos que

remetessem a pesquisa em curso, não identifiquei material relativo ao período de vigência da então denominada Fundação do Bem-Estar Social do Pará, nos anos 1967 a 1993.

A servidora responsável pela busca de documentos no Arquivo expressou que seria de grande relevância a presente pesquisa de mestrado pois ela pode vir a ser ponte entre a Fasepa e o Arquivo Público. Para a Fasepa o produto da pesquisa pode contribuir para a sistematização inicial de sua história e possíveis análises de sua própria atuação no momento atual, e para o Arquivo Público a possibilidade de parceria com a Fasepa no sentido de buscar formas de resguardo dos dados documentais da instituição, fontes importantes para outros pesquisadores e ampliação do público atendido pela APEP.

Quanto a preservação dos documentos Sabino (2012) nos afirma que quando se trata de estrutura física do documento histórico, o problema se torna grave e muito se perde de nossa história. A falta de organização em acervos documentais é extensiva ao patrimônio de muitas histórias, seja da criança, de instituições, da imprensa ou da mulher, comentando que “os documentos se acumulam sem qualquer tipo de cuidados, e os valores histórico-culturais e administrativos, são, na maioria dos casos, postos em risco” (Sabino, 2012).

Ainda em janeiro de 2023 visitei a Biblioteca Pública Arthur Vianna, da Fundação Cultural Tancredo Neves, a fim de pesquisar documentos relativos a Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), sendo encontrado uma cópia do relatório de atividades do período entre 1979 a 1982, Relatório de gestão (1983 a 1986). Em que pese os documentos estavam relacionadas ao período de transição da instituição em que ela passa por uma reformulação deixando de ser denominada Fundação do Bem-Estar Social do Pará no ano de 1993, passando a atuar no mesmo ano sob a designação de Fundação da Criança e do Adolescentes do Pará (Funcap), os documentos possuem grande fonte de informações sobre o histórico de criação e atuação no período da Fbesp.

Na a Universidade Federal do Pará, na Coleção Amazônia localizada na Biblioteca Central, foi identificado um documento editado pela Fundação do Bem-Estar Social do Pará denominado “*Projeto de atendimento integrado à família*”, datado no ano de 1975, que versa que na época não havia os Estados brasileiros a tradição de associar aos programas de atendimento de menores em situação de abandono ou de conduta antissocial, programas comunitários, sobretudo daqueles em processo de marginalização. E que, tais programas são preconizados para as áreas urbanas que eram caracterizadas por sua densidade demográfica elevada, alto índice de população flutuante, vulneráveis ao desenvolvimento de condicionamentos negativos ao bem-estar do menor e da família, nesse sentido tinham como objetivo “implantar programas comunitários integrados, localizados em zonas carentes,

oferecendo excelente retaguarda aos serviços de triagem e possibilitando o desenvolvimento de ampla ação preventiva a marginalização” (p. 02).

No que concerne as fontes documentais institucionais da Fbsp, realizou-se pedido de autorização para acesso para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu sob a condição de solicitação formal por meio de Processo Administrativo Eletrônico (Pae), à então denominada Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), sendo apresentado resumo do projeto de pesquisa, a natureza da pesquisa, os objetivos, bem como apresentação de declaração de vínculo com a universidade. As condições foram atendidas e a pesquisa de campo foi autorizada em maio de 2023 pela Diretoria de Atendimento Socioeducativo da Fasepa (DAS/Fasepa), inicialmente com acesso aos documentos resguardados na sede da Fasepa que fica localizada na Rua Diogo Moía, 1101 – Belém.

Atualmente a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) tem seus arquivos distribuídos em sua sede administrativa que está situada na Rua Diogo Moía, bairro do Umarizal em Belém, e também no Complexo Esportivo e Cultural Apoena⁶, situado na Rua Cavalcante, Centro do município de Ananindeua. Os documentos que tive acesso são os que se encontram na sede da instituição e que foram organizados por uma das servidoras da DAS/Fasepa, a mesma designada para me supervisionar ao longo da pesquisa de campo.

Quanto aos documentos que se encontram no Complexo Esportivo e Cultural Apoena, em dialogo realizado presencialmente no ano de 2023 com a servidora responsável pelo setor do arquivo permanente foi possível identificar em sua fala a existência de documentos institucionais relativos à busca de minha pesquisa, contudo, o acesso a eles depende também do autorizo na instituição sede por meio da Diretoria de Atendimento Socioeducativo da Fasepa (DAS/Fasepa).

Entretanto, não obtive acesso aos mesmos em um primeiro momento pois o arquivo permanente estava passando por um processo de reorganização dos documentos, o Acesso ao arquivo somente foi concedido no ano de 2024. Devido esse setor ter sido remanejado para outras unidades da instituição diversas vezes, em um dos deslocamentos alguns dos documentos haviam sofrido danos em decorrência de chuvas e outras intempéries, fato esse que fez com ela tivesse que tentar preservar os documentos e reorganiza-los, situação que foi constatado por mim em uma das visitas in-loco. No momento da visita estabeleci diálogo com os servidores responsáveis pelo setor do arquivo que me informaram que devido a maior parte

⁶ Trata-se de uma unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará que tem como objetivo promover a luz das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente o direito à lazer, esporte e cultura.

dos arquivos relativos a Fbesp se deterioraram devido não haver ainda um sistema de armazenamento que favoreça a preservação dos documentos, por isso muitos deles foram corroídos por insetos e outros animais, e aqueles documentos que mantiveram-se preservados estariam resguardados por alguns servidores preocupados com a preservação das informações desse períodos.

Borges (2017) nos traz uma perspectiva interessante que se aplica a situação dos espaços de privação de liberdade de menores. Para o referido autor, a categoria patrimônio carcerário envolve não apenas a dimensão edificada desses bens, mas sob uma perspectiva mais ampla e disseminada, englobando aspectos imateriais e materiais. Envolve a preservação da memória dos sujeitos envolvidos no cotidiano prisional: os sentenciados, seus familiares e os funcionários das instituições, problematizando a dimensão imaterial da experiência prisional, suas rotinas e suas práticas cotidianas. Envolve ainda a preservação dos acervos prisionais, documentais e/ou objetos tridimensionais: prontuários de presos, livros de registro, fotografias, cadeiras de identificação, uniformes, móveis e utensílios, incluindo aqui as criações proibidas dos presos, vestígios por estes deixados durante o período de reclusão. A preservação destes acervos por parte das instituições nem sempre atende às condições mínimas de conservação, o que implica na perda de documentos fundamentais para pensar a história das prisões no Brasil e suas especificidades nos diferentes estados brasileiros (Borges, 2017).

Os documentos identificados na sede administrativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), são de natureza diversas, entre eles identifiquei cinco monografias, cópias de legislações e registros fotográficos, recortes de jornais, planos de ação, relatórios de atividades, propostas de trabalho. Considerando os objetivos da pesquisa selecionei os seguintes documentos descritos no quadro a seguir.

Quadro 4 – Documentos Institucionais encontrados na sede da Fasepa

Natureza dos documentos	Ano da publicação	Governador em exercício e ano
Estudo do Serviço Social do Gabinete do governador que serviu de base para a implantação da FBESP (cópia)	1966	Governador Ce. Alacid Nunes (1966 a 1971)
Linhas de atuação da Fbesp	1975	Governo Aloysio Chaves (1975 a 1978)
Plano de Ação - FBESP	1983 a 1986	Governo Jader Barbalho (15 março 1983 a 15 março 1897)
Relatório anual da FBESP (tiragem original)	1984	Exercício do governador Jader Barbalho (1983 a 1987)
Fbesp <i>Uma nova proposta</i>	1991	Exercício do Governo de Hélio Mota Gueiros (1987-1991)
Relatório de atividades da Fbesp 1993	1993	Governo Jader Barbalho (1991-1995)

Fonte: Organizado com base nos documentos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), 2024.

Faço menção aos documentos originais e cópias pelo fato de que, embora os documentos aos quais eu tive acesso no formato de cópias tivessem sua versão original na sede da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), o seu estado de conservação não permitia o manuseio sob pena da perda de sua estrutura pois se encontravam em caixas de plástico dentro de um armário sem as condições ideais para conservação do papel. Por isso, na tentativa de preservar as informações, a servidora que estava me acompanhando na pesquisa havia intuitivamente tentado resguardar as informações constantes nesses documentos que apresentavam estado de deterioração, desse modo buscou fazer cópias deles.

Nesse contexto, o evidente esforço da servidora e da instituição ao incentivá-la nesse processo, percebe-se a necessidade de maior investimento no que compete ao resguardo dos documentos no formato digital, considerando que a Fasepa tem cerca de 57 anos de atuação o que denota a ela relevância na História Cultural que se constrói em torno do atendimento de crianças e adolescentes no Estado do Pará.

A pesquisa em desenvolvimento está inserida no campo da História da Educação sob a perspectiva da História Cultural, com finalidade de situar a Fundação do Bem-Estar Social do Pará enquanto produtora de uma. Michel de Certeau (1988) nos sinaliza que a história é uma operação que se insere na realidade, podendo ser captada enquanto atividade humana, e prática que combina um lugar social e prática científica. Para esse autor, a pesquisa historiográfica deve se articular a partir de um lugar de produção socioeconômico político e cultural, sem, no entanto, esperar a “totalização”, mas captar os desvios.

O historiador Carlo Ginzburg, em sua obra “*O queijo e os vermes*” de (1998), propõe o chamado paradigma indiciário, comparando o trabalho do historiador a um detetive, considerando que o mesmo precisa decifrar enigmas. Por isso, para ele, é preciso ir além do que é dito, do visto e do representado, ou seja, o olhar deve se focar nos detalhes. Compara a ação do historiador ao do médico, pois ambos buscam os sintomas para compreender os sentidos (Pesavento, 2004);

Para Costa (2016), ao investigar uma instituição educativa

[...] ao investigar uma instituição educativa deve-se buscar compreender o desenvolvimento, ou seja, sua criação, suas crises, sua arquitetura, seus alunos e docentes, seus projetos e suas propostas pedagógicas. Dessa maneira, ao estudar a história das instituições escolares, o pesquisador deve ir além dos aspectos interiores que formam uma instituição, pois uma instituição manifesta sua identidade não apenas no seu interior, mas também no seu entorno, este que caminha junto à instituição, direcionando, desse modo, a uma dimensão cada vez mais macro de seu contexto histórico (Costa, 2016, p. 20).

Assim as instituições educativas, sendo elas escolares ou de outras naturezas, necessitam de estudo que as situem como elementos produto de um contexto socio-histórico-cultural, ao mesmo passo como sendo produtor dela. Nessa linha de raciocínio, Burke (2005, p.10) afirma que “[...] o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana”.

Os tipos de educação desenvolvidas no âmbito de instituições de assistência, quando analisadas sob a perspectiva da História Cultural (HC), podem ser identificadas como modos de pensar e de sentir tomados coletivamente e “as ‘visões de mundo’, os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os ‘modos de vida’ relacionados aos vários grupos sociais, as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos” (Barros, 2003). Chartier (1990) identifica como objeto da História Cultural as demarcações históricas produzidas pelas práticas articuladas das estruturas do mundo social, ou seja, “modo como em diferentes tempos e espaços, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (Chartier, 1990, p.16-17). Para o autor as práticas são entendidas como os diferentes usos e costumes de um determinado grupo ou sociedade, sua forma de expressar-se, suas instituições, suas técnicas e realizações, suas comemorações, seus ritos, suas maneiras de sentar-se, comer, andar, conversar, discutir, solidarizar-se e até hostilizar, suas atitudes diante da morte, da doença, da loucura, dos estrangeiros etc.

Para Pesavento (2008) as representações não só constroem o mundo, como interferem na percepção da realidade pelos homens que passam a pautar sua existência a partir delas, de forma que as representações são “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (Pesavento, 2008, p. 39).

Os discursos que permeiam as ideias e tipos de educação nas instituições resultam de representações que as pessoas e a sociedade constroem, assim como, as instituições tem um importante papel na construção dessas representações, pois professam visões e propostas de educação em relação ao público que atendem. Isso ocorre com as instituições educativas, pois, em seus documentos institucionais expressam as propostas de educação que pretendem desenvolver a fim do alcance de objetivos pré-estabelecidos, que se traduzem em práticas educativas. Entretanto, muito embora a intenção seja que as práticas educativas dos profissionais estejam alinhadas a visão de educação da instituição, pode-se perceber que

outras práticas educativas surgem, tanto como alternativa diferenciadas que se alinham a proposta de educação institucional.

Chartier (1990) considera que eles são representações, são construções sociais e históricas cuja investigação se faz necessária para compreender a própria história. Segundo o autor, as representações do passado se entrelaçam naquelas produzidas no presente, pois envolvem símbolos do passado que relembrem algo que não esteja presente e símbolos presentes que representem um valor importante. As práticas de um determinado grupo são formas que esse grupo tem de se apropriar das suas representações. Portanto, é por meio da história cultural que se torna possível olhar para as práticas educativas desenvolvidas pela Fundação do Bem-Estar Social do Pará como instituição que ao longo de seus processos de mudanças em sua estrutura legal e paradigmáticas, carregou consigo simbologias de permanências e de rupturas. Quanto a isso, Le Goff (1990), com sua abordagem nos diz que a memória coletiva pode ser aplicada tanto aos monumentos quanto aos documentos, sendo esse último resultado de uma montagem consciente ou inconsciente de uma sociedade que tenta impor ao futuro determinadas imagens de si própria.

Embora Chartier não discuta instituições de internação e assistência ao menor, as análises que faz sobre as práticas e leituras, controle social e disseminação de conhecimento são importantes para compreender como essas instituições são importantes para moldar a formação dos menores, seus hábitos culturais e educacionais, além de influenciar o tipo de conhecimento e valores a que eles têm acesso. Ou seja, as escolas de reforma e disciplinares voltadas aos menores abandonados, carentes e infratores representam um exemplo claro de como as instituições culturais podem tanto transmitir quanto restringir o acesso ao conhecimento, influenciando diretamente as práticas culturais e o desenvolvimento social dos indivíduos que estão sob sua tutela. Nesse sentido, Le Goff nos mostra que os documentos carregam em si a memória coletiva de uma sociedade, se alinhando as ideias de Chartier quando este nos chama a atenção que as representações refletem a maneira como diferentes grupos sociais, como autores, editores e leitores, compreendem e atribuem significado ao mundo.

Desse modo, tanto os documentos quanto as instituições são meios de transmitir quanto restringir o acesso ao conhecimento, influenciando diretamente as práticas culturais e o desenvolvimento social dos indivíduos que estão sob sua tutela.

Outro autor que apresenta contributos a discussão é Erving Goffman (1961) com a obra *Manicômios, prisões e conventos* tratando das Instituições totais, sua estrutura social e funcionamento, sustentam a análise da Fbesp enquanto instituição dessa natureza já que,

embasada pelas legislações considerava a internação, tanto com restrição total de liberdade quanto de forma parcial, estratégias de proteção e assistência das crianças e adolescentes em situação irregular.

Goffman (1961) afirma ainda que existem cinco tipos de instituições, existem duas das quais abordarei mais a fundo. Uma é a instituição total, que é organizada “para proteger a comunidade contra os perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração” e a outra, destinada a “alguma tarefa de trabalho, e que se justifica apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados)” (Goffman, 1961, p.17).

Michel Foucault em sua obra *Vigiar e Punir: história da violência em prisões* (2010), apoia as análises sobre a instituição estudada pois permite compreender a educação dos corpos na relação entre reeducar e punir, considerando que a Fbesp era uma instituição que tinha a internação e a vigilância a seu principal discurso de proteção e assistência as crianças e adolescentes considerados em situação irregular, podendo ser elas aquelas em situação de vulnerabilidade social, tanto quanto as em situação de infração da lei. Diferentemente de Goffman, Foucault não se debruça sobre a análise das instituições propriamente ditas, mas cuida das práticas institucionais e das relações de saber-poder-subjetivação que nelas acontecem. Segundo Foucault (2010), há vários princípios que permeiam essas instituições; o primeiro é o isolamento e, posteriormente, o trabalho e a modulação da pena, princípios que devem ocupar a mente e o corpo dos sujeitos, para torná-los então sujeitos regenerados.

É importante então destacar que as análises de Goffman e Foucault sobre as instituições, embora partam de perspectivas distintas, se complementam na construção de uma compreensão mais abrangente acerca do poder e do controle social sobre o que se entendia como problema do menor. Goffman, com sua teoria das instituições totais, mergulha na dinâmica interna desses espaços, revelando como regras e rotinas moldam o comportamento individual e promovem a padronização. Seu olhar micro sociológico desvenda as estratégias de resistência e adaptação dos indivíduos frente ao controle institucional, evidenciando as tensões e conflitos inerentes a esses ambientes.

Foucault, por sua vez, amplia o escopo da análise para além dos muros institucionais. Ao investigar a microfísica do poder, ele demonstra como as instituições se inserem em uma rede complexa de dispositivos disciplinares que permeiam toda a sociedade. Seu foco recai

sobre os mecanismos sutis de controle que operam por meio da vigilância, da normalização e do exame, produzindo "corpos dóceis" e subjetividades disciplinadas.

Assim, enquanto Goffman desvenda as relações de poder no "intramuros" institucional, Foucault analisa o "extramuros", revelando como o poder se estende para além das instituições, moldando as relações sociais e produzindo subjetividades. A combinação dessas perspectivas permite compreender as instituições como lócus de controle social, mas também como engrenagens de um sistema mais amplo que disciplina e normaliza os indivíduos.

Feitas tais considerações sobre o percurso metodológico adotado apresento na próxima seção a trilha histórica da institucionalização de crianças no Brasil que identifiquei nas dissertações e teses levantadas, situando os marcos legais dos códigos de menores de 1927 e 1979, e as instituições de correção que foram criadas na vigência de tais legislações, com ênfase na Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), apontando aspectos sobre a sua criação, estrutura organizacional e público atendido.

3 POLÍTICA NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR: CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO PARÁ (FBESP)

Desde a implantação das primeiras políticas voltadas ao atendimento de crianças e adolescente na primeira República Brasileira, transição do século XIX para o século XX, até os mais recentes mecanismos legais de proteção que se constituíram no período de redemocratização do país na década de 1980 até os dias atuais, surgiram diversos debates quanto a efetividade de cada uma das propostas, pautadas principalmente nos discursos sociais e institucionais que delegaram a pobreza de recursos socioeconômicos o sentido que leva a vulnerabilidade e delinquência das crianças e adolescentes.

Entre os debates sobre as propostas de intervenção do Estado brasileiro frente a criminalidade infanto-juvenil, destacam-se aqueles que empreendem na dimensão sobre as continuidades e rupturas presentes no atual modelo socioeducativo em relação a propostas anteriores. São debates que buscam argumentos na história das instituições de internação e suas propostas educativas empregadas com crianças e adolescentes para perceber a reprodução de práticas educativas que não convergem com o pensamento social que se tem sobre infância e adolescência.

Nesse sentido, a presente seção apresente dois eixos de discussão. O primeiro tem por objetivo apresentar a construção da cultura menorista no Brasil, sinalizando os discursos que foram utilizados como argumentos para a institucionalização de menores pobres, marginalizadas e infratoras, a partir de legislações e das instituições que foram criadas para a assistência e educação desse público. No segundo, contextualizo, no âmbito da capital paraense, a criação da Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), que se particulariza⁷ diante das demais unidades de execução da Política Nacional do Bem-Estar do Menor já que a Fbesp foi a instituição responsável do atendimento não somente do menor infrator, mas também de toda uma clientela compreendida como vulnerável socialmente, cabendo então a Fbesp a formulação e execução da Política de Assistência Social do Estado do Pará.

⁷ A entidade que se assemelha da Fundação do Bem-Estar Social do Pará é a entidade denominada Fundação do Bem-Estar Social do Acre criada no ano de 1960, que também se propunha “incentivar ou promover programas de fortalecimento da família, de prevenção e atendimento ao problema do menor, de orientação e amparo à velhice e invalidez, visando a integração na comunidade (Lei nº 192 de julho de 1968)

3.1 O “problema do menor”: Códigos de Menores e Instituições de assistência e privação de liberdade no Brasil

O sistema de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil é resultado de um longo processo histórico que reflete as representações sociais construídas ao longo do tempo. O rótulo de menor abandonado está intimamente ligado a um chamado fator de risco, o que autoriza que esses menores sejam seguramente considerados pelos especialismos como delinquentes e desvalidos por sua cor, raça e classe social, permitindo ao Estado construir práticas sociais pautadas principalmente na noção de segurança, forjando o que Foucault (1999, p. 285) chamou de racismo de Estado.

O atual sistema de segurança, proteção e garantia dos direitos e deveres das crianças e adolescentes é fruto de um processo histórico que se pautou nas representações sociais construídas sobre essas categorias ao longo de diferentes momentos históricos. Separar, apartar, segregar é uma forma de poder soberano sobre a vida, que controla o direito de viver e o direito de morrer, “neutralizando” o domínio, deixando-o submisso ao soberano.

O conjunto de mecanismos e ferramentas legais que existem atualmente em nossa sociedade voltadas para a prestação de assistência a esses segmentos foram construídos a partir da concepção que temos sobre essa categoria enquanto papel social dentro de um contexto. O conceito de segurança nem sempre existe. Segundo Foucault (2008), antes de existirem questões de segurança, criou-se a ideia de normalização, disciplina, vigilância, risco e perigo. Todas essas categorias estão associadas às características do processo de urbanização e industrialização.

Podemos perceber esse conjunto de mecanismo descritos na obra *Meninos Vadios, Moleques e Peraltas* (1996) de Walter Fraga Filho que mergulha na realidade social da Salvador do século XIX, revelando a vida de crianças e adolescentes que, marginalizados e estigmatizados, faziam das ruas seu espaço de vivência, trabalho e resistência. Longe de ser um retrato simplista da "vadiagem", o livro desvenda as complexas nuances da infância pobre naquela época, revelando as dificuldades enfrentadas por jovens negros e mestiços em ascender socialmente e as estratégias de sobrevivência que estes desenvolviam.

Fraga Filho (1996) desconstrói a ideia de que a "vadiagem" se resumia à ociosidade, demonstrando que, para muitos meninos, ela representava uma forma de trabalho e sustento familiar. Mesmo ligados a famílias, eles encontravam nas ruas um espaço para realizar pequenas atividades como vender jornais, engraxar sapatos ou prestar pequenos serviços, contribuindo para a renda familiar. No entanto, esses "meninos de rua" eram constantemente

marginalizados e estigmatizados, especialmente os negros e mestiços. Vítimas de uma sociedade profundamente desigual e racista, eles eram associados à delinquência e à desordem, o que limitava suas oportunidades e reforçava sua exclusão social.

Em meio a essa realidade adversa, a rebeldia juvenil emergia como forma de resistência. O desprezo pelo trabalho formal, a preferência pela liberdade das ruas e o uso de bebidas alcoólicas, embora vistos como transgressões pelas autoridades e pela elite social, representavam formas de afirmação da identidade desses jovens diante de uma sociedade excludente. As ruas de Salvador se transformavam, assim, em um espaço de socialização e convivência. Nelas, os meninos formavam grupos que funcionavam como redes de apoio e solidariedade, oferecendo proteção e pertencimento em um ambiente hostil. Esses grupos, com suas brincadeiras, algazaras e eventuais confrontos com a polícia, construía uma dinâmica própria de relações e hierarquias.

A participação desses meninos em movimentos sociais urbanos, como motins e rebeliões, demonstra sua consciência social e sua capacidade de mobilização política. Longe de serem apenas vítimas passivas da marginalização, eles se engajavam em ações que desafiavam a ordem estabelecida e reivindicavam seus direitos.

Diante dessa realidade, as autoridades buscavam controlar a presença desses menores nas ruas por meio de medidas repressivas. A criação de instituições correcionais, como o Reformatório para Meninos, visava disciplinar e "civilizar" esses jovens, impondo-lhes normas e valores da sociedade burguesa. Essa postura refletia a mudança de atitude da sociedade em relação aos mendigos e vadios, que passaram a ser vistos com intolerância e hostilidade. A ascensão da sociedade burguesa e da ética do trabalho contribuiu para a criminalização da pobreza, associando a mendicância e a vadiagem às "classes perigosas", consideradas uma ameaça à ordem social. Então, a obra de Walter Fraga Filho (1996) oferece uma contribuição ao desconstruir estereótipos e revelar a complexidade da vida desses meninos, o autor nos convida a refletir sobre as desigualdades sociais e raciais que persistem na sociedade brasileira contemporânea.

Há vários entendimentos para categorizar a infância pobre, os quais variam de acordo com cada momento da história: pivete, delinquente, abandonado, marginal, órfão, menor, entre outros, de modo a cristalizar uma essência problemática a respeito destes, que vem se perpetuando ao longo dos séculos. (Macedo, 2019)

Assim, observamos desse modo que o percurso histórico que levou ao paradigma da proteção integral da criança e do adolescente no Brasil foi marcado inicialmente pela não proteção desse segmento, uma vez que essa negação estava vinculada à falta de um lugar

específico para a infância. “O que demarca ao longo do processo histórico é a tentativa de estabelecimento de controle sobre a população infantil como resultado de um discurso que reduziu a infância à mera esperança de futuro” (Veronese, 1999).

No final do século XIX, o Brasil viu a criação dos primeiros ensaios para uma assistência filantrópica (tida como científica) aos meninos desvalidos, com a criação das Casas de Educandos Artífices em quase todas as Províncias, a partir de 1855. Durante esse período, profundas transformações políticas e sociais ocorreriam no Brasil, agravando a questão dos menores. A filantropia dava seus primeiros passos, com juristas, higienistas e o governo fomentando a criação de estabelecimentos de proteção e disciplinamento aos meninos (Colombo, 2006, p. 41).

A atenção ao adolescente infrator inicia-se no Brasil na fase filantrópica da assistência pública, uma vez que a adolescência é uma fase da vida que só passou a ser considerada enquanto categoria a partir do século XIX, tempo em que a assistência era tão-somente caritativa. Com a necessidade de um controle social sobre a população, sobretudo da infância, a filantropia lançou mão dos conhecimentos científicos para efetuar um disciplinamento mais efetivo, humanizado e preventivo.

Quanto à fase caritativa, Marcílio (1998) nos diz que a primeira fase se estende até meados do século XIX, enquanto a segunda fase – embora mantendo setores e aspectos caritativos – evolui para o novo caráter filantrópico e está presente, a rigor, até a década de 1960. Ainda nos dizeres de Colombo (2006), com o advento da República, houve a separação do Estado e da Igreja, e o Estado passou a tender à assistência filantrópica. Assistiremos, a partir daí, a conflitos entre a opção assistencial filantrópica e a opção caritativa da Igreja Católica. Ao tempo em que os filantropos passaram a influir no novo Estado republicano, alterando as políticas sociais tanto públicas como privadas, a assistência caritativa da Igreja Católica deixou de atender aos adolescentes infratores, passando essa tarefa para o Estado.

A legislação brasileira sobre menores começou a se desenvolver de forma mais estruturada a partir do Código Penal de 1890, que estabeleceu a possibilidade de responsabilização penal de crianças a partir de nove anos. A criminalidade infantil no Brasil, entre os anos de 1890 a 1930, foi uma realidade preocupante, originando-se nas camadas menos favorecidas e, principalmente, pela inserção do menor “delinquente” nas relações de trabalho e no cotidiano social, que se transformava segundo os novos padrões de convívio impostos pela modernidade, “padrões estes, estabelecidos e permeados pela industrialização, urbanização e crescente pauperização das camadas populares” (Santos, 1999, p. 212). Entendia-se que o menor criminoso encontrava nas ruas as piores formas de influência e de

ideias nocivas à ordem social. Santos (1999, p. 213) comenta que a criminalidade crescia e tornava-se uma faceta importante daquele cotidiano, quer pela vivência dos fatos materiais, quer pela interiorização da insegurança que em maior ou menor grau atingia as pessoas.

O governo republicano apresentou características repressivas na tentativa de conter as massas populares inflamadas pelo momento político que vivenciavam. Em 1893, foi ordenado, por um instrumento legal da época, recolher das ruas vagabundos e capoeiristas. O Código Penal de 1890 baixou para nove anos de idade a responsabilidade penal, com a criação da Colônia Correccional de Dois Rios na Ilha Grande. Após a reforma do serviço policial, em 1902, determinou-se a internação dos menores em colônias de correção. O recolhimento significou a perda de liberdade, a coerção, o disciplinamento e a correção de um comportamento considerado inadequado à proposta presente no imaginário de médicos e juristas. O objetivo era fazer com que as crianças e os adolescentes se enquadrassem passivamente no que lhes fora destinado. Assim, as instituições de amparo social criadas para servir aos desprovidos e desvalidos tinham como objetivo, segundo Lemos Britto, “prevenir a delinquência, protegendo a infância e fazendo de sua saúde física e de sua adaptação moral a mais grave preocupação da sociedade” (Pavão, 2011, p. 9).

O Código de Mello Matos, instituído pelo Decreto nº. 17.943-A em 12 de outubro de 1927, visava o controle total das crianças e jovens, culpabilizando atos cometidos por esse segmento da população, representando a infância pobre como infratora e marginalizada (Veronese, 1999). Para o referido código, o atendimento do Estado voltava-se à adoção de medidas necessárias à guarda, tutela, vigilância, educação, preservação e reforma dos menores abandonados e delinquentes. São esses “menores” que justificam a criação de um complexo aparato médico-jurídico-assistencial, cujas metas eram definidas pelas funções de prevenção, educação, recuperação e repressão. A prevenção objetivava vigiar a criança, evitando a sua degradação, que, conseqüentemente, contribuiria para a degeneração da sociedade. A educação objetivava moldá-la ao hábito do trabalho e treiná-la para que observasse as regras do “bem viver”. A recuperação pretendia reeducar ou reabilitar o “menor”, percebido como vicioso, por meio do trabalho e da instrução, retirando-o da criminalidade e tornando-o útil à sociedade. A repressão visava conter o menor delinquente, impedindo-o de causar outros danos. Dessa forma, acreditava-se que se salvaria a criança e o Brasil (Rizzini, 1997, p. 30).

Carlos (2013) explica que, inicialmente, não havia distinção entre menores abandonados e delinquentes nas instituições. Com o avanço dos princípios higienistas, essa diferenciação foi estabelecida com base em seus comportamentos, classificando-os em libertinos, vadios e delinquentes. Essas categorias foram incorporadas em decretos, incluindo

o Código de Menores de Mello Matos (1927), levando à criação de métodos de tratamento diferenciados e à necessidade de uma escola específica para menores delinquentes. O Código possuía medidas punitivas ambíguas, ao considerar que os jovens de 14 anos seriam “improcessáveis”. Já em relação aos maiores de 16 anos e menores de 18, o Código previa que seriam “internados em estabelecimento especial” quando evidenciassem periculosidade. Para os jovens “maiores de 18 e menores de 21 anos, incidiria a atenuante da menoridade”, submetendo-se os processos às decisões dos juízes. Nesse sentido, o Código, ao determinar os limites de idade, estabelecia as fronteiras da categoria juventude do início da República brasileira: o menor, o jovem pobre (Bernardo, 2008).

A primeira Escola de Reforma do país, inaugurada no ano de 1925, recebeu o nome do jurista João Luiz Alves e recebia menores com idade entre 14 e 18 anos para a missão expressa de regenerá-los através do trabalho e da educação. O Código de Mello Mattos definiu que a preservação dos menores abandonados do sexo masculino seria responsabilidade da Escola Premonitória 15 de Novembro, e que a regeneração dos menores delinquentes ficaria a cargo da Escola de Reforma. Um ponto importante a ser destacado diz respeito ao fato de que a educação dos menores era tratada como assunto jurídico e não pedagógico. A subordinação do aspecto educativo ao jurídico era característica do pensamento da época, que foi responsável por fazer emergir um tipo de educação assistencial para os menores delinquentes, modelo que se mantém até os dias atuais (Carlos, 2013). Bernardo (2008) apresentou que a questão do trabalho também foi algo contraditório no Código de Menores de 1927, pois existiam brechas na legislação brasileira o que reafirmou a inserção de crianças e jovens no processo industrial e capitalista das primeiras décadas da república, caracterizando-a como uma legislação excludente.

A legislação voltada para crianças e jovens passou por algumas modificações no governo getulista na década de 30. O governo de Getúlio Vargas caracterizou-se por medidas autoritárias e populistas que promoveram modificações principalmente no poder judiciário e no direcionamento de medidas legais para o povo. Nesse sentido, a legislação para os jovens não ficou excluída, passando por algumas modificações: “com a Constituição de 1934, determinou-se a proibição ao trabalho dos menores de 14 anos sem permissão judicial”. Contudo, a política direcionada para os menores na era Vargas fazia parte do conjunto de preocupações da chamada “política social”, permanecendo a ideia da formalização jurídica da questão do “menor” com a adequação de um processo de assistência – no sentido de acolhimento dos jovens e crianças desprovidos de subsistência – acoplado a processos de educação, correção e sociabilidade; justificando a incrementação das instituições a que estes

eram destinados com a valorização da infância e juventude, como também com a persistência da defesa do desenvolvimento de uma educação voltada para a aprendizagem do trabalho (Passetti, 2006, p. 354-370).

A despeito das multiplicidades dos aspectos que envolviam a infância, abandonada e delinquente, demonstrava-se que havia necessidade de conter o problema da pobreza, mesmo que para isso fosse necessário implantar os serviços específicos.

Com a instauração do Estado Novo, no ano de 1937, percebe-se uma crescente ideologização dos discursos dos representantes do Estado no atendimento à infância e à juventude. Neste mesmo ano, o juiz Sabóia Lima anunciou a ameaça comunista junto a este grupo na palestra “A criança e o comunismo”, realizada na Academia Brasileira de Letras, a convite da Liga de Defesa Nacional. Na ditadura implantada por Getúlio Vargas, intervir junto à infância torna-se uma questão de defesa nacional. Assim sendo, em 1940, o Decreto Lei N. 2.024, estabeleceu a organização da proteção à infância, à criança e ao adolescente com o Departamento Nacional da Criança (Costa, 2011).

Ainda em 1940, através do Decreto n. 2.848, instituiu-se o novo Código Penal brasileiro, o Código Penal de 1940. Essa legislação adaptou-se às novas realidades sociais, mantendo a estruturação das legislações anteriores. Com relação ao menor delinquente, o Código Penal de 1940 foi impreciso, determinando, no artigo 23, que “Os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial”. Dessa forma, tal legislação não trouxe modificações específicas à legislação do menor, credenciando a já existente, o Código de Menores Mello Matos. O Código Penal de 1940 estabelecia o envio, para internação em colônia agrícola, instituto de trabalho, instituto de reeducação ou de ensino profissional, dos sujeitos considerados em condição de ociosidade e vadiagem, como indica o artigo 93 que dispunha que “São internados em qualquer dos estabelecimentos referidos no art. 88, § 1º, n. III, segundo pareça ao juiz mais conveniente” [...], b) o condenado a pena privativa de liberdade, se o crime se relaciona com a ociosidade, a vadiagem ou a prostituição.” (Bernardo, 2008).

Nesse interim, a almejada assistência centralizada é implantada pelo governo Vargas, em 1941, com a criação do Serviço de Assistência a Menores (Sam). No entanto, está longe de ser o órgão idealizado pelos juízes: subordinado ao Ministério da Justiça, surge sem qualquer autonomia financeira e independente do Juizado de Menores. Somente em 1944, ele se torna um órgão de alcance nacional (Rizzini; Rizzini, 2004).

O Serviço de Assistência ao Menor (Sam) refletiu um enfoque ajustador de conduta, mais do que uma verdadeira iniciativa para atender às necessidades das crianças e jovens de

classes menos favorecidas (Faleiros, 2009). Este organismo governamental objetivava prestar assistência e amparo social, em todo território brasileiro, aos “menores” desvalidos e infratores. Com isso, o Estado brasileiro assumiu o papel centralizador em se tratando de executar uma política nacional de assistência; contudo, “sem eliminar a função dos estados na implementação e execução de políticas de correção e assistência definidas pelo Código de Menores, de 1927” (Evangelista, 2011, p. 49).

O Decreto nº 16.575, de 11 de setembro de 1944, que aprovou o regimento do SAM, definia em seu artigo 1º:

O Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.), órgão integrante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, diretamente subordinado ao respectivo Ministro de Estado e articulando com os Juízos de Menores, tem por finalidade prestar aos menores desvalidos e infratores das leis penais, em todo o território nacional, assistência social sob todos os aspectos (Decreto 16.575, 1944, Art. 1º).

Costa (2011) nos chama a atenção sobre a criação do Sam como resultado da dicotomia sobre o entendimento de infância e a menoridade. A autora diz que o Sistema da Assistência ao Menor defendia princípios e propostas modernas como educação e formação profissional para atuar no combate à criminalidade e na recuperação de delinquentes, só que na realidade revelou-se uma política em cujas instituições praticavam-se abusos e corrupção, que lhe renderam a fama de ser denominado escola do crime. Na realidade, esse órgão funcionava igual a um sistema penitenciário para a população menor de idade, utilizando a forma educacional “correcional repressiva”.

Instalado o Sam, o esforço de identificar os problemas e carências das instituições voltou-se para o menor e sua família. As dificuldades de viabilizar as propostas educacionais do SAM foram depositadas no assistido, considerado “incapaz”, “sub-normal de inteligência e de afetividade”, e sua “agressividade” superestimada (Rizzini; Rizzini, 2004).

Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência por Dona Darcy Vargas. Intitulada originalmente de Legião de Caridade Darcy Vargas, a instituição era voltada primeiramente ao atendimento de crianças órfãs da guerra. Mais tarde expandiu seu atendimento com vários dispositivos legais que foram criados de forma a contemplar as questões trabalhistas como, por exemplo, o Decreto nº 5.542 que consolidou as leis trabalhistas (Costa, 2011).

No ano de 1943, o Decreto nº 6.026 excluiu o uso do termo “delinquente”, que foi utilizado e realçado pelo Código Mello Matos (Kaminski, 2002, p. 27). Com isso, em 1944, o Decreto Lei nº 6.865 redefine a assistência ao menor e atribui novas funções ao SAM, com subordinação ao Ministério da Justiça e aos juizados de menores incumbindo-o de orientar e

fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social e estudar a causa do abandono etc. (Faleiros, 2009).

A Constituição de 1946, apesar de ter sido uma Constituição liberal, mostrava mais interesses nos problemas dos latifundiários e dos empresários urbanos do que com os interesses das classes trabalhadoras. Com isso, não trouxe grandes novidades para a situação do menor, mas inovou ao impor o dever estatal de proteção e assistência à maternidade, à infância e à adolescência, além de entender a proibição do trabalho noturno aos menores de 18 anos (Costa, 2011).

A partir da segunda metade do século XX, o modelo de internato voltado para filhos de ricos praticamente desapareceu, embora a reclusão tenha persistido para os pobres. O sistema de internato, com sua estrutura disciplinar rígida e a pedagogia do trabalho, continua a ser utilizado para gerenciar os considerados ameaçadores à sociedade, como os autores de infrações penais. Assim, o modelo de educação institucional, voltado para a correção e controle dos comportamentos, permanece como um dos principais mecanismos para lidar com os desafios da desigualdade e da marginalização social (Gondra; Schueler, 2008).

Rizzini (1995) posiciona que em 1959, uma Portaria passa a dispor sobre a colaboração da sociedade civil na assistência social prestada pelo Serviço de Assistência do Menor (Sam), tratando da criação de uma rede de creches, escolas maternas e parques infantis. No entanto, no seio da sociedade havia um consenso sobre a necessidade da extinção do Sam, baseado nas notícias divulgadas na imprensa sobre a criminalidade envolvendo menores egressos daquela instituição. Com isso, como expõe Daminelli (2019), uma comissão foi instituída para revisão das atividades do Sam.

Por meio de uma portaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pasta à qual o SAM estava subordinado, foi designada em 10 de maio de 1963 uma comissão para a escrita de um anteprojeto de lei que visava encontrar, mediante mudança total do Serviço de Assistência a Menores, uma solução para o “angustioso problema”. Esta comissão, por sua vez, valeu-se dos Autos de Sindicância do Sam, cuja abertura havia sido determinada pelo presidente João Goulart em março de 1961. No decorrer de 18 meses de trabalho, todos os ex-diretores da instituição foram ouvidos. Os depoimentos, elencados a partir de três eixos – impressões gerais, sobre o pessoal, sugestões e planos apresentados – compunham o conjunto de documentos anexados à exposição de motivos, apresentados pela Comissão de Anteprojeto para a substituição do órgão. Segundo a revista *Brasil Jovem*, foram esses os “amigos da juventude” que pediram a extinção do Sam (Daminelli, 2014, p. 58).

Daminelli (2014) situa que a análise dos desafios operacionais do Sam, conforme apresentado no relatório da Comissão de Sindicância, restringiu-se a enumerar os problemas gerais identificados pelos ex-diretores, associando-os ao cumprimento insatisfatório do objetivo principal da instituição: a prestação de serviços assistenciais aos desamparados e reeducacionais aos infratores. Baseando-se nesse parecer, a Comissão do Anteprojeto propôs ao chefe do Poder Executivo a criação de uma "Fundação de Direito Público, diretamente subordinada à Presidência da República e dotada de plena autonomia administrativa e financeira". Nos trabalhos desse novo órgão, seria necessária a "atualização de métodos e um maior esforço" em relação ao trabalho realizado anteriormente.

Durante o auge dessas tensões, um projeto de reformulação do Serviço de Assistência ao Menor (Sam) foi elaborado, visto que havia um consenso de que o SAM não proporcionava uma política sustentável para a população de "menores" nas áreas urbanas e industrializadas em expansão. Em fevereiro de 1963, uma comissão foi nomeada para reformar o Sam, sem resultados concretos. Em abril do mesmo ano, outra comissão foi nomeada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Mangabeira, composta majoritariamente por membros da Associação Social Arquidiocesana, propondo a criação de uma fundação para garantir a autonomia do novo órgão (Faleiros, 2009).

Na década de 1960, os países de capitalismo avançado experimentavam uma fase de democracias robustas e intervencionismo estatal, especialmente na Europa, onde o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) combinava políticas keynesianas com a expansão do sistema de seguridade social, alinhando-se ao crescimento econômico pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, o Brasil enfrentava expectativas de um futuro promissor que foram, contudo, suprimidas pelas tensões sociais exacerbadas após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a subsequente posse do vice-presidente João Goulart. As forças reacionárias, vinculadas ao imperialismo norte-americano e representadas principalmente pela União Democrática Nacional (UDN) e pelas Forças Armadas, limitaram o poder de Goulart ao impor um regime parlamentarista (Costa, 2019).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o conceito de marginalidade ganhou relevância, especialmente no contexto da industrialização e urbanização do Brasil. Violante (1983) descreve a marginalidade como a inserção da classe trabalhadora na divisão sociotécnica do trabalho, associada ao exército industrial de reserva. Marx (2011) destacou que a acumulação de capital está relacionada ao volume do exército industrial de reserva e ao pauperismo, com uma população excedente inerente ao processo de acumulação do capital. Kowarick (1987) complementa, afirmando que essa população "sobrante" contribui para o barateamento da

força de trabalho, uma característica perceptível no Brasil durante o crescimento urbano e industrial da época. Netto (2005), diz que a propaganda e as políticas sociais compensatórias foram usadas para mascarar os impactos negativos do "milagre econômico" e da modernização conservadora, sustentadas pela Doutrina de Segurança Nacional.

Em 1964, no contexto do golpe militar, foi criada, através da Lei nº 4.513, a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), em substituição ao Serviço de Assistência ao Menor (Sam), cujo objetivo era a execução da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). No entanto, que a Funabem herdou toda a estrutura do Sam (Earp, 1998). Couto e Melo (1998), descrevem esse processo:

A FUNABEM herda do SAM as locações, os profissionais e os internos [...]. A FUNABEM se tornou um organismo Nacional, tendo como modelo o Complexo de Quintino, formado pelas Escolas 15 de Novembro e João Luiz Alves e outras que foram criadas posteriormente. Deste complexo partiu todo treinamento de pessoal, a criação de novos modelos de atendimento e métodos e técnicas que foram utilizados pelas FEBEMs espalhadas por todo o país (Couto; Melo, 1998, p. 33-34).

Nesse contexto Costa (2011), destaca que a Funabem surgiu como instrumento político e de propaganda da ditadura militar, que foi incorporada como objetivo nacional, constando no manual da Escola Superior de Guerra. As suas ramificações estaduais e municipais eram denominadas Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). Sendo a segurança nacional o objetivo maior, Faleiros (2004) salienta que este preceito foi incorporado na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) no sentido de nortear a repressão e responsabilizar a família pelo abandono das crianças e adolescentes.

Conforme aponta Netto (2005), o regime militar interveio ativamente no sistema educacional e nas políticas sociais, moldando o Serviço Social para atender às suas necessidades. O autor argumenta que a ditadura e o Serviço Social no Brasil são indissociáveis. O regime utilizou o discurso de assistência para justificar suas ações e construir uma imagem de preocupação com o bem-estar da população. Essa estratégia se deu por meio da promoção de uma ideologia de "desenvolvimento social" alinhada aos objetivos do regime, a qual, contudo, se baseava em uma visão distorcida da realidade social que ignorava as verdadeiras causas da marginalização. A ditadura também interveio no sistema educacional, buscando a formação de uma força de trabalho qualificada e disciplinada para atender às necessidades do grande capital, desconsiderando as necessidades e os interesses das classes trabalhadoras.

Passetti et al. (1987), discorre no livro *O mundo do menor infrator* que com a centralização dos programas de atendimento ao menor reconhece-se que o “problema do

menor” é uma questão de Estado, em que a Política Nacional do Bem-Estar Social do Menor se apresenta vinculada a ideia prevenção e controle do problema do menor de modo geral. No que se refere ao controle, Paul Singer (1978), nos diz que a finalidade dos serviços de controle está em desenvolver técnicas possíveis para evitar que qualquer contradição entre sociedade e Estado se acirre, ou seja, para Singer sob a perspectiva da ordem devem ser acionados os mecanismos de prevenção e controle, sejam eles preventivos, punitivos ou repressivos, tendo como objetivo realocar os indivíduos em uma situação de ajustamento.

Então Passetti et al. (1987) que nesse universo de mecanismos de prevenção se faz necessário pontuar a distinção entre a delinquência e a infração em que a primeira deve ser entendida como sendo uma estratégia de vida, enquanto a infração ser o fato ilegal.

No entanto, elas não consideradas em suas especificidades em relação ao contingente que será recolhido institucionalmente para que se reajustem ao meio ambiente social. Como chamada integração do indivíduo na comunidade supõe a introjeção de um determinado referencial de mundo hegemônico, e que não é apreendido pelo cidadão globalmente, estaremos de frente para uma situação particular: como o infrator não se define institucionalmente pelo ato ilegal, mas pela conduta anti-social, isto é, delinquential, caberia a instituição prevenir a reincidência de atos ou modelar para o conformismo? Do ponto de vista institucional, o infrator comete determinado ato ilegal tendo por pressuposto a delinquência, pois, como bem salienta Foucault, será somente como “condenado e a título de ponto de aplicação de mecanismos punitivos que o infrator se constitui como objeto de saber possível” (Passetti et al, 1987, p. 33).

Temos então que, o Estado busco trazer como proposta central da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) a reintegração dos “menores” na sociedade por meio de uma adequação dos valores. Ou seja, o pressuposto é que os atos e as condutas antissociais são decorrentes de uma absorção falha dos valores universais da sociedade. Caberia, portanto, à instituição corretiva reeducar esses “menores”, integrando-os ao mercado de trabalho (Costa, 2011). Nessa linha, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) se diferenciava do Sam por sua autonomia administrativa e financeira, simbolizando um afastamento da burocracia e corrupção que caracterizavam o Sam (Vogel, 2011).

Subordinada diretamente à Presidência da República, a Funabem centralizou a política destinada aos menores, o que o Sam não havia conseguido. Importante destacar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, documento que servir de legitimação do regime instalado pelo Golpe de 1964 em que se estabeleceu a Ditadura Militar no Brasil, indicou ser proibido que menores de doze anos trabalhassem e que menores de dezoito trabalhassem no turno da noite e industrias insalubres a estes, e ainda, que as empresas comerciais tinham obrigação a ministrar aprendizagem aos trabalhadores menores. Já no que diz respeito a leis específicas voltados aos menores, a Fundação Nacional do Bem-Estar do

Menor (Funabem) ainda sobre a vigência da estrutura legal do Código de Menores de 1927, e da Lei nº 5.258 de 10 de 1967, que dispunha de medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais. Lei nº 5.258 descrevia que os menores de 14 anos que praticassem fatos definidos como infrações penais seriam submetidos a medidas de proteção, assistência, vigilância e reeducação de acordo com sua personalidade e natureza, já os menores de maiores de 14 e menores de 18 anos ficaram sujeitos as mesmas medidas, e para tanto seriam internados em estabelecimentos apropriados para sua reeducação onde receberiam educação moral e realizariam trabalhos.

Em 1974, a Funabem vinculou-se ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo como atribuição promover, em todo território nacional a execução da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Rizzini (1995) destaca que a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, sob o governo Castelo Branco, priorizava a valorização da família e a integração do menor na comunidade. A internação era considerada último recurso para interromper o ciclo de marginalização decorrente do empobrecimento da população brasileira.

Nesse sentido, Passetti (1996) define o bem-estar do menor como a satisfação de suas necessidades básicas, por meio da provisão de recursos essenciais para sua subsistência e desenvolvimento. O autor destaca que tais necessidades englobam saúde, afeto, educação, lazer e segurança social, esta última compreendendo a proteção da família e a defesa do menor contra negligência, maus-tratos e exploração.

De acordo com Miranda (2016), os documentos publicados pela Funabem recorrentemente defendiam a ideia de que as unidades de atendimento deveriam assegurar a escolaridade e preparação para o trabalho. A Revista Brasil Jovem publicou entre os anos de 1966 a 1978 notícias sobre os objetivos das oficinas profissionalizantes e as demais atividades desenvolvidas pela Funabem destacando que essas atividades serviam como um instrumento para a ressocialização dos adolescentes, para que a partir desse aprendizado eles se tornassem “úteis à nação”.

Contudo, o documento denominado *Informação nº 182/19/AC/80*, que continha denúncia realizada por Glauco Carneiro, ex-funcionário da unidade da Funabem em São Paulo, informando que a Funabem não deveria manter instituições sob sua administração direta para o atendimento de menores, sendo tal atividade atribuída aos Estados, Territórios e Municípios, ou entidades públicas e privadas, através de acordos ou convênios.

Sobre isso, o documento expressou que foi verificado na época que as instituições na cidade do Rio de Janeiro e de Brasília ainda estavam sendo administradas diretamente pela Funabem, além de outras cidades do interior de Minas Gerais e uma unidade em Recife, e por

isso havia a necessidade de descentralização. Desse modo, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) foi instituída no Brasil com o intuito de descentralizar as políticas de assistência a crianças e adolescentes em nível estadual. Visavam a ressocialização dos menores por meio de programas que englobavam educação, formação profissional, apoio familiar e atendimento a dependentes químicos e portadores de deficiência mental.

Segundo Passetti et al. (1987), a instituição corretiva Febem, seguia as normas gerais de funcionamento formuladas pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), para reeducar menores e para tal, tinha em seu quadro técnico profissionais de nível superior nas áreas da psicologia, psiquiatria, serviço social, pedagogia, sociologia, odontologia, medicina e direito, assim como, profissionais de nível médio, entre eles monitores e instrutores de oficinas. O entendimento era que a instituição necessitava de conhecimento especializado para tratar um problema particular pois somente sob um funcionamento organizacional o menor poderia ser integrado.

No final dos anos 1970, a ditadura militar enfrentava crises econômicas e políticas que culminaram na redemocratização do país. A aprovação da Lei Federal nº 6.697 em 1979, que introduziu a "doutrina da situação irregular", marcou uma nova fase na legislação de menores, tratando todos os menores em condições adversas como "menores em situação irregular" e reforçando a prática da institucionalização (Meneses, 2008, p. 58).

O Código de Menores de 1979 considerava crianças menores de 18 anos em condições de irregularidade, carentes ou infratoras, impondo um modelo que reduzia sua capacidade de decisão. Essa legislação tratava os menores de forma homogênea, sem distinguir entre crianças e adolescentes, focando-se na delinquência e abandono, e não na criação de soluções efetivas para suas vulnerabilidades (Veras Neto, 2004).

Os menores em situação irregular seriam aqueles que se encontrassem em condições de privação no que se refere à subsistência, saúde, instrução etc.; vítimas de maus-tratos impostos pelos pais ou responsável; se encontrassem em ambientes que ferem os bons costumes; que apresentassem condutas desviantes, incluindo-se os autores de infrações penais. A utilização da expressão "menor em situação irregular" pressupunha uma anormalidade que passava a identificar a criança e adolescente com categorias de indivíduos estranhos, problemáticos ou perigosos (Dornelles, 1992, p. 127).

Segundo Marcílio (1998), o novo Código oficializava o papel da Funabem, que atenderia não somente os desvalidos, abandonados e infratores, mas também à adoção de meios para prevenir ou corrigir as causas de desajustamento. A poderosa atuação do juiz de menores foi confirmada. Pela primeira vez, o instituto da adoção foi minuciosamente

regulamentado. Compreende-se, por intermédio dele, que é no seio da família que a criança pode completar o complexo processo de socialização, adquirir os valores de seu grupo, desenvolver a autoestima e capacitar para o desempenho das funções sociais. O novo código determinava que as entidades de assistência e proteção ao menor seriam criadas pelo Poder Público e disporiam centros especializados destinados à recepção, triagem e observação e à permanência de menores. A seguir temos um quadro síntese de como as legislações categorizavam os menores.

Quadro 5- Categorização dos menores segundo as legislações

Aspectos	Código de 1927	Lei nº 5.258/1967	Código de 1979
Classificação	Menor delinquente	Menor infrator	Menor em situação irregular
Idade e Responsabilidade	Até 14 anos: medidas protetivas 14 a 18 anos: processo especial e internamento	Até 14 anos: medidas de proteção 14 a 18 anos: medidas disciplinares e internamento	Medidas socioeducativas para todos os menores infratores
Internação	Solução prioritária	Internação obrigatória para infrações graves	Medida e imposto excepcional
Finalidade das Medidas	Correção e disciplinarização	Reeducação e controle	Reabilitação, prevenção e integração social
Ênfase na Atuação	Controle e moralização	Reeducação disciplinar	Direitos, prevenção e suporte familiar

Fonte: Organizado pela autora com base nos Códigos de Menores de 1927 e 1979, e Lei nº 5.258/1967

Apesar do aparente conteúdo conservador do Código de 1979, ele na verdade expressava a renovação do conservadorismo histórico, presente tanto no Código de 1927 quanto nas intervenções das instituições. Entretanto, o Código de 1979 inova quando propõe que existe um regime de semiliberdade propiciando alternativas ao isolamento inscrito por penas em regime de internação. Tal proposta reconfigura o ideário da internação nas grandes instituições totais e estimula o caráter de internação comunitária, pois

Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais. (Goffman, 1961, p. 16).

Segundo Celestino (2015), o fortalecimento da proposta da Funabem se deu por meio do mito do desvio de conduta de crianças e adolescentes, que esteve embasado e justificado

por argumentos científicos pautados em teorias vinculadas à hereditariedade e à genética. O suporte técnico foi realizado por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, entre outros profissionais que se destacaram como especialistas destinados a intervir a partir de saberes específicos sobre o problema do menor.

Durante a vigência do Código de Menores de 1979, o país passou por muitas mudanças sociais e políticas. Os mecanismos governamentais de aceleração do crescimento, juntamente com a forte retomada do capitalismo, abriram espaço para a discussão e implementação de novas políticas internas.

É curioso notar que, desde sua criação, o discurso oficial propagado pela então Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) foi o de “não internação” e/ou internação em último caso, no entanto, o número de crianças e adolescentes inseridos nas instituições próprias, sobretudo no contexto do Rio de Janeiro, contrariava o que se propunha institucionalmente (Celestino, 2015, p.96).

A criação da Funabem, apesar de pioneira na sistematização de políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil, perpetuou a lógica de institucionalização e confinamento de jovens pobres, submetendo-os a longos períodos de isolamento, perda de vínculos familiares e violência física e psicológica.

Segundo Passetti et al. (1987), isso se deve pelo fato de que a instituição corretiva, tanto em nível nacional quanto estadual, agenciando de uma determinada ordem a ser interiorizada pelo infrator recluso esquece-se de que família organizada, estabilidade no emprego, respeito às autoridades, aperfeiçoamento intelectual do indivíduo, participação na comunidade, fazem parte de uma idealização de sociedade, e que por isso, nem mesmo os menores oriundos de uma situação social menos instável estariam isentos de cometer atos de infração, e por isso o debate sobre o problema do menor deveria ser visto pelo prisma do problema de classe. Assim, a criação e continuidade da instituição depende das condições de perpetuação de marginalidade a partir dos padrões da produção ampliada do capital, que por sua vez engendra uma série de aparatos colocados lado a lado que formam um circuito polícia-instituição-totalitária-delinquência.

Nessa linha de pensamento, tem-se que essa dinâmica de perpetuação da marginalidade ocorreu de maneira distinta nas regiões do Brasil devido a forma como a produção ampliada do capital ocorreu em cada uma delas, criando dinâmicas de contradição e segregação e ideias que relacionam a pobreza a prática de crimes e violência.

No caso da Amazônia Legal, a sua inserção desigual na economia global se firmou, paradoxalmente, durante a industrialização tardia e o projeto desenvolvimentista do Brasil.

Esse processo redefiniu o papel da região na divisão internacional do trabalho após a Segunda Guerra Mundial. A Amazônia Continental⁸, rica em recursos minerais essenciais para o capitalismo (especialmente após a guerra), tornou-se alvo da expansão das relações de produção capitalistas, impulsionada pelos diversos golpes militares na América Latina (Nascimento et al., 2013).

Com o declínio do extrativismo dos seringais e da produção da borracha, assim como aponta Macedo (2019) devido os impactos causados pelo não investimento mínimo do Estado em estrutura para saúde, educação, saneamento básico e planejamento urbano, precariedades que foram determinantes para que a população dependente da economia da borracha procurasse outros meios de subsistência.

A partir de meados da década de 1960, a região Amazônica passou a ser o principal alvo do projeto geopolítico de modernização do país, coordenado pelo governo federal com o objetivo de criar as condições mínimas necessárias à sua assimilação pelo capital industrial e financeiro no plano nacional (Becker, 2001).

Acerca dos investimentos na Amazônia, destaca-se a abertura da Rodovia Belém-Brasília, importante obra que fez ligação do Distrito Federal com a capital do Estado do Pará, sendo ela então um marco econômico regional e nacional que trouxe transformações nas relações sociais do Estado e de sua capital a partir da década de 1960, em especial uma corrente demográfica cujo marco é a desestruturação social e produtiva, o que faz com que se tenha ausência de condições materiais e humanas. A cidade de Belém passou por transformações profundas em sua estrutura urbana nas áreas centrais, processo que ocorreu de forma desigual já que “a população de baixa renda move-se, cada vez mais para locais afastados ou para áreas de “baixada”, ambos sem estrutura urbana e com adensamento superior às áreas consideradas nobres” (Anuário de Belém, 2020).

Sob um modelo de urbanização segregacionista, as políticas públicas de saúde, assistência, educação, entre outras, não tinham grande alcance, considerando que houve crescimento populacional fator a ser observado relação a demanda de serviços⁹, já que saltou de 254.949 habitantes para 402.170. Nesse sentido, A segregação física resultou na exclusão social e marginalização das populações de baixa renda, especialmente os menores que andavam pelas ruas sejam por serem abandonadas, carentes ou infratoras. A falta de acesso a

⁸ Amazônia continental é constituída de oito países sendo eles Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela

⁹ Entre os anos de 1950 a 1960 a população paraense saltou de 1.123.273 habitantes para 1.550.935 habitantes segundo o Censo de 187-1960 das grandes unidades da federação.

oportunidades de emprego e serviços essenciais limitou suas chances de ascensão social e participação plena na vida da cidade, contribuindo para o aumento da pobreza, violência e da criminalidade nas áreas segregadas.

A consolidação e a expansão do regime de bem-estar social que teve início sob um governo autoritário em 1964, focado em um modelo econômico concentrador de renda e socialmente excludente financiou a ampliação da oferta de serviços sociais, já que economia, democracia e sociedade entraram em um descompasso incapaz de ser respondido pelo desenho político-institucional em vigor (Draibe, 1994), e que não se concebeu a política social como um direito e não se integraram participação social e democracia na construção da cidadania nacional. Se, até 1964, havia a cidadania regulada, no regime militar, os patamares de cidadania estiveram aquém do mínimo de justiça (Santos, 1979).

Nesse movimento de limpeza social instituições foram criadas no Brasil para atender as populações em condições vulnerabilidade socioeconômicas, e no caso de menores em nível nacional o “problema do menor” foi tratado pelo governo militar por meio da criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) em 1964, órgão normativo que tem a finalidade de criar e implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, responsável pela elaboração de diretrizes políticas e técnicas. Tais diretrizes deveriam se expandir aos Estados Brasileiros por meio de unidades administrativas denominadas Fundação Estadual do Bem-Estar Social do Menor (Febem).

No caso do Estado do Pará a situação do menor, especialmente o menor infrator, foi trabalhada de maneira particular pelo então governador Alacid Nunes, já que diferente das demais Febens no Brasil, a instituição responsável pela assistência e proteção dos menores infratores era a Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), criada no ano de 1967. A referida instituição não foi criada com a finalidade única de atender ao menor carente, abandonado e infrator, mas de maneira geral para elaborar e executar a política de assistência social no Estado conforme veremos a seguir.

3.2 A Fundação do Bem-Estar Social Pará (Fbesp): execução da política de assistência social

O ideário republicano no Brasil consubstanciou algumas estratégias, pensadas e articuladas pelas autoridades e elite, que uniram forças no âmbito assistencialista com outras instituições (religiosas e sociais), “no sentido de ‘proteger a criança desvalida e a sociedade dos perigos urbanos, retirando - as das ruas, e encaminhando - as para um ofício;

criando políticas de ordenamento, saneamento e disciplinamento da infância marginalizada de acordo com o código penal de 1890” (Corrêa, 2017, p. 82)

O estudo de Corrêa, Pereira e Macedo (2018) oferece uma perspectiva sobre o papel das instituições educativas no contexto da marginalidade infantojuvenil na Belém republicana. O artigo destaca que a delinquência juvenil, embora seja um problema persistente na atualidade, tem suas raízes nesse período, impulsionada pelas transformações sociais e econômicas da época. O crescimento urbano desordenado, a pobreza e a falta de oportunidades resultantes da Belle Époque (final do século XIX) e do ciclo da borracha contribuíram para o aumento da criminalidade entre crianças e adolescentes. Diante desse cenário, as instituições educativas, como o Instituto de Educandos Artífices Paraense e a Companhia de Aprendizes Marinheiros, emergiram como tentativas de "regeneração social" desses menores. O artigo ressalta que essas instituições, muitas vezes, adotavam uma abordagem disciplinar e focada no trabalho, buscando "retirar os menores das ruas e dar-lhes uma ocupação". Essa perspectiva se alinha com a análise de Gonçalves (1979), que aponta para a ineficácia das políticas públicas da época e para a abordagem repressiva e punitiva do Estado em relação à marginalidade infantojuvenil.

No final do século XIX e início do XX, as normas urbanas foram estabelecidas para garantir que o projeto de "cidade modelo" não fosse prejudicado. Entre essas normas, a contenção do número de crianças nas ruas era crucial, dado o aumento das práticas delituosas entre menores, que se intensificaram com o desenvolvimento urbano. Naquela época, as ruas não eram consideradas locais apropriadas para transeuntes, como mulheres e crianças, e qualquer menor encontrado nas ruas precisava justificar sua presença ou enfrentar acusações de vadiagem (Corrêa, 2017; Corrêa, Alves, Oliveira & Silva, 2015).

Quaresma (2017) ao discutir o conteúdo do Jornal “A Província do Pará” aponta o tratamento dispensado ao problema do menor quando o referido jornal indica que havia 4000 menores abandonados perambulando na capital paraense.

No início do século XX, com a expansão urbana de Belém, o crescimento populacional seguiu um modelo característico da região amazônica, marcado pela instalação de grandes projetos econômicos em enclaves. Historicamente, essa realidade foi moldada por uma exploração desmedida, alimentada pelo sistema capitalista, que priorizava a acumulação de riquezas e promovia projetos econômicos que frequentemente atendiam a interesses externos, especialmente de grandes indústrias transnacionais (Abreu, 2010). Essa exploração resultou em problemas sociais que geraram a exclusão de diversos segmentos da sociedade. O

projeto de modernização trouxe crescimento econômico e social para Belém, mas também evidenciou a pobreza e o descaso.

Segundo Chaves (2008), a Revolução de 1930 no Pará teve como protagonista o governador Magalhães Barata, figura emblemática que liderou o estado por três mandatos, dois deles sob indicação do presidente Vargas. Durante sua administração, Magalhães Barata, em parceria com os prefeitos nomeados por ele, buscou modernizar Belém, tornando-a uma cidade funcional e eficiente, em consonância com a agenda política de Vargas. Para alcançar esse objetivo, foram implementadas medidas como a ampliação e pavimentação de ruas, a urbanização de bairros e a construção de novos edifícios. No entanto, essa modernização se concentrou nas áreas centrais, negligenciando o desenvolvimento da cidade como um todo. Em muitos casos, ruas, praças e prédios foram reformados sem que houvesse melhorias na infraestrutura urbana. A modernização efetiva de Belém exigiria políticas mais sólidas e investimentos na economia e em políticas sociais, o que o governo Barata não conseguiu concretizar.

O projeto de modernização de Belém a partir desse cenário, por um lado, contribuiu para o crescimento socioeconômico da capital paraense, formando uma nova sociedade; por outro lado, a pobreza e o descaso eram evidentes. As práticas delituosas de menores aceleraram, acompanhando o desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade. Nesse contexto, as ruas não eram vistas como lugares apropriados para transeuntes como mulheres e crianças, e todo menor que fosse ali encontrado, transitando sozinho ou acompanhado, que se justificou ou provar a sua situação. Assim a vadiagem e desordem se tornaram práticas delituosas e recorrentes na época (Corrêa, 2017).

Por isso, a Colônia Reformatória de Cotijuba, criada em 1933, exemplifica a ação do Estado na segregação dos menores. Segundo Barbosa (2017), a Colônia foi criada oficialmente para lidar com o aumento da criminalidade juvenil, resultado da crise econômica após o ciclo da borracha. Constituíu um internato forçado, funcionando como uma instituição total. A ideia era levar menores infratores e órfãos para Cotijuba, onde receberiam educação, aprendizado profissional e disciplina, com o objetivo de torná-los cidadãos "civilizados". Esse discurso redentorista propagado na época, segundo Macedo (2019), sustentava a imagem da Colônia como uma instituição que transformaria menores desajustados socialmente em indivíduos capazes de se reintegrar ao convívio social.

A instituição em Cotijuba passou por várias mudanças de nome ao longo do tempo devido a reformulações de acordo com a proposta de atendimento ao público: Colônia Reformatória de Cotijuba (1933-1945), Educandário Magalhães Barata (1945-1951),

Educandário Monteiro Lobato (1951-1957), Educandário Nogueira de Faria (1957-1968) e Colônia Penal Nogueira de Faria (1968-1978). O edifício, construído de frente para o atual Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard de Cotijuba, permitia o controle do movimento de embarcações, pessoas e mercadorias na ilha. Sua arquitetura imponente e ambiciosa para a época teve um papel importante na ocupação de Cotijuba.

Contudo, o objetivo do Estado ao investir na Colônia ia além de uma simples reabilitação. Macedo (2019) aponta que esse investimento não estava desconectado da necessidade de mão de obra barata: a infância desvalida atendia a um propósito econômico específico, servindo para explorar os corpos desses jovens e, assim, fortalecer a riqueza e o poder das classes privilegiadas. Dessa forma, enquanto oficialmente a Colônia promovia uma reabilitação redentora, na prática, funcionava também como um mecanismo de exploração econômica, utilizando o trabalho dos menores para atender a interesses da elite paraense.

A Colônia era projetada para abrigar, corrigir e recuperar menores abandonados que viviam na delinquência pelas ruas de Belém, mas também funcionava como refúgio para aqueles que eram vítimas de suas próprias famílias ou da orfandade. Ao receber esses menores, a Colônia pretendia "civilizá-los" e recuperá-los, preparando-os para servirem como mão de obra útil à sociedade paraense (Barbosa, 2017). Nesse sentido, o estabelecimento não era apenas um reformatório, mas também um agente de integração econômica e social dos menores, mesmo que sob condições de exploração.

Entre os anos de 1957 a 1968, o Educandário Nogueira de Faria atendia um total de 209 menores, internados por diversos motivos: pobreza, vadiagem, solicitações da Secretaria de Segurança Pública, pedidos dos responsáveis, abandono, ordens judiciais, furto, estudo e até fuga (Corrêa; Neto, Gonçalves, 1995). Nesse período, a Colônia civilizava e recuperava esses jovens transgressores e, acima de tudo, os colocava à disposição da sociedade paraense como mão de obra.

Figura 1 – Motivo do internamento de menores no Educandário Nogueira de Faria

Motivos	Menores	%
Pobreza	43	20,0
Vadiagem	39	15,5
Solicitação da SEGUP	26	12,5
Solicitação dos responsáveis	16	8,0
Abandono	15	7,0
Solicitação do juiz	12	6,0
Furto	8	3,5
Estudo	6	3,0
Fuga	3	1,5
Sem informação	41	20,0
Total	209	100,0

Fonte: Serviço Social do Gabinete do Governador (número referente a 1967, período de esvaziamento parcial do ENF).

Fonte: Corrêa; Net; Gonçalves, 1995.

As condições precárias e as práticas disciplinares severas, no entanto, frequentemente intensificavam o sofrimento dos internos, muitas vezes agravando os problemas comportamentais em vez de resolvê-los. De acordo com Quaresma (2017), relatos dos internos apontam para uma opressiva sensação de solidão e abandono, decorrente do isolamento forçado e das condições de vida. Essa sensação era reforçada pelo regime de isolamento, que era parte de uma estratégia maior de controle social: os menores infratores eram vistos mais como uma ameaça à ordem pública do que como sujeitos de direitos.

O discurso redentorista da Colônia também se alinhava com uma função política. Como destaca Barbosa (2017), ao manter esses jovens isolados, o Estado conseguia camuflar a situação de pobreza e exclusão social que gerava os menores em situação irregular, sem de fato enfrentar as causas desse problema. Oliveira et al. (2006) reforçam que a Colônia, embora tivesse impacto visível para a comunidade, funcionava como parte de uma política populista do interventor Magalhães Barata, beneficiando a elite sem realmente solucionar a origem das desigualdades que afetavam a infância pobre e vulnerável.

Esse período marca também uma mudança de mentalidade impulsionada pela ascensão de intelectuais da classe média urbana, que viam a educação como solução para o "atraso" atribuído ao Brasil na primeira metade do século XX. Para esses intelectuais, a Colônia representava uma oportunidade de desenvolver modelos humanos "civilizados" e desejados, capazes de contribuir para o progresso social (Barbosa, 2017). No entanto, esse ideal não se concretizava na prática, pois a estrutura da Colônia, focada na disciplina rígida e no trabalho agrícola, priorizava o controle e a exploração econômica sobre o desenvolvimento educacional autêntico.

A chegada dos menores à ilha também impactou diretamente a ocupação e a urbanização de Cotijuba. Segundo Melo (2010), os internos participaram ativamente de construções importantes, como a Igreja de São Francisco de Assis e a Praça Matriz, além de auxiliarem na instalação das redes de água, luz e esgoto. Esse envolvimento reforça a utilização desses jovens como força de trabalho gratuita, que contribuiu significativamente para a infraestrutura da ilha. Desse modo, enquanto formalmente a Colônia era um espaço de reabilitação, na prática funcionava como uma instituição que explorava o trabalho dos internos para benefício da sociedade local.

Além disso, os internos, independentemente de sua origem, sofriam uma perda de identidade ao entrar na Colônia. Chaves (1986) e Dias (1998) relatam que esses menores eram oriundos de diversas etnias brasileiras, incluindo brancos, pretos, mulatos, cafuzos e caboclos, e eram uniformizados com calças e camisas azuis, botas e gorros. Essa uniformização representava a homogeneização forçada dos internos, reforçando a ideia de disciplina e controle. Oliveira et al. (2006) observam que a atribuição de números em lugar de nomes resultava em despersonalização, acentuando a perda de identidade individual e a conformidade imposta pela instituição.

A Colônia também passou por períodos de declínio e revitalização. Durante a administração do Tenente João Ferreira Lima, por exemplo, a Colônia passou por uma fase de melhorias, incluindo a construção de novos banheiros e a compra de uniformes e instrumentos musicais para uma banda escolar, conforme mencionado por Dias (1998). Contudo, essas mudanças foram temporárias, e a Colônia rapidamente voltou às condições de precariedade e exploração, destacando a falta de continuidade e de investimento real em melhorias de longo prazo.

Após o golpe militar de 1964, a Colônia foi transformada em um presídio, abrigando presos adultos e políticos ao lado dos menores, levando a uma convivência promíscua que intensificou a violência. Esse período, descrito como a "época negra" (Barbosa, 2017), marcou definitivamente a história de Cotijuba, com relatos de abusos, fugas e mortes dentro e fora dos muros da instituição. Esse cenário de brutalidade e repressão fortaleceu o imaginário popular em torno de Cotijuba, consolidando-a como a "Ilha do Diabo".

Nesse período de coexistência entre o educandário e o presídio, os menores foram transferidos para outras instituições em Belém ou retornaram às suas famílias (Dias, 1998). Esse fim do projeto original evidencia o fracasso da Colônia em cumprir seu papel redentor e mostra que a política de segregação e isolamento não resultava na reintegração social dos

menores, mas sim em uma exclusão ainda maior, revelando a inadequação das políticas públicas da época para o acolhimento e reabilitação dos jovens vulneráveis.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o país estava marcado pela ditadura civil-militar, a situação de menores em vulnerabilidade social em Belém refletia tanto as especificidades regionais quanto as políticas nacionais de higienização e disciplinamento social.

Esses menores, frequentemente categorizados como “abandonados” ou “infratores”, eram oriundos de famílias de baixa renda, geralmente marcados pela migração rural-urbana e pelas condições precárias de trabalho informal, comuns em uma cidade que enfrentava um crescimento urbano desordenado. A atuação de instituições, como a Pia Nossa Senhora das Graças, atendia crianças cuja vivência era profundamente marcada pela pobreza, ausência de acesso à educação de qualidade e exposição à exclusão social. Muitas dessas crianças vinham de famílias numerosas, com chefes de família, trabalhadores avulsos ou mães solteiras, e moravam em casas precárias, com pisos de terra batida, coberturas de palha ou madeira, sem acesso à água encanada. Esses fatores se tornaram alvos de uma política de controle que visava retirar os menores de circulação (Collou, 2016).

As práticas dessas instituições em Belém não podem ser desconectadas do ideário higienista e disciplinador que permeava as políticas públicas da época. A visão predominante do higienismo, que associava pobreza à sujeira e desordem, justificava o disciplinamento de populações marginalizadas como estratégia para alcançar uma suposta ordem urbana e social. A exclusão dessas populações, especialmente crianças e adolescentes em situação de rua, era parte de um projeto político que via esses indivíduos como uma ameaça à modernização e à moralidade pública. Conforme explicado por Freitas e Alves (2017), o discurso higienista justificava a institucionalização como meio de “proteger” a sociedade da presença dos menores em situação de rua, vistos como um problema de ordem pública e social. Essa lógica se alinhava ao projeto de modernização empreendido pela ditadura militar, que, ao mesmo tempo em que promovia grandes projetos de integração nacional, negligenciava ou excluía as missões mais vulneráveis, como os menores em situação de rua.

No Pará, a implantação dessas políticas refletiu os interesses do regime militar em consolidar seu poder através do controle social. Conforme Petit e Velarde (2013), o golpe de 1964 teve apoio significativo de setores da elite local, que viam na centralização do poder uma oportunidade para fortalecer o estado ao projeto nacional de segurança e desenvolvimento. Esse alinhamento também se manifestou na urbanização de Belém, que buscava modernizar a cidade enquanto segregava o ecossistema marginalizado, incluindo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Essas dinâmicas locais reforçam a

exclusão social ao limitar o acesso dessas menores às oportunidades de integração efetiva à sociedade.

O discurso higienista também esteve presente no uso da educação como ferramenta de controle. A prática de inspeção sanitária em escolas públicas, amplamente aplicada em Belém, buscava excluir do sistema de ensino de crianças que apresentassem condições consideradas "inadequadas", como doenças contagiosas ou sinais de desnutrição. Essa prática reforçava a ideia de que a escola era um espaço moralizador, mas excluía aqueles que mais necessitavam de suporte educacional e social. Especificamente em Belém, a presença de instituições como a Fbesp e a Pia Nossa Senhora das Graças revelaram uma tentativa de alinhamento de práticas locais ao projeto nacional. Essas entidades promoviam uma educação e assistência que, embora sustentassem o discurso de integração social, frequentemente reforçavam a exclusão e o disciplinamento. Os menores recebiam treinamento para profissões manuais e domésticas, uma estratégia que não apenas limitava suas oportunidades, mas também perpetuava a segregação social (Collou, 2016). As meninas, por exemplo, eram treinadas em serviços domésticos, costura e bordado, enquanto os meninos eram direcionados a atividades manuais, reafirmando papéis de gênero e exclusão.

O higienismo em Belém não se restringe às políticas públicas. Ele se manifestou também na urbanização da cidade, que buscava retirar a população pobre de áreas centrais e periféricas consideradas importantes para o projeto de modernização. Essa retirada foi acompanhada de uma retórica que legitimava a exclusão como parte de uma necessidade de "sanear" os espaços urbanos. Assim, os menores infratores e abandonados eram duplamente marginalizados: pela exclusão social e pela política de controle estatal que os afastava da convivência social urbana.

Nos anos iniciais do primeiro mandato do governo do Comandante Alacid da Silva Nunes (1966-1971), criou-se em 10.02.1966, em formato de experiência, o Serviço Social do Gabinete do Governador (SSGG). Segundo documento encontrado na sede da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), denominado *Relatório do Serviço Social do Gabinete [s.d]*, elaborado pela equipe técnica que executou as ações, essa proposta do governo visava atender às pessoas mais necessitadas que procuravam o palácio do governo em busca de assistência. Segundo o relatório o SSGG se fez necessário pois

Tal situação tornou-se problema a exigir uma solução imediata que possibilitasse não o afastamento das pessoas que procuravam o Governo para atender seus interesses particulares, mas uma educação de base que justificasse junto ao povo, a verdadeira função do Estado.

Pela natureza do problema, o Governo do Estado foi levado a criar o Serviço Social do Gabinete do Governador, confiando a um técnico em Serviço Social, o desencadeamento do processo. Dado o caráter de urgência, sua implantação teve como marco em 10 de fevereiro de 1966, sem uma estruturação em base oficializada, a título experimental e em condições precaríssimas de atendimento, funcionando numa das salas anexas do Palácio Governamental (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d.]).

O relatório cita que foram usadas técnicas específicas de grupo de comunidade e pesquisa social em colaboração com a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. A experiência inicial se deu no bairro da Cremação. As atividades ocorreram no período de 10 de fevereiro de 1966 a 31 de outubro de 1967, e atuava nos seguintes eixos: setor de auxílio, setor de emprego, setor de diversos, setor de menores; setor de saúde, velhice e invalidez.

Figura 2 - Registro de Painel de dados do Serviço Social de Gabinete do Governo



Fonte: Acervo da Fasepa.

A equipe técnica que redacionou o relatório, as senhoras Maria Stella Soares de Brito¹⁰, Maria Regina Alcantara Costa¹¹, Urana Harada Onô¹², e Carmélia Juliar Menezes¹³

¹⁰ Assistente Social indicada pelo Governador Alacid Nunes para assumir a coordenação do trabalho do Serviço Social do gabinete, e a primeira presidente da Fbsep.

¹¹ Auxiliar Social da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

posicionaram no relatório que as intervenções/técnicas adotadas pela população sensibilizar o governo não são provenientes de interesse de um bem comum. Para as autoras “o egoísmo, mesmo que revestido pela capa de necessidade, envolve a todos, levando-as a uma dependência dos poderes públicos” (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d]).

Elas destacaram entre os motivos pelos quais a população aciona o governo, sendo os seguintes: obter sustento econômico de sua família; construir uma barraquinha; montar um negócio; regressar a terra natal; melhorar uma plantação; obter um emprego; conseguir uma carta de recomendação; internar um menino rebelde que os pais já não suportam mais; dar entrada na Santa Casa; isolar uma pessoa portadora de doença contagiosa; resolver casos de litígios; alcançar um empréstimo financeiro; garantir sucesso de uma aventura, como por exemplo andarilho, desprevenido em terra estranha que deseja conhecer a Amazônia, suas riquezas, sua fauna e flora, ou nordestinos dizimados pela seca [...] (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d]).

Sob a direção de Maria Stella Soares de Brito a equipe encarregada do Plantão Social foi composta por três auxiliares sociais, 1 datilografo, 2 guardas e 1 motorista, o Serviço Social de Gabinete enfrentou dificuldades para o atendimento do grande número de pessoas que procuravam solução para seus casos. Após um mês de atividades e observação a equipe classificou como problemas prioritários os seguintes: desemprego; educação; habitação; saúde; alimentação; e agricultura.

A equipe percebe então que apenas elencar os problemas não era suficiente para que as intervenções acontecessem, já que eram complexos e em sua maioria se fazia necessário um olhar ampliado, desse modo,

“provocando nessas ocasiões a interpretação dos serviços o que nos fez conseguir, de todos, o apoio necessário as nossas iniciativas conseguindo de cada secretaria onde funcionava Serviço Social (Secretaria de Estado de Educação – SEDEC, Secretaria de Agricultura – Sagri, e Secretaria de Estado de Saúde do Pará – Sespa) que uma Assistente Social ficasse a disposição do Serviço recém-criado” (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d]).

Acerca da questão do menor, a equipe refletiu que os problemas vivenciados por eles se iniciam devido ao “desajustamento familiar” como expõe parte do relatório que apresenta o desenvolvimento das atividades:

¹² Auxiliar Social da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

¹³ Auxiliar Social da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

Muitas vezes o “desajustamento familiar, ambiente básico para a formação do menor, levamos a encontrar menores ameaçados no mundo a toda sorte de vícios e perversão. Nossa cidade ensaia os seus primeiros passos para uma educação específica ao **Menor excepcional** (grifo nosso). Assim nós contamos com as seguintes obras:

- Escola Lourenço Filho da Fundação Pestalozzi do Pará
- Educandário Nogueira de Faria
- Instituto Astério de Campos
- Instituto José Alvares de Azevêdo
- Instituto Bom Pastor (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d]).

No SSGG o atendimento ao menor pautou-se pelas classificações “Menor abandonado” e “Menor Excepcional”. Considera-se menor abandonado, o menor de 18 anos enquadrados nas seguintes circunstâncias: sem habitação certa, nem meios de sobrevivência por serem seus pais falecidos ou desconhecidos; que se encontrem circunstancialmente sem habitação, dada a ausência ou prisão de seus pais ou pessoas responsáveis pela sua educação; que vivem em companhia de pessoas que não posem de boa reputação moral; que vivem ameaçados ao mundo, entregues a si próprios, dados aos seus vícios de vadiagem, mendicidade e libertinagem; que tenha pai, mãe, ou pessoa responsável de sua guarda, condenado por sentença incorrigível; que vivam oprimidos pela desumanidade de seus pais responsáveis.

Já o conceito de menor excepcional utilizado no relatório foi o de Modesta Manoela Lopes que diz que menor excepcional é “todo indivíduo que se afasta das normas de desenvolvimento próprias da idade, em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação destas, de forma a criar um problema especial com referência a educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social”. Nesse sentido os menores excepcionais seriam aqueles:

- a) Os superdotados de inteligência;
- b) Os retardados mentais, os cegos, os surdos, os mudos, os portadores de defeitos físicos – os desajustados sociais, comumente chamados delinquentes, segundo nova nomenclatura judicial “menor infrator”. Todos esses tipos exigem processos educativos especiais que as escolas comuns oferecem (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d]).

Na seção do *Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador* sobre o trabalho interprofissional e a realidade do trabalho do SSGG é destacado que o problema do menor é de ordem humana e também científica dada a sua complexidade e exigência, e por isso, exigia que a intervenção ocorresse por meio de equipes compostas por médicos, psiquiatras, assistentes sociais, orientador educacional, e todas as áreas que de alguma forma pudessem contribuir para atenuar a problemática existente. Os estudos realizados pela equipe “os

motivos que mais incidentais para que os pais ou responsáveis queiram internar os menores se verificam pelas seguintes causas: desorganização da família, prostituição – problema de mãe solteira” (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d]).

No que diz respeito ao setor do menor do Serviço Social do Gabinete do Governador (SSGG), funcionou sob a responsabilidade de uma Assistente Social, que em casos específicos, mobilizava os recursos comunitários, atendendo-os conforme os resultados a que chegasse. O relatório do SSGG salientou que a cidade na época era carente de obras e instituições de amparo ao menor e, as existentes necessitavam ainda de uma reformulação de aparelhagem e sistema de serviço, como por exemplo o Educandário Nogueira de Farias na Ilha de Cotijuba, já que a referida instituição

[...] pela impraticabilidade de assistência permanente, deveria ser esvaziado o mais breve possível. Disso resultou um programa de trabalho do SSGG que culminou com um convenio entre o Governador Alacid as Silva Nunes e o Diretor da Escola Salesiana do Trabalho, obra para onde foram encaminhados naquela época, os menores que, passaram a viver num ambiente condigno à natureza humana (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d]).

Anterior a criação do Serviço Social do Gabinete do Governador, inexistia um serviço de assistência voltado ao público de menores do sexo feminino, diferentemente dos menores do sexo masculino que eram atendidos pelo Educandário Nogueira de Faria.

Na verificação da equipe do SSGG, os motivos mais recorrentes para que os pais ou responsáveis quisessem internar os menores eram a desorganização ou dissociação da família, prostituição (problema de mães solteiras). Dos atendimentos realizados com menores a equipe salientou ter percebido dificuldade no atendimento de menores do sexo feminino devido a inexistência de internamentos mantidos pelo Estado, restando a elas apenas obras particulares.

A assistência ao menor, embora tenha sido uma das frentes da atenção do governador Alacid Nunes, foi entendido no relatório da equipe do SSGG como

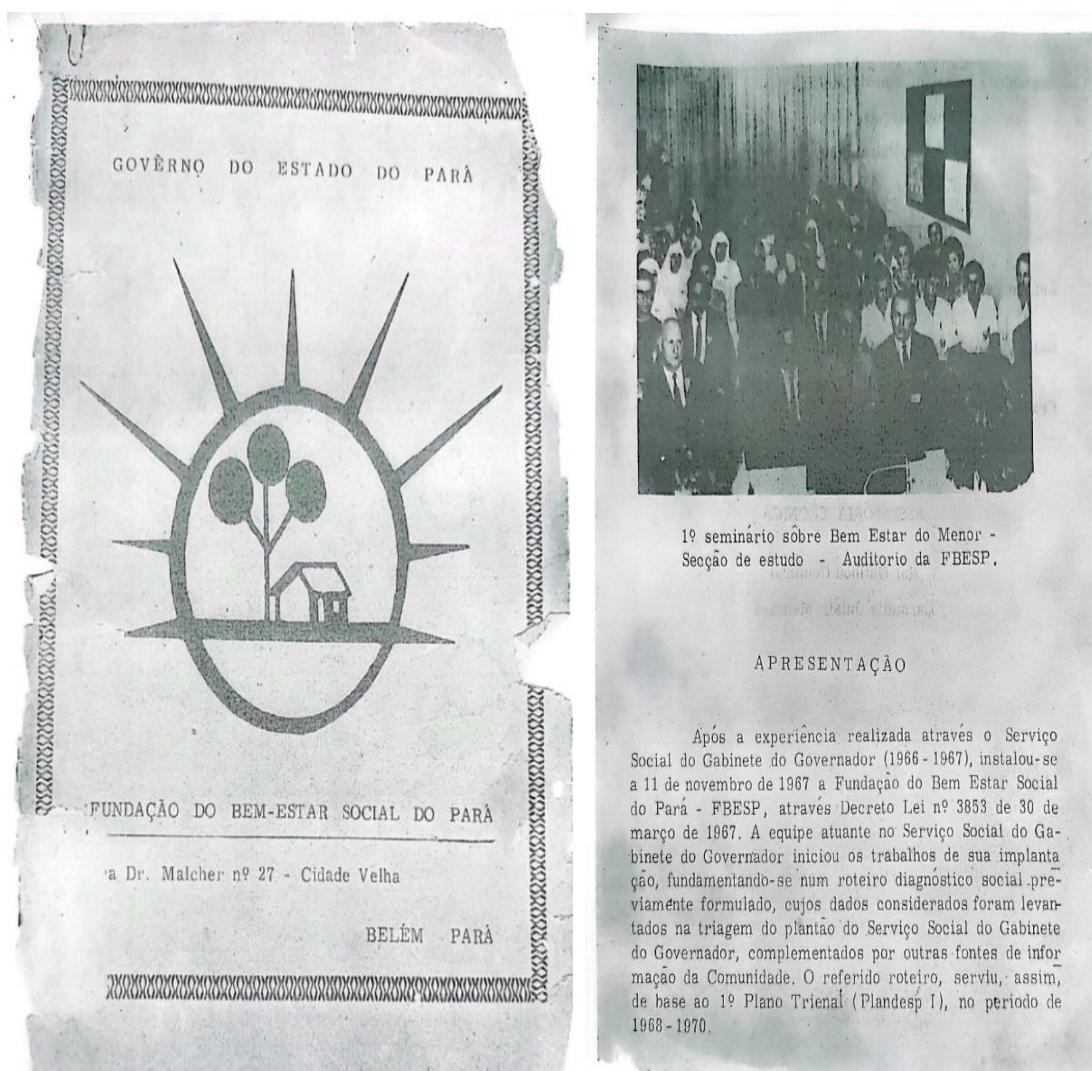
[...] consequência, um efeito, cujas causas são remotíssimas e escorregadiças, tornou-se cada vez mais desafiador. Por outro lado sentimos que todas as experiências, todo plano elaborado visando o amparo ao menor tem-se processado ainda de uma maneira desarticulada a talvez aí reside, a gravidade de um dos problemas e nos impossibilitar resultados mais satisfatórios” (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador [s.d]).

Para a equipe do Serviço Social do Gabinete do Governador (SSGG) seria necessário grande aparelhamento do Estado o que geraria ônus considerável, e por isso o problema do menor só poderia ser minorado pela união de esforços, e deveria visar a “profilaxia dos casos” (Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d]). O Serviço Social do Gabinete

do Governador se ancorava no código civil considerando o menor toda pessoa de 0 a 18 anos de idade incompletos. Procurava atender o menor que, considerando seu contexto social, apresentava problemas psicossociais. O trabalho visava, portanto, a integração social por meio da mobilização das capacidades do menor, proporcionando a eles condições para seu desenvolvimento integral, preparando-os para uma vida social normal.

Segundo o Relatório Serviço Social do Gabinete do Governador, [s.d], os dados contidos no referido documento sobre a execução das ações do Serviço Social do Gabinete do Governador que ocorreu entre os anos de 1966 a 1967, serviram de base para implantação da Fundação Bem-Estar Social do Pará (Fbesp) que foi criada ainda no ano de 1967.

Figura 3 - Informativo da Fbesp sobre o primeiro plano trienal de trabalho da Fbesp



Fonte: Arquivo da FASEPA, 2024.

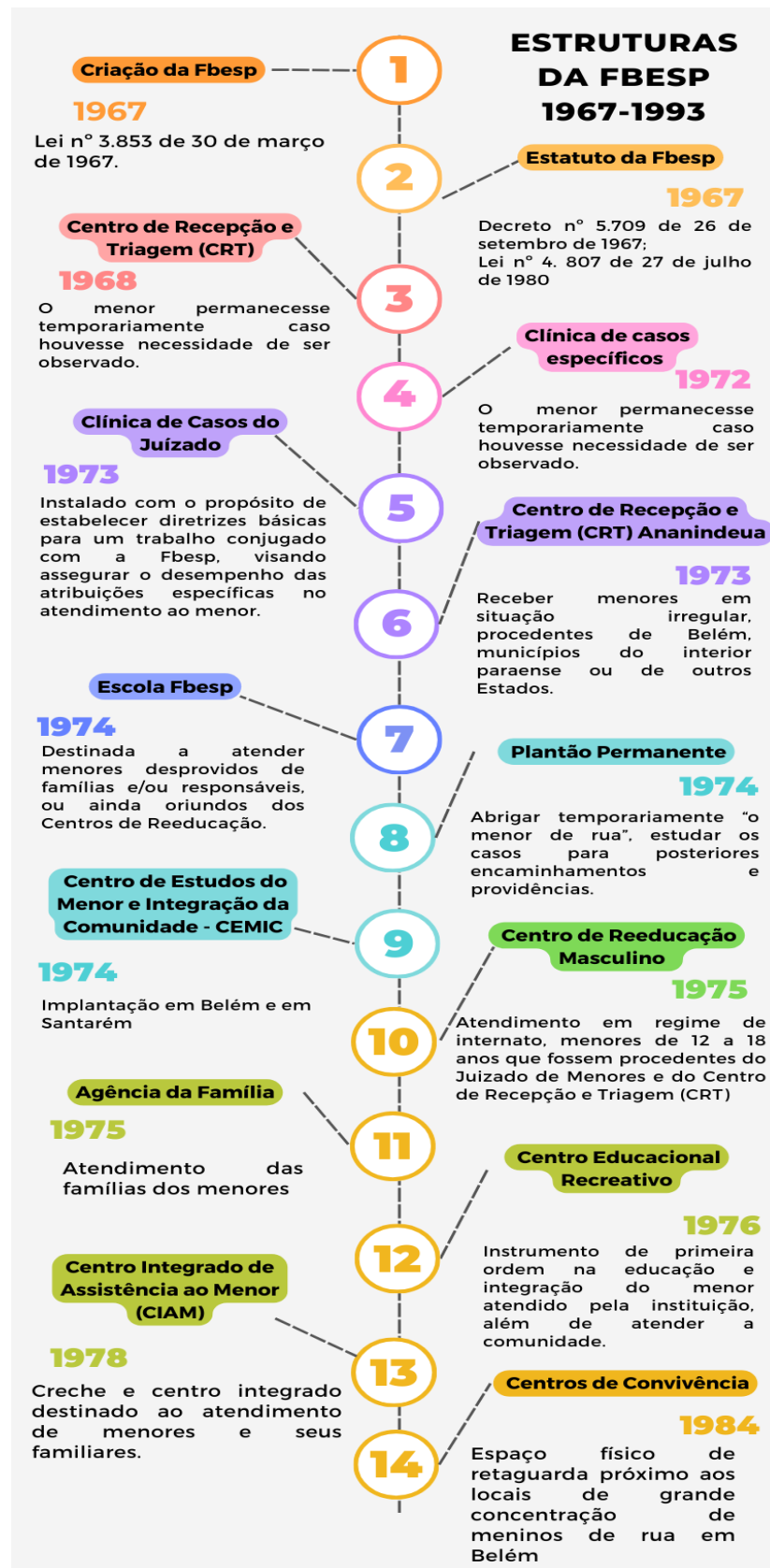
Segundo Corrêa; Neto, Gonçalves (1995) com o esvaziamento do Educandário Nogueira de Faria (1957-1968) da Ilha de Cotijuba, ocorrido no ano de 1966, em decorrência de ter se transformado em Colônia Penal Nogueira de Faria (1968-1978), causou um problema de natureza político-ideológica e não apenas social, seja pelas temidas consequências ou porque no Educandário estavam internados tantos menores de baixo poder aquisitivo, quanto filhos de famílias de alto nível social e que, todavia, eram considerados por seus familiares como pessoas indesejáveis.

Os autores destacam que, devido ao esvaziamento do Educandário os menores foram encaminhados a colégios da capital paraense entre eles a Escola Salesiana do Trabalho e Instituto Lauro Sodré, e por isso, como estratégia, algumas famílias deixavam seus filhos na rua para que esses fossem apreendidos pela polícia para que assim posteriormente tivessem suas vagas garantidas nas escolas, então “isso demonstrava, já então, que a problemática “meninos de rua”, ontem como hoje, tem raízes muito mais nas deficiências econômicas do grupo familiar, que em sua desestruturação social” (Corrêa; Neto, Gonçalves, 1995, p. 42).

A existência de menores portadores de problema de conduta constitui sempre um desafio às autoridades judicantes e policial. A solução empregada foi durante muito tempo, o encaminhamento para a ilha de Cotijuba onde, em educandário já existente, deveria ocorrer a recuperação dos responsáveis pela prática de atos anti-sociais. Infelizmente, a ideia e o plano iniciais foram progressivamente deformados, transformando-se a Colônia em ambiente completamente inadequado a tratamento reeducacional. Diante dessa realidade, a FBESP, com a permissão do Juizado de Menores da Capital e após minucioso estudo da situação dos internados no Educandário “Nogueira de Faria”, assim como de seus familiares, conseguiu retirá-los da Ilha e alojá-los, com a colaboração valiosa da Polícia Militar, em local onde se tornou possível o atendimento às suas necessidades básicas, a redefinição de seus valores individuais e sociais, ao lado de um quadro de vida que eliminasse ou atenuasse as marcas deixadas pelos fatores negativos que influíram em sua existência (Mensagem a Assembleia Legislativa, 1975, p. 408).

A trajetória da Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp) foi marcada por importantes mudanças estruturais desde sua criação em 1967. Abaixo, a linha do tempo apresenta os principais marcos institucionais e ações realizadas.

Figura 4 - Linha do tempo das estruturas e marcos institucionais da Fbsp (1967-1993)



Fonte: organizado pela autora com base nos documentos coletando na pesquisa, 2024.

A Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), criada por meio da Lei nº 3.853 de 30 de março de 1967, sendo uma entidade paraestatal que estava na época vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e representou um esforço do Estado em centralizar e modernizar as políticas de assistência social no Pará. A Fbesp passou a ser responsável por várias frentes de atuação, como assistência a menores infratores, crianças em situação de abandono, idosos e outras populações vulneráveis. Posteriormente, suas ações se expandiram na medida em que os problemas sociais aumentaram no Estado do Pará nas décadas de 1960 e 1980, tornando-se o órgão responsável pela execução da política de Bem-estar no Estado (Maciel, 2019).

Figura 4– Inauguração da 1ª Sede da Fbesp



Fonte: Arquivo da Fasepa, 2024.

Figura 5 – Menção sobre a inauguração da Fbesp em documentos da administração do Governador Alacid Nunes



Fonte: Ações do Governo Alacid Nunes 1966-1971, disponível na Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Gonçalves (1979) destaca que nos anos 1970, o inchaço urbano, aliado à falta de qualificação profissional das famílias provenientes do interior, levou ao aumento da marginalidade e ao envolvimento das crianças em atividades nas ruas. A autora destaca que os bairros periféricos da cidade, especialmente as áreas de baixada, se tornaram palco de um crescente índice de marginalização de crianças e adolescentes. Esse fenômeno foi impulsionado, em grande parte, pelo êxodo rural que se intensificou durante o regime militar, empurrando famílias do interior para a capital em busca de melhores condições de vida. No entanto, a falta de oportunidades e a precariedade das condições de vida nessas áreas periféricas criaram um ciclo de marginalização, no qual crianças e adolescentes se viram cada vez mais envolvidos em atividades informais e, muitas vezes, ilícitas nas ruas de Belém.

A pesquisa de Gonçalves (1979) revela que a pobreza, a falta de acesso à educação e a desestruturação familiar foram fatores determinantes para o aumento da marginalidade infantojuvenil na cidade. A autora também aponta para a ineficácia das políticas públicas da época em lidar com essa problemática. A falta de investimento em educação, saúde e assistência social, aliada a uma abordagem repressiva e punitiva por parte do Estado, contribuiu para a perpetuação da marginalidade e para o agravamento da situação das crianças e adolescentes em situação de rua.

Apesar da existência de entidades públicas municipais e estaduais dedicadas ao atendimento das crianças empobrecidas, o serviço também passou a ser realizado por organizações da sociedade civil, especialmente ligadas às Igrejas Católica, protestante e espírita. A abordagem do Estado sobre a questão de menores em situação de rua frequentemente caracterizava essa situação como uma condição pessoal, temporária e variável, sem um dimensionamento adequado da realidade desses.

Nesse sentido, no que compete ao atendimento do menor, a Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp) tinha suas ações no Estado orientadas pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), entretanto, cabe salientar que se percebe certa diferença entre a Fbesp e as demais unidades conveniadas à Funabem. Enquanto as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febem) tinham como foco a implementação do atendimento ao menor, a Fbesp tinha por objetivo a execução da Política do Bem-Estar Social do Estado do Pará. Na figura abaixo podemos visualizar a organização da instituição de acordo com cada público a ser atendido.

A Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp) teve seu primeiro estatuto estabelecido por meio do Decreto nº 5.709 de 26 de setembro de 1967, sendo reformulado pela Lei nº 4. 807 de 27 de julho de 1980.

Em seus primeiros anos, a Fundação do Bem-Estar Social do Pará atuou nas seguintes atividades: assistência emergencial que atendia faixas da população consideradas marginalizadas, seja por insuficiência de recursos ou por incapacidade de atingir serviços existentes; assistência gerontino cuja intervenção se fazia junto à sua obra própria, na Casa do A ancião Dom Macedo Costa (antigo asilo) no sentido de prestar assistência geral em caráter de internato; a Clínica de Casos Específicos (1970) que foi uma faz primeiras atividades da Fbsp que teve sua origem na assistência supletiva ao menor; intervenção na Área do Menor que atuava em dois tipos de preocupação, sendo elas o caráter curativo e de caráter preventivo, em que o primeiro se destinava aos menores atingidos pelo processo de marginalização e/ou conduta antissocial, e no âmbito preventivo os programas visavam minimizar as deficiências oriundas do não atendimento das necessidades básicas dos menores e famílias carentes.

Com o esvaziamento do Educandário Nogueira de Faria, ficou para a assistência social o questionamento de onde seriam colocados os menores que não se adaptaram à Escola Salesiana do Trabalho, ao Instituto Lauro Sodré, ou que não ficaram sob os cuidados de suas famílias. Em razão disso em maio de 1968 foi inaugurado em caráter experimental o Centro de Recepção e Triagem (CRT), anexo ao prédio da Fundação de Bem-Estar Social do Pará (Fbsp), no bairro da Cidade Velha. A previsão era o recebimento de um número não superior a 20 menores, contudo ao final do ano em que foi inaugurado o CRT já atendia um total de 168 menores. O menor internado no CRT era procedente do Juizado de Menores e do Serviço de Triagem da Fbsp. O objetivo era que o menor permanecesse temporariamente caso houvesse necessidade de ser observado. A equipe responsável pelo atendimento dos menores era composta por dois assistentes sociais, um médico clínico, um médico psiquiatra, um psicólogo, um auxiliar social, pessoal técnico auxiliar, um agrônomo, um dentista e uma professora.

Segundo dados do Plano de Ação Fbsp (1983-1986), a partir de 1970 a assistência ao Menor recebe a denominação de Clínica de Casos Específicos, passando a funcionar de forma mais sistemática e com objetivos bem delimitados. Em 1972, sofre reformulação em sua execução, através do atendimento ao menor na própria família por meio do auxílio financeiro, orientação técnica, utilizando recursos comunitários e através de assistência educacional na concessão de bolsas de estudos, por meio de convênios e obras sociais, em regime de internato e semiaberto, suplantado aos órgãos estaduais responsáveis pela execução formal e que não atendiam menores com as características da Fbsp.

No que se refere ao menor, segundo Abreu (2010), em outubro de 1972 a Fundação do Bem-Estar Social do Pará, juntamente com as Secretarias de Saúde, Educação, Segurança Pública, Delegacias Regionais do Trabalho, começa a articular uma ação conjunta e Integrada, organizada a partir do consenso de vários órgãos governamentais - em favor do menor carente, até então chamado menor abandonado visando prevenir a marginalização social do menor.

De acordo com Plano de Ação Fbsp (1983-1986), o projeto visava atingir inicialmente o pré-escolar, menores de 03 a 06 anos, não atingidos pela SEDUC, estendendo a programação aos familiares, na criação de possibilidade de uma participação organizada de indivíduos, grupos e instituições da comunidade. Segundo o Plano de Ação, a origem do projeto repousava em resultados de um diagnóstico realizado no ano de 1972 que tinha como público-alvo o menor carente de Belém, sendo entrevistados cerca de 2000 menores que perambulavam pelas ruas da cidade, em sua maioria vinculados ao bairro do Jurunas. Nesse sentido, o projeto buscava prevenir a marginalização social do menor, através do atendimento de suas necessidades básicas. Foram implantados dois núcleos no bairro do Jurunas, através da sensibilização da Sociedade Beneficente e Esportiva Imperial e da Paróquia da Conceição, que cederam parte de sua área física para a instalação dos núcleos de trabalho que iniciaram no ano de 1973.

Em setembro de 1973 foi inaugurado um Centro de Recepção e Tiragem (CRT) no Km 13 no município de Ananindeua, com a finalidade de receber menores em situação irregular, procedentes de Belém, municípios do interior paraense ou de outros Estados, encaminhados pela Clínica de Casos Específicos da Fbsp ou pelo Juizado de Menores da Comarca de Belém. Através de equipe interprofissional, essa unidade visava proceder o estudo de casos sob o aspecto bio-psicopedagógico e jurídico, tendo em vista o real diagnóstico das situações e posteriores indicações terapêuticas. O CRT desenvolvia atividades pedagógicas e ocupacionais entre elas ensino básico em classes especiais, semiprofissionalizantes como marcenaria e horticultura, e recreativas/esportivas como jogos de salão.

Figura 6– Fachada do Centro de Recepção e Triagem



Fonte: Arquivo da Fasepa, 2024.

Enquanto instituição que tinha suas ações voltadas para setores da comunidade cujos componentes estão sujeitos a um processo de marginalização ou já se encontram nesse processo, a Fundação do Bem-Estar Social do Pará esteve envolvida em discussões nacionais e internacionais no que concerne a investigação social sobre essa temática.

A investigação social realizada em grandes cidades de países em desenvolvimento tem demonstrado a existência de populações que vivem à margem dos benefícios oferecidos pelos centros urbanos. Em trabalho apresentado no I Seminário sobre “A criança na comunidade Luso-Brasileira”, realizado em novembro de 1973, em Lisboa, sob o título “Industrialização e Urbanização aceleradas e a marginalização de menores”, há uma análise dos processos de urbanização e industrialização brasileiros e suas consequências sobre a marginalização social de grupos populacionais onde sobrepõem a infância e a juventude. Tornando-se impossível cobrir todos os campos de atividades dos quais depende o bem estar desses grupos, em virtude da limitação dos recursos financeiros e humanos disponíveis, a Fundação do Bem-Estar Social do Pará vem operando, basicamente, através de três programas (Mensagem à Assembleia Legislativa, 1975, p. 410).

A Clínica de Casos do Juizado foi instalado também no ano de 1973 com o propósito de estabelecer diretrizes básicas para um trabalho conjugado com a Fbesp, visando assegurar o desempenho das atribuições específicas no atendimento ao menor.

Já no ano de 1974 ocorreu a implantação do Plantão Permanente, que se destinava a abrigar temporariamente “o menor de rua”, estudar os casos para posteriores encaminhamentos e providências, sob a tônica da importância da reintegração familiar.

Figura 7 – Fachada do Centro de Acolhimento Provisório



Fonte: Arquivo Fasepa, 2024.

Ainda sobre as instalações e unidades operacionais da Fbsp, foi inaugurada em 1974 Escola Fbsp, localizada na Estrada Caixa Pará, na Curva do S, que era destinada a atender menores desprovidos de famílias e/ou responsáveis, ou ainda oriundos dos Centros de Reeducação. Essa escola já tinha funcionado anteriormente com outra denominação, Colégio São Francisco Xavier, onde ficava inserido o Centro Permanente da Fbsp, porém de modo precário. Reestruturada, passou a ter características específicas, destinando-se a menores sem problemas de conduta e ainda aos que se encontravam em fase de reintegração à comunidade. Conforme o documento *Mensagem à Assembléia Legislativa de 1975*”, que apresenta ações do governo do Engenheiro Fernando José de Leão Guilhon, a inauguração da Escola Fbsp,

[...] a Entidade passou a contar, desse modo, com uma unidade própria para o atendimento de menores desprovidos de familiares ou responsáveis, assegurando-lhes integral desenvolvimento, além de funcionar como setor de acompanhamento dos oriundos do Centro de Reeducação e oferecer assistência educacional a mais de meio milhar de estudantes (Mensagem à Assembleia Legislativa, 1975, p.408).

O mesmo documento aponta que no ano de 1974 foi realizado sob a égide da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), dois convênios destinados à implantação em Belém e em Santarém do Centro de Estudos do Menor e Integração da Comunidade - CEMIC. Peça importante do Plano de Prevenção que vinha se disseminando no país, em que seu princípio se baseava na participação da comunidade, não em caráter eventual ou acidental, mas de modo sistemático, organizado, envolvendo fundamentalmente a família pois, segundo o referido documento é no ambiente doméstico que surgiriam as necessidades primárias dos menores, os desajustamentos e as incompreensões. Para tanto, além do convênio entre Funabem e Fundação do Bem-Estar Social do Pará, a Universidade Federal do Pará e as Prefeituras de Belém e Santarém se uniram no esforço para estruturar programas de desenvolvimento comum de integração das populações marginalizadas, para os quais seriam indispensáveis a presença da juventude para que assim se inserisse em um processo educativo assegurador de sua formação social em consequência de uma responsabilidade maior diante dos problemas comunitários.

No que se refere ao aspecto socio-terapêutico, a Fundação do Bem-Estar Social do Pará, em 1975 inaugurou o Centro de Reeducação Masculino (CRM), no Km 13 da Br 316, município de Ananindeua, com a finalidade de atender, em regime de internato, menores de 12 a 18 anos que fossem procedentes do Juizado de Menores e do Centro de Recepção e Triagem (CRT), provenientes da capital paraense, do interior do Estado, bem como também de outros Estados, que apresentassem conduta antissocial comprovada. O objetivo, tratamento e acompanhamento desses menores visava prepara-los para sua reintegração social. De acordo com o documento *“Mensagem à Assembleia Legislativa 1978”* o centro foi montado e equipado para a reeducação de menores com problemas mais grave de conduta antissocial através de um tratamento cuja a finalidade era reintegrá-lo na comunidade. Era composto de oficinas de marcenaria e mecânica, além de cursos profissionalizantes.

Ainda no ano de 1975 foi inaugurada a Agência da Família, situada na Br 316 km 13, que tinha como objetivo atuar junto as famílias dos menores atendidos pela Fbesp no sentido de fortalece-las socioeconomicamente buscando dessa maneira superar vulnerabilidades que impactam nos menores.

Figura 8 - Antiga sede da Agência da Família



Fonte: Arquivo, Fasepa 2024.

Em 1975 a Fbsp foi nomeada como órgão gestor, no Estado do Pará, do Programa Nacional dos Centros Sociais Urbanos. Esses centros se configuravam como descentralizadores das ações da Fbsp nos bairros onde a instituição atuavam, deste modo, a Fbsp buscava atuar de forma local para o atendimento do seu público-alvo desenvolvendo inicialmente nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, desporto, trabalho. Contudo, entre os anos de 1975 a 1979 dos 17 centros que foram planejados somente 07 foram implantados, dos quais 04 estavam situados nas periferias de Belém e 03 nas sedes dos municípios de Santarém, Itaituba e Castanhal.

Em 1976 a Fundação do Bem-Estar Social conclui o espaço denominado Centro Educacional Recreativo (CER), situado na BR 316 km 13. Destacou-se como instrumento de primeira ordem na educação e integração do menor atendido pela instituição, além de atender a comunidade. Segundo o documento “*Mensagem à Assembleia Legislativa 1978*” o CER era equipado com piscina, quadras de futebol, basquete, vôlei e bases de atletismo, estrutura que oferecia aos assistidos oportunidades de desenvolver suas capacidades esportivas, por meio de torneios.

O *Plano de Ação da Fbsp (1983-1986)* destacou os desafios que a instituição deveria estar preparada para assumir e enfrentar a situação de crise que atravessava o Estado do Pará.

Segundo o referido documento, a Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), tinha consciência das dificuldades por que passavam os órgãos governamentais, pois entendiam que seus recursos eram escassos, mas acreditavam que com esforço conjunto se alcançaria os objetivos da instituição. Assim, a instituição se orientava pelo princípio de que o homem é um ser eminentemente social e deveria ser visto em sua globalidade no que diz respeito a satisfação plena das necessidades primárias inerentes à sua condição de ser humano. Então, a Fbesp identificava entre os desafios: a sua crise de identidade e de autonomia em função da adoção de modelos importados que não se adequavam a realidade regional; crise de identidade da Fbesp com a comunidade da qual é parte integrante, uma vez que deve se considerar a multiplicidade de funções da instituição; crise de articulação entre os diversos órgãos públicos e estaduais voltados para o atendimento da população; insuficiência de infraestrutura (Plano de Ação Fbesp 1983-1986);

Em 1978 foi inaugurado o Centro Integrado de Assistência ao Menor (Ciam), sendo um complexo constituído por uma creche e um centro integrado que foi destinado ao atendimento de menores de 03 meses aos 18 anos e seus familiares e/ou responsáveis, atendendo a clientela proveniente de Belém.

Figura 9 - Atividades de menores atendidos pelo Ciam



Fonte: Arquivo permanente Fasepa, 2024.

Entre 1979 e 1982, sem a incorporação de novas ações, a FBESP concentrou-se no fortalecimento de suas atividades já existentes, focando em definir claramente sua clientela e seu campo de atuação. Foi estabelecido que a Política de Bem-Estar do Estado atenderia a população de baixa renda, visando oferecer assistência nas necessidades básicas de

subsistência, como alimentação, saúde (fornecimento de medicamentos), educação (alfabetização e educação integral) e lazer.

As ações foram executadas por meio de auxílio material e apoio ao desenvolvimento comunitário. Para isso, foram ampliadas e implementadas várias unidades operacionais, incluindo o Lar da Providência, a reforma e adaptação do Centro de Reeducação para o funcionamento integrado CTR/CRM, a recuperação e expansão da divisão de segurança para menores, a criação do Centro Integrado de Assistência Social do Pará (CIASPA) em cooperação com a Secretaria de Saúde e a Prefeitura de Belém para atendimento a pacientes crônicos com transtornos mentais. Além disso, ocorreram inaugurações do Centro de Reeducação Feminina “Maria Bernadeth” (destinado a menores do sexo feminino de 7 a 18 anos com condutas antissociais ou que cometeram infrações penais), das creches “Marilda Nunes” e “Alacid Nunes” e da nova sede administrativa da Fbesp.

Figura 10 - Entrada do Centro de Acolhimento Provisório Feminino



Fonte: Arquivo permanente Fasepa, 2024.

Figura 11 – Fachada da Creche Alacid Nunes



Fonte: Arquivo permanente Fasepa, 2024.

Na segunda metade da década de 1980, a Fundação do Bem-Estar Social do Pará estruturou suas ações no eixo de assistência ao menor, divididas em programas específicos para o menor carente, o menor infrator e o menor abandonado. Em 1984, foi criado o projeto Centros de Convivência, que surgiu da evolução do projeto “Meninos de Rua”, devido à necessidade de um espaço físico de retaguarda próximo aos locais de grande concentração de meninos de rua em Belém. Foram estabelecidos três Centros de Convivência nas principais áreas de concentração: no Comércio, em São Brás, e na CEASA. Em 1986, a Fbesp organizava suas ações em diversos eixos de atuação, como a Assistência Básica, Assistência ao Idoso e Assistência ao Menor, sendo que os programas destinados ao atendimento dos meninos de rua estavam vinculados a este último eixo (Maciel, 2019).

Conforme Abreu (2010), ainda na segunda metade da década de 80, a Fundação do Bem-Estar Social do Pará transforma o Centro de Reeducação Masculino (CRM) e a Escola Fbesp, em Centro de Permanência Temporária, visando a desinstitucionalização do menor, através da liberdade assistida. No que se refere aos menores em situação de abandono e/ou semiabandono, o caminho tomado foi colocá-los em casas lares - dando bolsa às famílias que se comprometessem a ficar com um menor sobre sua responsabilidade- e disponibilizá-los para adoção e/ou guarda.

A década de 1980 também foi um período de expansão do alcance das ações da Fundação do Bem-Estar Social do Pará. Segundo *Relatório de atividades de 1983-1986*, no ano de 1983 a Fbesp elaborou e aprovou o plano de ação para o exercício quadrienal no a

empreender uma ampliação, descentralização e regionalização de suas ações no Estado, criando uma rede de programas de atendimento, interiorização e municipalização de seu trabalho.

A Divisão de Segurança e Proteção ao Menor (DSPM), localizada na época na Rodovia Augusto Montenegro s/n, no bairro da Nova Marambaia, resultou de um convenio entre a Secretaria de Segurança Pública, Fundação Nacional do Bem-Estar Social do Menor e a Fundação do Bem-Estar Social do Pará. Tinha como finalidades atender o menor infrator, muito embora a divisão atendesse outros casos (Relatório de atividades de 1983-1986).

Entre os anos de 1983 a 1986, foram implantadas 08 coordenadorias regionais, sendo elas 04 na área metropolitana de Belém e 04 no interior do Estado. Com isso houve mobilização comunitária e uma conseqüente explosão de solicitações, cujo atendimento estaria a exigir recursos que nem sempre se tinha disponível.

Na Região Metropolitana, a implantação das coordenadorias regionais dos bairros de São Brás, Jurunas, Marambaia e Telégrafo veio a se constituir uma estratégia pela qual foi proposto um meio de solucionar tanto a concentração quanto a superlotação especial dos serviços prestados pela Fbsp, além de contornar fatores que impedem um aconselhamento efetivo das ações desenvolvidas.

Dos 20 bairros que existiam na capital apenas 06 eram atingidos pelos centros sociais, cuja área de ação eram conflitantes do ponto de vista geográfico. Esses bairros sofreram um processo de grupalização levando em conta alguns critérios baseados em uma distribuição das ações no espaço físico – social. Dessa maneira segundo o *Relatório 1983-1986* que visou informar o trabalho da Fbsp nos referidos anos, aponta que os bairros passaram a ter a seguinte grupalização: 1) Regional Jurunas abrangendo os bairros dar Condor, Cremação, Cidade Velha, Comércio, Batista Campos, Guamá, Nazaré e Jurunas; 2) Regional Marambaia: correspondente aos bairros de Souza, Marambaia e Icoaraci; 3) Regional Telégrafo: abrangia os bairros do Umarizal, Reduto, Sacramento, Pedreira, Telégrafo e Val-de-Cans; 4) Regional São Brás: correspondia os bairros de Canudos, Terra Firme, Matinha, Marco e São Brás; e por fim 5) Regional de Ananindeua: tinha atuação no município de Ananindeua.

Quanto ao interior, o processo de regionalização esteve fortemente relacionado com a implantação e execução do Projeto Interiorização das Ações da Fbsp. As Coordenadorias tinham como especificidade a sua estrutura interna, já que ao invés de unidades operacionais subordinadas ela possuía unidades municipais cuja função não se restringia à nova execução de ações, mas sobretudo assumindo o papel de mobilizar recurso existentes nos municípios em articulação com as prefeituras. Foram implementadas 11 coordenadorias que abrangiam

79 municípios, sendo as Coordenadorias Regionais de Santarém, Castanhal, Marabá, Conceição do Araguaia, Altamira, Breves, Abaetetuba, Capanema, São Miguel do Guamá, Soure e Santa Izabel.

Abreu (2010) historizou em sua tese que, com a regionalização do atendimento, fortalecida posteriormente pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) no ano de 1990, se estabeleceu a obrigatoriedade de município criar sua própria política de atendimento às crianças e adolescentes que estavam sobre sua responsabilidade, ficando apenas o acompanhamento prescritas na nova lei.

A partir do que apresentou Abreu (2010), temos que a Fbesp é reformulada a partir de um movimento de especialização dos atendimentos de assistência social, já que em 1993 foi aprovado a Lei Orgânica da Assistência Social, por meio da Lei nº 8.742 que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (Suas), estabelecendo normas e critérios para o enfrentamento da pobreza e assistência social de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais promovendo a universalização dos direitos.

Esse marco legal foi um incentivo a reformulação da Fundação Papa João XXIII (Funpapa), instituição que já atuava desde de 1964 de forma filantrópica, atribuindo a ela funções para coordenador a política de assistência social do município de Belém, cabendo destacar que o atendimento de menores em situação de vulnerabilidade, poderia incluir autores de ato infracional, por meio de serviços e programas destinados à proteção social de crianças e adolescentes na modalidade de Liberdade Assistida (LA), no espaços que atualmente conhecemos como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

A Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), começou a ter sua proposta de trabalho repensada a partir da gestão do então governador do Estado Hélio Mota Gueiros (1987-1990). O *Relatório de atividades da Fbesp (1993)*, aponta dificuldades na transição da Fbesp para a atuação da Funcap no que compete a definição da Política de Assistência Social, pois existia dois órgãos executores, sendo a Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social (SETEPS), no desempenho das ações de Assistência Social Básica e a Fbesp encarregada das ações de Proteção Especial, voltada para crianças e adolescentes.

Foi criada uma comissão com o objetivo de elaborar uma proposta de reformulação da Fbesp de forma global que culminou no documento “Uma proposta de Reforma conforme mostra a figura a seguir.

Figura 12- Cartilha produzida pela Fbesp a respeito da proposta de reformulação da instituição¹⁴



Fonte: Arquivo da Fasepa, 2024.

Pode-se interpretar a partir da ilustração da capa do documento “*Uma nova proposta*” que a proposta continha a reformulação do mosaico de ações da instituição (representada nas partes que juntas compõe a imagem) seria direcionada para dois públicos, sendo eles os menores e os idosos. O referido documento foi elaborado por uma comissão cuja equipe que tinha entre seus integrantes além da presidência da instituição e suas estruturas, também consultores externos à instituição entre eles o Sociólogo Professor Universitário Pedro Demo, a coordenadora da comissão, a Professora Ivone Tupiassú. Em dezembro de 1993, por meio da Lei nº 5.789, se instituiu a de fato a Fundação da Criança e do Adolescente (Funcap), extinguindo a atuação da estrutura e ações da Fbesp.

¹⁴ Material produzido pela Fbesp no período do governo Hélio Gueiros. O exemplar tem 41 laudas, sendo dividido em cinco seções: 1. Diretrizes Gerais; 2. Diretrizes Programáticas; 3. Quanto a reforma, redução e transição dos serviços; 4. Quanto a execução metropolitana; 5. Quanto à Política de expansão para o interior.

Figura 13 – Treinamento realizado pelo Sociólogo Pedro Demo no processo de transição institucional da Fbesp



Fonte: Arquivo permanente Fasepa, 2024.

A partir da nova ordem jurídico-social estabelecida pela Constituição Federal de 1988, bem como a implantação do Eca em 1990, houve necessidade de redefinir a nível estadual, as ações de Assistência Social, buscando superação de ações paralelas a nível das três esferas governamentais. Após longo processo de revisão e reformulação, por meio da Lei nº 5.789, de 22 de dezembro de 1993, criada a Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (Funcap), entidade sem fins lucrativos com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social – SETEPS.

4 ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DO MENOR INFRATOR NA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO PARÁ

A Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp) teve suas atribuições voltadas à elaboração e promoção da Política de Assistência Social do Pará. Durante 1967 a 1979 suas ações focaram principalmente no desenvolvimento e execução de programas de assistência social, tanto no atendimento às necessidades básicas de sobrevivência quanto às existenciais. Entre as principais responsabilidades da fundação, podemos destacar: a execução de programas sociais; a promoção da organização social como forma de participação comunitária; e a integração das ações de organização social com a política de trabalho, sempre com vistas ao desenvolvimento social.

Tais atribuições nos permitem observar e compreender, nas subseções a seguir, como o trabalho da Fbesp, especialmente voltado aos menores infratores, foi guiado por concepções filosóficas que viam o ser humano como um indivíduo dotado de dignidade intrínseca, com capacidade de superar suas limitações desde que as condições necessárias fossem garantidas.

A instituição baseou suas ações na implementação de programas voltados especialmente para os segmentos populacionais de baixa renda, que em sua maioria sobreviviam de trabalhos informais ou sazonais. Para compreender plenamente esse trabalho, é necessário observar as ações destinadas ao público da Fbesp de forma global, pois os menores infratores, em sua maioria, provinham dessas famílias de baixa renda, que enfrentavam uma série de carências sociais. Desconectar a análise do menor infrator do seu contexto sociofamiliar resultaria em uma visão fragmentada, que comprometeria não apenas o entendimento da assistência e educação promovidas pela fundação, mas também a compreensão da principal estratégia de atuação com esses menores, que era baseada na integração entre família e comunidade.

Nas próximas seções apresento a partir da análise dos documentos a descrição de quais eram as ações assistenciais desenvolvidas com os menores infratores, assim como apresento análise dos tipos de educação que foram desenvolvidas com os menores atendidos pela Fbesp

4.1 Assistência ao menor infrator

A atuação da Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp) no atendimento a menores infratores reflete um modelo singular no contexto das políticas públicas externas para a infância e juventude durante o regime civil-militar. Diferentemente de outras Febens, que tinham como foco exclusivo os menores infratores, a Fbesp desenvolveu ações que

englobavam tanto a assistência preventiva quanto a curativa, ampliando seu alcance a públicos diversos, como crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica e idosos. Esse modelo é essencial para compreender como uma instituição se posicionava em relação às diretrizes determinantes dos Códigos de Menores de 1927 e 1979, bem como pela Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, que regulamentava medidas aplicáveis a menores infratores.

Desde sua criação em 1967, a Fbsp foi regida inicialmente pelo Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, que consolidou o primeiro Código de Menores no Brasil. Este documento estabelece a tutela estatal sobre menores considerados abandonados ou em situação de perigo. Os artigos 26 e 68 do Código de 1927 definem categorias como “menores abandonados” e “menores delinquentes”, aplicando medidas específicas de proteção ou reeducação (Brasil, 1927). Nesse contexto, a atuação curativa da Fbsp, voltada para a reabilitação de menores com condutas antissociais, foi alinhada com a lógica normativa do Código, que enfatizou o internamento como uma solução prévia para lidar com situações de risco ou desvio de conduta.

O Documento *Linhas de Atuação da Fbsp (1975)* descreveu como uma instituição organizava sua atuação com duas abordagens principais: ações curativas, para atender menores vítimas de exploração ou com condutas antissociais, e ações preventivas, que buscavam evitar a marginalização por meio da integração familiar e comunitário.

Tanto os menores assistidos na área preventiva quanto curativa recebiam atendimento médico-odontológico. Segundo o *Relatório de atividades 1979 a 1983*, essas foram as medidas adotadas:

Na parte da prevenção foram realizadas vacinações, palestras educativas, bochecho com flúor, etc. Na área curativa foi-nos possível através de contactos com a Secretaria de Assistência Médica do INAMPS, reativarmos convenio já existentes, para um melhor atendimento aos nossos menores, principalmente no tocante o tratamento especializado que por ventura não pudesse ser prestado por este Serviço Médico (p, 14).

O trecho analisado revela tanto aspectos positivos quanto negativos nas ações de saúde voltadas para menores infratores. As iniciativas preventivas, como vacinação, palestras educativas e bochecho com flúor, demonstram um esforço do Estado em proteger a saúde física desses jovens, especialmente em um ambiente de privação de liberdade, onde as condições sanitárias e o risco de surtos são elevados. Essas medidas indicam uma tentativa de promover a saúde básica e a conscientização sobre hábitos saudáveis, o que, por um lado, pode ser considerado um avanço em termos de cuidados médicos e educação em saúde para uma população vulnerável.

Por outro lado, essas ações parecem limitadas, pois se concentram principalmente em aspectos físicos da saúde, sem uma abordagem mais ampla que considere as necessidades emocionais e sociais dos menores. A falta de programas voltados para a reabilitação e reintegração social desses jovens, como educação e suporte psicológico, evidencia uma visão mais superficial e punitiva, centrada na manutenção da ordem em vez da transformação e reabilitação. Isso sugere que, apesar das boas intenções, as medidas adotadas não foram suficientes para atender de maneira integral os desafios enfrentados pelos menores infratores, limitando o impacto real dessas ações na sua recuperação e reintegração social.

A linha curativa teve entre seus marcos regulatórios a publicação da Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, foi estabelecido um marco regulatório intermediário, detalhando as medidas aplicáveis a menores infratores. Essa legislação reforçou a abordagem disciplinar, mas elementos dinâmicos importantes que anteciparam mudanças consolidadas no Código de Menores de 1979. A lei determinou, por exemplo, que menores de 14 anos estariam sujeitos apenas a medidas de proteção e assistência, enquanto menores de 14 a 18 anos poderiam ser internados em estabelecimentos protegidos por prazos mínimos equivalentes a dois terços da pena cobrada a adultos em casos semelhantes (Brasil, 1967). A internação poderia ser prolongada até os 21 anos, evidenciando uma preocupação com a reeducação de longo prazo, característica de instituições como a Fbesp.

Entre as medidas de privação de liberdade, destaca-se a criação do Centro de Recepção e Triagem (CRT), inaugurado em 1968 pela Fbesp. O CRT era um espaço destinado a receber menores orientações pelo Juizado de Menores, funcionando como unidade temporária de observação e triagem. A equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos e educadores, realizava diagnósticos sociais e comportamentais para definir o encaminhamento mais adequado, como internamento em instituições incluídas ou inserção em programas educativos e assistenciais da Fbesp. Apesar de representarem avanços técnicos no atendimento de menores, os centros de triagem reforçaram o caráter disciplinar e a institucionalização da assistência social, limitando, em muitos casos, a autonomia dos jovens (Fbesp, 1983, p. 27).

Por outro lado, o Código de 1927 não utilizou o conceito de “situação irregular” como categoria normativa. Esse termo seria introduzido apenas com a Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que instituiu o novo Código de Menores. Isto amplia a abrangência das situações consideradas problemáticas, integrando elementos como abandono, maus-tratos, privação de subsistência e desvios de conduta em um único conceito jurídico (Brasil, 1979). Essa mudança representou uma evolução na forma como o Estado abordou a infância e a

adolescência, permitindo uma maior integração entre as ações assistenciais e educativas. A Fbesp, que já havia iniciado um trabalho preventivo inovador, como o Projeto de Atendimento Integrado à Família, adaptou-se a essa nova legislação de forma natural (Fbesp, 1975).

No que tange as ações da linha preventiva o documento *Linhas de atuação de Fbesp (1975)*, a Fbesp explorava as seguintes ações:

Ação Integrada em favor do menor carenciado (grifo nosso), em que estão engajados órgãos governamentais, atendendo inicialmente o pré-escolar e tendo como motivação básica a recreação orientada. Já estão estabelecidos dois núcleos em bairro de população marginalizada pela organização social insuficientes. E como prospecção tende-se atingir outros bairros de cidade. É do plano e engajamento de vários órgãos governamentais atendendo prioritariamente o pré-escolar na satisfação das necessidades básicas de saúde, educação, segurança social, recreação, amor e compreensão. [...] A motivação que a Fundação utilizou é a Recreação Orientada, como resposta à satisfação de uma das necessidades básicas do menor, bem como veículo de prevenção da marginalização social. A satisfação de outras necessidades básicas como saúde, segurança social e educação podem ser atendidas através da colaboração entre os órgãos, que direta ou indiretamente estejam comprometidas com essas áreas de necessidades.

Assistência educacional (grifo nosso) é um projeto que se dedica a assistir o binômio menor x família em suas várias ordens de dificuldades, evitando sempre que possível o internamento dos menores em colégios. A carência de recursos financeiros da família responde expressivamente pela marginalização do menor e no conhecimento dessa causa a Fbesp tem procurado, através de “**Bolsa Estudo**” (grifo nosso) ajudar as famílias a manterem seus filhos na escola. Paralelo a Bolsa de Estudo aplica-se outra modalidade de assistência, que são “**ajudas escolares**” (grifo nosso) no seio da sua família. Essas ajudas permitem que o menor não abandone a vida escolar (Linhas de atuação da Fbesp, 1975, n.p).

Projetos como o Programa de Recreação Orientada demonstram uma tentativa de ir além das exigências da Lei nº 5.258/1967 e do Código de 1927, promovendo medidas que antecipavam práticas mais humanizadas, posteriormente consolidadas no Código de 1979 (Fbesp, 1975). Além disso, a ação preventiva destacou a importância de programas comunitários integrados, como o Projeto de Atendimento Integrado à Família, que incluiu iniciativas como o PROPE (Programa de Atendimento ao Pré-Escolar), o PRECOM (Programa de Educação Complementar para Menores), o PRECOP (Programa de Educação Complementar para Pais) e o PRAI (Programa de Atuação Indireta). Essas iniciativas interligadas buscavam atuar diretamente nas causas da marginalização infantil e familiar.

O Programa de Educação Complementar para Menores (PRECOM) tinha como justificativa o atendimento a menores carenciados que se encontrassem em atividades lucrativas sem assistência educacional ou social, em condições moralmente perigosas ou em situação de mendicância e ociosidade. Seus objetivos gerais incluíam contribuir para o desenvolvimento da personalidade dos menores e sua integração progressiva nas atividades

socioeconômicas da comunidade. Os objetivos específicos visavam à preservação da saúde, ao desenvolvimento afetivo e emocional, ao acesso a atividades culturais e recreativas, além de orientar formas saudáveis e seguras de convivência. Durante as reuniões do programa, que poderiam incluir comemorações, excursões, visitas e atividades artísticas, buscava-se promover experiências de aprendizagem alinhadas às necessidades e interesses dos menores (Fbbsp, 1975).

Além disso, a programação do PRECOM foi hierarquizada por faixa etária, considerando as necessidades específicas de cada grupo, com o objetivo de facilitar a aprendizagem e atender às demandas educacionais e culturais típicas. Para menores de 6 a 9 anos, as atividades tinham foco no desenvolvimento inicial de habilidades motoras e sociais; para o grupo de 9 a 12 anos, a ênfase recai na integração cultural e recreativa; de 12 a 15 anos, o objetivo era a formação de aptidões e fortalecimento de valores cívicos; enquanto para o grupo de 15 a 18 anos, as atividades visavam à preparação para a vida adulta e ao exercício da cidadania. Essa hierarquização demonstra uma preocupação em adaptar os programas às capacidades e desafios próprios de cada faixa etária, promovendo uma educação integral e inclusiva.

O advento do Código de 1979 marcou um momento de transição nas políticas públicas abertas para a infância e adolescência. A Fbbsp consolidou suas inovações com enfoque na prevenção e na integração comunitária, priorizando medidas que evitassem o internamento e fortalecessem os laços familiares e sociais. Programas como o PROPE (Programa de Atendimento ao Pré-Escolar) e o PRECOP (Programa de Educação Complementar para Pais), descritos nos documentos de 1975, refletem esse novo paradigma. Esses programas buscavam atuar nas causas estruturais da marginalização, abordando a satisfação das necessidades básicas de saúde, educação e segurança social (Fbbsp, 1975).

No contexto da análise teórica, Michel Foucault (2010) contribui para a compreensão das práticas institucionais de assistência da Fbbsp ao abordar os dispositivos disciplinares e o biopoder. No caso do CRT, sua estrutura e função reforçaram um controle disciplinar que visava normalizar os menores conformes os padrões sociais vigentes. A triagem e a observação eram estratégias para classificar, hierarquizar e definir medidas corretivas ou preventivas, alinhando-se ao modelo de gestão da infância e juventude descrito por Foucault. Por outro lado, a tentativa de manter os menores no convívio familiar, como promovida pela Clínica de Casos Específicos, revela um esforço de humanização que se distancia do internamento disciplinar, mas ainda mantém o controle estatal sobre o corpo social.

Além disso, a análise de Chartier (1990) sobre representações sociais ajuda a compreender como os discursos produzidos pela Fbesp configuravam as identidades dos menores atendidos. A categorização como "infratores" ou "em situação irregular" reforçava narrativas de marginalização, que justificavam as intervenções institucionais. A Fbesp, ao mesmo tempo em que oferece assistência, reproduzia representações que colocavam esses menores como assuntos desviantes, necessitando de vigilância e controle. Tais representações moldavam as percepções sociais e legitimavam as políticas de assistência.

Já Goffman (1981), com seu conceito de estigma, é fundamental para analisar os impactos das classificações institucionais sobre os menores atendidos. A atribuição de categorias como "delinquentes" ou "carentes" marcava os jovens com identidades estigmatizadas, dificultando sua reintegração social. O estigma, muitas vezes reforçado pelos processos institucionais, criava barreiras simbólicas que perpetuavam a exclusão desses menores. Mesmo os programas preventivos, como o PRECOM, podem ser lidos sob essa ótica, pois, apesar de sua intenção integrada, ainda operavam dentro de uma lógica que rotulava os assuntos como cuidados de correção e vigilância.

A trajetória da Fbesp ilustra um movimento de transição entre três paradigmas distintos: o modelo disciplinar do Código de 1927, que priorizou o controle e o internamento; a abordagem progressista da Lei nº 5.258/1967, que critérios dinâmicos individualizados para a reeducação; e o modelo integrado do Código de 1979, que enfatizava a garantia de direitos e a prevenção como pilares centrais. Essa evolução reflete tanto a capacidade de adaptação da Fbesp quanto o seu papel como agente transformador no contexto das políticas públicas externas para a infância e juventude.

4.2 Educação dos menores infratores da Fbesp

A Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), desenvolveu um conjunto de ações terapêuticas voltadas para a harmonização e socialização dos menores infratores. Essas programações buscavam integrar os menores à sociedade por meio da utilização de elementos culturais, valores, gostos, conhecimentos e hábitos de vida social. As ações foram implementadas por meio de setores especializados, como educação, profissionalização, orientação educacional, psicologia e educação física. Esses serviços foram operacionalizados em três unidades principais: o Centro de Reeducação Masculino (CRM), a Escola Fbesp e o Centro de Reeducação Feminino (CRF) (Relatório Quadrienal, 1979-1982).

Conforme o *Relatório Quadrienal de 1979-1982*, as atividades da Fbsp estavam organizadas em diferentes setores com funções específicas. O Setor de Educação que era responsável por oferecer atividades educacionais, extraclasse, socioculturais e de vida diária, além de coordenar o programa de orientação para o trabalho. O ensino regular e supletivo era realizado tanto nas escolas da própria instituição quanto em unidades da comunidade. Já o Setor de Profissionalização promovia atividades ocupacionais, estabelecia contratos de trabalho com terceiros e ofertava cursos de iniciação profissional em convênio com o SENAI. Outros setores também desempenhavam papéis estratégicos no atendimento aos menores, como os de Orientação Educacional, Psicologia e Educação Física (Fbsp, 1979-1982).

O desenvolvimento das programações estava estruturado em três fases sistemáticas, detalhadas a seguir:

Estas atividades contam com o corpo técnico (equipe interprofissional) composta de Assistentes Sociais, Psicólogos, Psiquiatras, Orientadores Pedagógicos, Técnicos em Educação Física e corpo de apoio educativo (professores, monitores, recreadores)

As programações tinham três fases de sistemáticas:

1ª Fase – Recepção e Adaptação: através de entrevista individuais ou grupais, os menores recém chegados eram apresentados à equipe do setor. Eram realizados contatos formais e informais em que os menores eram informados e orientados quanto a sistemática da unidade de atendimento.

2ª Fase – Formação e Educação: A educação é desenvolvida na unidade ou em escolas da comunidade, conforme a necessidade sentida para colocação do menor e eram matriculados segundo o seu grau de escolaridade, aptidões profissionalizantes e condições para trabalho-produção. As programações esportivas eram desenvolvidas com todos os menores, considerando gostos e aptidões para diferentes modalidades. Já as atividades socioculturais também era oferecidas a todos.

3ª Fase – Prontidão para saída: Fazem parte desta área as unidades: Escola Fbsp que mantinha menores em regime de internato, na faixa etária de 06 a 18 anos incompletos, tendo como finalidade precípua ressocializar menores abandonados e/ou carentes, dando-lhes orientação adequada e proporcionando um desenvolvimento integral e harmônico de suas personalidades, instruindo e educando para assumir a responsabilidade de cidadão; o Centro de Reeducação Masculino (CRM) que era composto de dois serviços sendo eles o setor de recepção e triagem e o setor educacional para menores de 07 a 18 anos incompletos. O primeiro tinha o objetivo de estudar de maneira biopsicossocial, pedagógica e jurídica a situação do menor visando um diagnóstico e indicação terapêutica. Já o setor educacional tinha como finalidade principal reeducar menores de conduta antissocial, procurando reintegra-lo à sociedade; por fim, o Centro Educacional Maria Bernadeth, que era uma unidade voltada para menores do sexo feminino que apresentavam conduta antissocial, na faixa etária de 07 a 18 incompletos, e que também apresentava dois serviços com os mesmos objetivos tal qual o CRM (Plano de Ação Fbsp 1983-1986, p. 19)

Essas ações destacam o papel estratégico da Fbsp na tentativa de promover uma educação que superasse o tradicional modelo escolar formal, adaptando-se às necessidades de uma população marginalizada.

A educação escolar, ao longo de sua evolução, sempre teve como objetivo principal a formação de indivíduos dentro de um marco institucional formal. No entanto, a rigidez desse sistema muitas vezes resultou na exclusão de indivíduos que não se enquadravam nos padrões estabelecidos. O sistema escolar tradicional, com seu foco em conteúdos curriculares padronizados e avaliação sistemática, frequentemente falhou em lidar com as necessidades específicas de grupos marginalizados, como os menores infratores.

Conforme aponta Zanella (2012), as teorias da educação se desenvolveram em diferentes direções, influenciando a forma como a escola tradicional e as demais formas de educação abordam a marginalidade. Trilla (1996) também destaca que a educação escolar é muitas vezes associada ao desenvolvimento formal, com currículos rígidos e práticas regulamentadas que reforçam desigualdades. Essa limitação gerou um movimento em direção à ampliação do conceito de educação, incorporando práticas que ocorrem fora do ambiente escolar, especialmente voltadas à inclusão de grupos marginalizados.

Esse contexto teórico dialoga diretamente com as práticas da Fbesp, cujas ações buscavam transcender a educação formal ao integrar estratégias socioeducativas e interdisciplinares. Tanto a Educação Não Formal (ENF) quanto a Educação Social (ES)¹⁵ são observadas como respostas a essas lacunas, oferecendo modelos que buscam a inclusão e a transformação social, ao contrário da simples transmissão de conhecimentos padronizados.

A Educação Não Formal surgiu como uma resposta às limitações percebidas na educação escolar. Historicamente, a ENF começou a ganhar destaque nos anos 1960, quando se tornou evidente que o sistema formal de ensino não era capaz de responder a todas as demandas educacionais da sociedade. De acordo com Jaume Trilla (1996), a educação não-formal foi reconhecida como um campo pedagógico em um contexto de críticas ao sistema formalizado de ensino, em um momento em que a escola e a família eram vistas como incapazes de lidar com todas as exigências sociais.

A crise da educação formal na década de 1960, marcada por mudanças econômicas e sociais, favoreceu o surgimento da ENF como um campo alternativo que complementaria ou mesmo substituiria a educação escolar convencional. Este período foi caracterizado por uma

¹⁵ A ENF, no Brasil, foi inicialmente associada a processos de alfabetização de adultos, inspirados em Paulo Freire e na educação popular. Por sua vez, a ES, originada na Europa do século XIX, apresenta-se como uma prática educativa voltada para populações marginalizadas, promovendo inclusão e combate às desigualdades. No Brasil, a ES ganhou força nas décadas de 1970 e 1980, em um cenário de redemocratização e ampliação de tensões sociais. Esses modelos se complementam ao propor práticas que vão além do ensino formal, adaptando-se às complexas necessidades de populações vulneráveis.

série de transformações na estrutura social e econômica, que exigiam novas formas de aprendizagem e desenvolvimento humano fora do contexto escolar tradicional.

No Brasil, a ENF foi inicialmente associada a processos de alfabetização de adultos, inspirados nas propostas de Paulo Freire e nas práticas dos movimentos sociais. A educação popular, desenvolvida em oposição ao sistema escolar convencional, buscava criar espaços educativos que fossem inclusivos e emancipatórios, especialmente para aqueles que eram marginalizados pela sociedade. A ENF, assim, tornou-se um meio de promover a cidadania, justiça social e inclusão, abordando questões que a educação escolar formal muitas vezes deixava de lado (Gohn, 2006). A ENF busca complementar a educação formal, criando espaços alternativos de aprendizado que sejam mais inclusivos e adaptados às necessidades da sociedade contemporânea. Esses espaços são caracterizados por sua flexibilidade e pela capacidade de abordar questões sociais e culturais que são frequentemente negligenciadas pelo sistema escolar.

A Educação Social, por sua vez, possui suas raízes na Europa do século XIX, como uma resposta à marginalização gerada pela modernização e industrialização. Diferente da ENF, que se desenvolve como uma alternativa ao sistema escolar, a ES se constitui como uma prática educativa voltada especificamente para populações marginalizadas, com o objetivo de promover a inclusão social e combater as desigualdades. Então, a Educação Social vai além da complementação da educação escolar. Essa prática educativa reconhece que a marginalidade é muitas vezes gerada por fatores estruturais, como a pobreza e a falta de acesso a recursos básicos, e busca abordar essas questões de maneira integrada, utilizando uma abordagem interdisciplinar (Machado, 2004).

No Brasil, a Educação Social ganhou relevância durante as décadas de 1970 e 1980, em um contexto de redemocratização e aumento das tensões sociais causadas pela crise econômica. A ES foi utilizada como uma ferramenta para mitigar os efeitos do desemprego e da pobreza, buscando reintegrar socialmente crianças, adolescentes e jovens em situação de risco (Almeida, 2006).

Essa prática educativa é sustentada pela Pedagogia Social, que busca desenvolver intervenções educativas em contextos de exclusão, com foco na promoção da cidadania e na conscientização crítica dos indivíduos. Para Graciani (2001) a Pedagogia Social se coloca como uma prática educativa que se baseia em quatro pilares: intencionalidade, globalidade, radicalidade e transdisciplinaridade. Esses pilares refletem a complexidade das intervenções socioeducativas que caracterizam a ES, que vão além da simples transmissão de conhecimento, buscando transformar as condições sociais que geram a marginalidade.

A Pedagogia Social no Brasil tem sido concebida como uma ciência que pertence ao rol das Ciências da Educação, sensível à dimensão da sociabilidade humana e preocupada com a educação social de indivíduos historicamente situados (Caliman, 2010). Essa prática educativa se realiza em contextos onde as agências formais de educação não conseguem chegar, como nas relações de ajuda a pessoas em dificuldade, especialmente crianças, adolescentes e jovens em situação de risco (Caliman, 2010). A criatividade brasileira em processos educativos fora da escola é evidente na grande quantidade de instituições e atividades não formais voltadas para a educação, como escolas abertas nos fins de semana, centros juvenis, oratórios e comunidades de recuperação (Caliman, 2010).

É nessa linha que se intersecciona a discussão sobre a assistência e educação do menor infrator, pois as instituições que foram criadas voltadas ao atendimento do menor no período republicano, na vigência do Código de Menores, tinham em seus discursos a educação como caminho para a reinserção desse seguimento na dinâmica social – que se pressupunha o acesso a diferentes políticas públicas, entre elas a educação escolar, que por vezes essas crianças e adolescente não tiveram acesso por diversas formas de exclusões nesse ambiente – e que por essa razão suscitava uma nova proposta educativa que superasse a tradição histórica de punição existente nas instituições de internação no Brasil, mas que apontassem para os menores infratores as regras do jogo que os impeliram as situações de vulnerabilidade e contato com o mundo crime para assim se entenderem sujeitos de mudança de suas próprias vidas e do sistema social imposto. Quando a (re)adaptação Arola (2010, p. 12 e 13) diz que,

Quando falamos de pessoas ou grupos com dificuldades de integração estamos falando de falta de adequação entre as características que uma pessoa ou um grupo têm e as de um coletivo mais amplo ou dominante, seu entorno e suas regras. A inadaptação é sempre resultado de uma relação conflitante. É o resultado de um processo pessoal de construção que fracassa, que resulta incompatível com as exigências e os requisitos que impõe uma sociedade receptora concreta.

Temos então que a relação entre educação e serviço social é particularmente relevante quando se discute a Educação Social e a Educação Não Formal, já que a própria discussão do Serviço Social como campo de práticas educativas se constrói a partir das diferentes práticas educativas que se constituíram fora do espaço escolar, por isso que no Brasil, as práticas educativas sociais estão associadas com o atendimento de crianças e adolescentes pobres, sejam estes abandonados, expostos a diferentes violências ou outras condições (Azevedo et al., 2017).

Garcia (2001) destaca que a assistência social, embora inicialmente ligada à filantropia, evoluiu para uma prática baseada em direitos, com um forte componente

educativo. Essa evolução foi fundamental para o desenvolvimento de práticas educativas voltadas para populações vulneráveis, que muitas vezes dependem do serviço social para garantir seu acesso à educação.

No contexto da Educação Social, essa relação é ainda mais evidente. A ES muitas vezes se cruza com o serviço social em contextos de intervenção em populações marginalizadas. Instituições sem fins lucrativos, igrejas e movimentos sociais desempenham um papel crucial na implementação de programas socioeducativos que visam não apenas educar, mas também apoiar e empoderar essas populações (Carvalho & Carvalho, 2004).

A interdisciplinaridade da Educação Social, que envolve profissionais de diversas áreas como psicólogos, assistentes sociais e educadores, destaca a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa para enfrentar os desafios sociais e promover a inclusão (Machado, 2004). A educação social busca responder às demandas socioeducacionais que vão além dos limites formais da escola, valorizando espaços educativos alternativos e a colaboração entre diferentes setores e disciplinas (Carvalho & Carvalho, 2004).

A Educação Não Formal e a Educação Social têm desempenhado papéis cruciais na promoção da justiça social e na transformação das realidades educacionais. Ambas as práticas têm evoluído ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças sociais e econômicas, e continuam a desempenhar um papel crucial na promoção da justiça social e na transformação das realidades educacionais.

Segundo Moura e Zucchetti (2006), a educação não-formal tem sido fundamental para a promoção de práticas educativas que respondem às necessidades emergentes das populações vulneráveis, oferecendo alternativas ao sistema escolar tradicional. A flexibilidade e a diversidade de práticas educativas não-formais permitem que estas iniciativas se adaptem a diferentes contextos e necessidades, promovendo a inclusão e o desenvolvimento pessoal e comunitário.

Por outro lado, a Educação Social, conforme descrito por Ribeiro (2004), enfrenta o desafio de questionar e transformar as estruturas sociais que geram desigualdades e exclusão. A adoção de uma perspectiva libertadora, nos moldes sugeridos por Paulo Freire, é essencial para evitar a reprodução de problemas sociais e promover uma verdadeira transformação. A colaboração entre diferentes áreas do conhecimento e a participação ativa da sociedade civil são fundamentais para o sucesso das iniciativas de educação social (Carvalho & Carvalho, 2004).

As práticas da Fbsp podem ser interpretadas como uma tentativa de aplicar os princípios da Educação Social e da Educação Não Escolar. Com o uso de equipes

interdisciplinares e o foco em atividades integradas de educação, profissionalização e sociabilidade, a instituição procurava atender às múltiplas demandas dos menores, reconhecendo-os como sujeitos de direitos. Essa abordagem também evidencia como a interseção entre assistência social e educação pode gerar intervenções transformadoras.

As práticas da Fbesp refletem a necessidade de superar o modelo escolar tradicional que ela também se propunha a ofertar aos menores atendidos, integrando perspectivas de Educação Social e Educação Não Escolar. Essas práticas, apesar de inseridas em um contexto histórico permeado por contradições ideológicas e estruturais, apontam para possibilidades de ressocialização e promoção de cidadania para menores em situação de vulnerabilidade.

Por isso, a proposta educativa da Fbesp evidenciava uma tentativa de implementação de práticas educativas externas para a inclusão social. Por isso, é essencial discutir as contradições inerentes ao funcionamento de instituições como a Fbesp, especialmente à luz das teorias de Goffman (1981) e Foucault (2010). Embora os programas incluíssem atividades que pudessem ser consideradas práticas de Educação Social ou Educação Não Formal, essas unidades funcionavam como instituições totalizantes e espaços de privação de liberdade, o que gerava um ambiente permeado por relações de poder e controle.

Goffman (1981), ao tratar de instituições totalizantes, descreve esses espaços como ambientes que anulam a individualidade dos sujeitos, transformando-os em uma massa de aplicação aplicada a regras estritas. No caso da Fbesp, ainda que as atividades buscassem promover a ressocialização, a convivência em regime de internato ou a reclusão contribuía para a estigmatização dos menores. A integração social pretendida esbarrava em práticas institucionais que reforçavam a identidade marginal dos internos, muitas vezes restringindo as possibilidades de desenvolvimento independente.

Foucault (2000), por sua vez, oferece uma análise das relações de poder que estruturam as instituições disciplinares. As práticas de vigilância, controle e normalização presentes em espaços como os Centros de Reeducação Masculino e Feminino refletem o que o autor chama de “sociedade disciplinar”. A estrutura organizacional da Fbesp, ao mesmo tempo que propunha uma reeducação baseada em valores e conhecimentos, também operava como um espaço de imposição de normas sociais que buscavam moldar os menores conforme os padrões estabelecidos pela sociedade dominante.

Essas contradições apontam para a dualidade do papel das instituições como a Fbesp: de um lado, oferecem oportunidades de formação educacional e profissional; por outro lado, operam como espaços de controle e disciplina, perpetuando as desigualdades que pretendem combater. Nesse sentido, é importante considerar que, embora práticas de Educação Social e

Não Formal possam ocorrer nesses contextos, elas são limitadas pelas dinâmicas de poder e pela estigmatização que caracterizam tais espaços.

Portanto, o modelo da Fbsp precisa ser analisado criticamente, as ações desenvolvidas não podem ser desvinculadas das condições estruturais de privação de liberdade e das relações de poder que permeavam as instituições. Essa reflexão é essencial para compreender os limites e as possibilidades de práticas educativas em espaços de reclusão, bem como para apontar caminhos para uma abordagem mais emancipadora e inclusiva na ressocialização de menores infratores.

As práticas da Fbsp devem ser detalhadas no contexto dos valores culturais e sociais de sua época. Peter Burke (1997) enfatiza que as práticas culturais não surgem isoladamente, mas refletem as normas e demandas da sociedade. As ações educativas e recreativas promovidas pela instituição, embora se apresentem como emancipadoras, estão profundamente inseridas em uma estrutura de poder que busca moldar comportamentos e reforçar normas sociais. revela a complexidade do papel da Fbsp na formação dos internos e na manutenção das posições sociais vigentes.

Segundo o *Documento Plano de Ação Fbsp 1983-1986*, na ação terapêuticas programações visam harmonizar e socializar o menor pela utilização da cultura, dos valores, dos gostos, dos conhecimentos, dos hábitos de vida na sociedade e se realizam através de ações desenvolvidas por setores de: educação, profissionalização, orientação educacional, psicologia e educação física. As ações nessa área são desenvolvidas: no Centro de Reeducação Masculino; na Escola Fbsp; e no Centro de Reeducação Feminino.

A educação de menores infratores, assim como dos carentes e abandonados, eram distribuídas da seguinte forma segundo o *Documento Relatório Quadrienal 1979-1982*: Setor da Educação; Atividades educacionais; Atividades Extraclasse; Atividades socioculturais; Atividades de vida diária; Programa de orientação para o trabalho.

Conforme o mesmo documento o ensino regular e supletivo é desenvolvido nas próprias escolas de atendimento e/ou da comunidade. Havia também o Setor de Profissionalização que se voltava a atividades ocupacionais, Unidade de Trabalho (contratos celebrados com terceiros)

Cursos de iniciação profissional (Convênio SENAI), Setor de orientação educacional, Setor de Psicologia, Setor de Educação Física.

Na pesquisa de campo no arquivo da Fasepa situado no Complexo Esportivo e Cultural Apoena foram identificados registros da estrutura de alguns espaços e atividades educativas. Faço referência aos espaços pois considerando que a educação de menores se dá

em condição de privação de liberdade não poderíamos deixar de analisar como os espaços da Fbsp também é um fator de educação.

Figura 14 - Espaços da Escola Fbsp



Fonte: Arquivo da Fasepa, 2024.

As fotografias capturam aspectos de confinamento e vigilância que refletem as teorias de Michel Foucault e Erving Goffman sobre controle e disciplina em ambientes institucionais. Na primeira imagem, que mostra uma janela gradativa com uma visão limitada para o ambiente externo, a perspectiva de Foucault (2010) sobre o "panoptismo" é evidente. Foucault argumenta que o panoptismo é um modelo de vigilância contínua em que a arquitetura do espaço é projetada para reforçar o controle, criando uma sensação de observação constante, ainda que não visível. A presença das grades e das limitações do campo de visão funciona como barreiras que mantêm o interno sob controle psicológico, criando uma sensação de separação do mundo externo. Essa estrutura não apenas impede o acesso físico ao exterior, mas simboliza o poder disciplinar que isola e vigia os indivíduos, submetendo-os a um estado de vigilância constante e internalizada.

O isolamento é efetivado não só através do afastamento do convívio social. Afasta os institucionalizados de sua rotina, dos seus hábitos, das suas relações afetivas, tirando-lhes o direito de exercer sua cidadania, furtando-lhes ainda o direito de ir e vir, além do direito de se relacionar com outros internos, sem que haja permissão de seus superiores. Além do isolamento, o mundo do trabalho era outra forma de gerir esses menores. (Macedo, 2019, p. 51)

Por meio das ideias de Saliba (2006), podemos perceber que essa organização arquitetônica vai além da vigilância. A presença da janela obstruída, que limita o campo de visão para o mundo exterior, pode ser vista também como uma metáfora para o "verniz educativo", um conceito que descreve o uso da educação como uma fachada que esconde práticas de vigilância e controle social. O discurso educativo, que se apresenta como uma ferramenta de reintegração e emancipação dos menores, serve, na verdade, para ocultar as práticas de dominação que buscam conformar os internos às normas impostas pela instituição. Em vez de promover a liberdade e a autonomia, a educação em espaços de privação de liberdade, como sugerido por Saliba, funciona como um instrumento de controle sutil, onde o controle sobre os indivíduos se disfarça de um processo "educativo".

Na segunda imagem, onde os menores parecem estar em um ambiente também cercado por grades, a análise de Goffman (1961) sobre "instituições totais" oferece uma interpretação relevante. Para Goffman, instituições totais, como prisões e internas, são ambientes em que os indivíduos perdem o acesso ao mundo exterior e são submetidos a um sistema rígido de controle, onde todas as atividades diárias são supervisionadas e os internos perdem a autonomia. A imagem reflete esse conceito ao mostrar um ambiente onde os menores estão fisicamente confinados e sob supervisão constante, o que contribui para um processo de despersonalização. Esse confinamento reforça rigorosamente a perda de individualidade e a imposição de normas institucionais que restringem a liberdade e a identidade pessoal, elementos que, segundo Goffman, caracterizam as práticas dessas instituições.

A crítica de Saliba também se aplica aqui, quando refletimos sobre como a vigilância e o controle, embora assumam uma forma visível na série, se entrelaçam com a educação, que, no contexto das medidas privação de liberdade, se transforma em uma ferramenta de normalização. O conceito de "verniz educativo" nos leva a questionar, ao invés de fornecer um processo de verdadeira reabilitação, o sistema apenas utiliza a educação como uma desculpa para estimular o controle sobre os indivíduos, camuflando suas práticas coercitivas sob o pretexto de promoção uma reintegração social.

Essas fotografias, sob as lentes de Foucault e Goffman, evidenciam como a arquitetura do espaço e as práticas institucionais se combinam para exercer controle e disciplinar os indivíduos. O isolamento visual e o confinamento são mecanismos que perpetuam a dominação, reforçando o papel da instituição em moldar comportamentos e subjugar a individualidade dos menores. Ao integarmos a crítica de Saliba sobre o "verniz educativo", podemos ver que esse processo de normalização, que parece ser uma consequência natural da

educação, é, na verdade, uma forma de controle psicológico que é exercida sobre os internos. A educação, ao ser revestida de ideais de cidadania e emancipação, torna-se um veículo para a internalização da disciplina, ocultando o verdadeiro propósito da instituição, que é o controle e a conformação dos indivíduos ao sistema.

As fotografias dos espaços da Fbesp, como as janelas gradeadas e dormitórios austeros, não apenas documentam a materialidade da instituição, mas também funcionam como representações culturais. Sob a perspectiva de Peter Burke (1997), as imagens carregam significados sociais que reforçam o papel da instituição como espaço de controle e dominação. A classe das janelas, por exemplo, é um símbolo visual da vigilância constante, projetando a ideia de separação entre os internos e a sociedade externa. Burke destaca que essas representações não são neutras, mas refletem as ideologias da época, legitimando práticas de exclusão e normatização.

E conforme a concepção de prisão de Foucault (2000), o cerceamento da liberdade não se constitui como fruto da justiça, e sim como um mecanismo legitimador de manutenção do poder disciplinador e coercitivo. Essas duas teorias já reforçam o quanto essa visão encerrada do poder institucional total faz com que se incorra em erros, e talvez o maior deles tenha sido mantido à prisão a completude institucional de conseguir fornecer, por ela mesma, todos os elementos necessários e suficientes para a recuperação dos detentos. A crítica de Saliba à educação como "verniz" que esconde o verdadeiro poder de vigilância se integra perfeitamente aqui, indicando que o sistema socioeducativo, ao se apoiar na educação como uma justificativa para suas práticas, distorce o seu verdadeiro propósito. A educação em espaços de privação de liberdade, longe de ser uma forma de libertação, torna-se, portanto, um instrumento de normalização, reforçando as estruturas de poder e controle, ao passo que oculta seus reais interesses sob o manto de uma aparente preocupação com o bem-estar e a reintegração dos menores.

Figura 15 - Dormitórios e Banheiros coletivos da Escola Fbsep



Fonte: Arquivo da Fasepa, 2024.

As fotografias do ambiente de privação de liberdade evidenciam um espaço marcado pela austeridade e ausência de personalização, características que refletem as representações culturais da sociedade sobre os menores institucionalizados. A impessoalidade dos quartos, com camas metálicas dispostas de forma compacta e sem elementos decorativos ou pessoais, reforça uma prática cultural de controle e despersonalização, apontada por Chartier (1990) como um mecanismo de disciplina e normalização social. Segundo o autor, as representações visuais não apenas documentam o ambiente, mas atuam como construções simbólicas que moldam e reafirmam valores sociais, especialmente em contextos institucionais que visam disciplinar e isolar aqueles considerados “fora da norma” (Chartier, 1988).

Chartier (1990) argumenta que as representações culturais não são neutras; elas estão inseridas em um campo de concorrência e poder, onde a dominação e o controle se manifestam e se reforçam através da configuração de espaços e objetos. Assim, as fotografias dos quartos e banheiros nas instituições de privação de liberdade são representações visuais que participam de uma "luta de representações", expressando ideologias de controle e exclusão social. Nesse sentido, a austeridade dos banheiros, com suas portas desgastadas e a falta de privacidade, remete a uma organização funcional que prioriza a vigilância e minimiza o conforto e a autonomia dos internos.

Chartier (1990, p. 17) ressalta que a História Cultural busca identificar “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”, e, portanto, os espaços institucionalizados expostos nas fotos podem ser lidos

como construções culturais que refletem e reforçam percepções sociais sobre disciplina e normatividade. Essa perspectiva é ainda ampliada pela noção de “apropriação”, uma vez que os menores, privados de individualidade e autonomia, têm o próprio corpo e o espaço protegido pelo controle institucional.

Essas fotografias, ao registrar os objetos e o ambiente, revelam não apenas o estado material dos espaços, mas também como práticas e ideologias de dominação, conforme os conceitos de Chartier (1990). Nesse sentido, a cultura material dos objetos e a disposição espacial tornam-se uma representação das relações de poder, que, ao despersonalizar o ambiente, reforçam uma visão da época sobre o controle social e a disciplina como formas de contenção e "correção" dos internos, refletindo a apropriação de seus corpos e rotinas.

Integrando as ideias de Maurice Halbwachs (2006), podemos ampliar uma análise para considerar como os espaços de privação de liberdade não são apenas locais de confinamento, mas também mantenedores de uma memória coletiva. Halbwachs (2006) argumenta que a memória é socialmente construída e intimamente ligada ao espaço e aos objetos que nos cercam. Nos ambientes de privação de liberdade, a memória coletiva gerada pelos internos, através da vivência comum desses espaços, reforça a construção de uma identidade coletiva marcada pela exclusão e inclusão. O espaço, com sua austeridade, despersonalização e falta de privacidade, contribui para a criação de uma memória comum entre os internos, que unifica a experiência de subordinação e vigilância.

Ao integrar as memórias coletivas dos internos, esses espaços deixam de ser apenas passivos em sua função disciplinadora e passam a carregar significados que são compartilhados e ressignificados ao longo do tempo. De acordo com Halbwachs, os espaços físicos são elementos centrais na construção dessa memória, ajudando a preservar e transmitir as narrativas sociais de controle, vigilância e subordinação. Dessa forma, a organização material do ambiente, como as camas metálicas e a disposição impessoal dos objetos, não apenas reflete o poder da instituição, mas também ajuda a consolidar a memória de um sistema de dependência que marca a subjetividade dos internos de maneira coletiva, criando uma memória institucional que se perpetua ao longo do tempo.

Assim, a apropriação do espaço pelos internos não se dá apenas no sentido físico, mas também no plano social e emocional, onde esses ambientes ficam para a construção e a vivência de memórias compartilhadas. Mesmo dentro de um sistema rígido de controle, os internos podem ressignificar esses espaços, criando formas de resistência ou solidariedade, e reformulando como memórias de exclusão e inclusão para uma memória coletiva de resistência e luta pela identidade. Isso reflete a visão de Halbwachs de que a memória é dinâmica e

reconstruída coletivamente, não sendo uma simples reprodução passiva de experiências, mas uma interpretação ativa e contínua dos espaços e objetos que compõem o cotidiano institucional.

Portanto, a crítica à cultura material desses espaços, apoiada por Chartier (1990), é complementada pela ideia de Halbwachs de que os ambientes institucionais são, simultaneamente, produtores e preservadores de memória coletiva. A austeridade e a despersonalização dos quartos e banheiros, longe de serem apenas instrumentos de controle, tornam-se locais de construção simbólica de uma memória social, onde os internos experimentam experiências que moldam suas identidades e suas relações com o sistema, perpetuando uma narrativa de subordinação, mas também criando a possibilidade de novas memórias de resistência e apropriação.

Figura 16 - Cerimônias Institucionais da Fbsep



Fonte: Arquivo da Fasepa, 2024.

Goffman (1961) diz que as cerimônias institucionais têm como prática abrir os portões da instituição em tempo de festa, convidando para visitar o “lar”, os parentes dos internados e

o público em geral, fazendo transparecer elevados padrões humanitários, as relações cordiais entre as pessoas da administração e os internados.

Para Goffman (1961), esses eventos, realizados em instituições totais, são denominados de “Cerimônias institucionais”. Essas cerimônias possibilitam aos internatos reaprende a viver em sociedade. Para esse autor, as “Cerimônias institucionais” são anunciadas em um órgão de divulgação, tais como: jornais ou revista semanais. Estas são mencionadas em dois tipos de material: o primeiro é denominada de “as notícias locais”, que evidenciam descrições de cerimônias institucionais recentes, acontecimentos pessoais, como: aniversários, mortes de pessoas da instituição, promoções, viagens e etc.; o segundo tipo de material de divulgação é o editorial, que abrange “[...] notícias do mundo externo que têm relação com a posição social e legal dos internos e ex-externos, acompanhadas por comentários adequados; poesia, contos originais; editoriais [...]” (Goffman,1961, p. 86).

Nesse sentido, ao permitir o contato de pessoas dentro da instituição, Goffman (1961) frisa como sendo essa ação de “Exibição Institucional”, em que o local é preparado para receber visitas e mostrar um ambiente acolhedor, apresentando uma imagem “adequada” de uma instituição total, ou seja, permitindo que os visitantes vejam que tudo está bem, que tudo está correto no interior do “lar”.

Figura 17 - atividades recreativas, culturais e manuais



Fonte: Arquivo da Fasepa, 2024.

As atividades recreativas, de teatro e manuais realizadas com internados na Fundação do Bem-Estar Social do Pará podem ser interpretadas como estratégias que vão além da simples promoção de lazer e educação. A partir da crítica de Saliba (2006), podemos ver essas atividades como um tipo de "verniz educativo", que dissimula práticas de controle e normalização. Embora a instituição se apresente como um espaço de reabilitação e reintegração, essas atividades funcionam, na verdade, como formas de disciplinamento e adequação dos internos às normas sociais e comportamentais da sociedade. Saliba destaca que o discurso educacional muitas vezes é usado como uma ferramenta de controle disfarçada de emancipação. Nesse contexto, o teatro e o trabalho manual, que parecem ser práticas de expressão e criatividade, acabam sendo uma maneira de impor padrões sociais e culturais esperados, sem oferecer um verdadeiro espaço de autonomia ou de transformação profunda dos internos.

A teoria de Peter Burke (1997) sobre identidade coletiva também ajuda a expandir a análise, pois as atividades, ao serem realizadas de forma coletiva, criam uma identidade compartilhada entre os internos. O trabalho em grupo durante o teatro ou na criação de artesanato permite que os menores se identifiquem como parte de uma comunidade institucional, reforçando uma ideia de pertencimento. Contudo, essa identidade coletiva não é neutra. Ela é forjada dentro dos limites da instituição, onde as atividades, embora aparentemente libertadoras, servem para moldar comportamentos conformes e reforçar as normas sociais determinadas pela estrutura institucional. Para Burke, esses eventos são fundamentais para a manutenção da ordem social, pois, mesmo nas atividades mais lúdicas, a instituição busca afirmar sua autoridade sobre os internos, gerando uma identidade coletiva que se alinha aos valores e práticas da instituição, não questionando as regras sociais que os conduzem à internacionalização.

Além disso, a análise de Chartier (1990) sobre o material cultural dentro das instituições oferece uma compreensão importante sobre como essas atividades, além de serem uma forma de expressão, também carregam significados culturais que reforçam a ordem estabelecida. O uso de materiais para as atividades manuais, como argila ou estatuetas para teatro, não é apenas uma oportunidade de criação artística, mas também uma maneira de transmitir valores institucionais através do objeto e do espaço. A escolha dos materiais e a forma como são utilizados nas atividades são representações culturais que ajudam a consolidar a norma institucional. Através desse material cultural, a instituição transmite suas expectativas, valores e, principalmente, reproduz uma ideia de controle, enquanto oferece aos internos a ilusão de um espaço de expressão e liberdade.

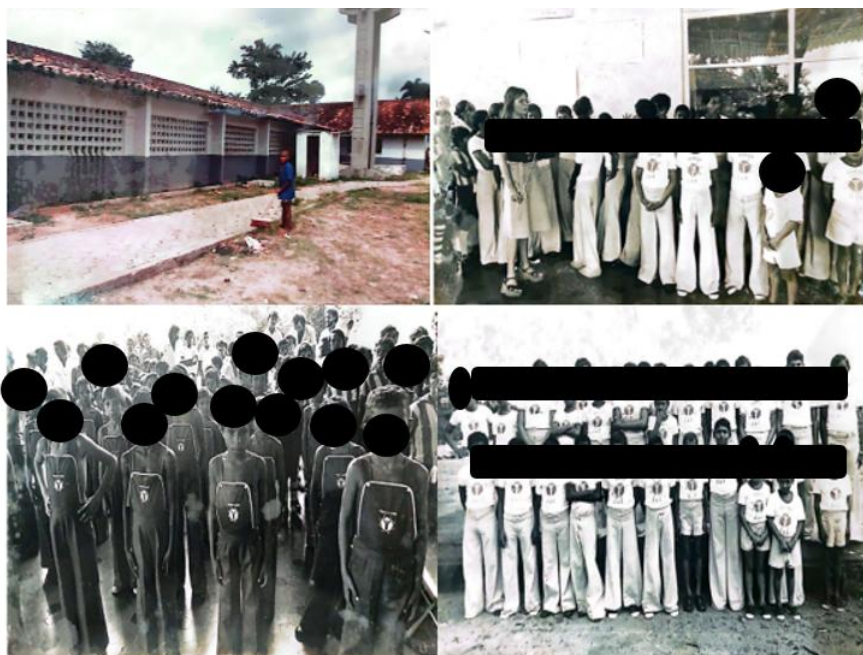
Por fim, a crítica de Goffman (1961) sobre instituições totais também se aplica a essas atividades. Embora apresentem uma fachada de liberdade e socialização, elas ainda estão inseridas em um sistema rígido de controle e vigilância. O espaço da Fundação do Bem-Estar Social do Pará, ao permitir essas atividades, não deixa de ser um ambiente onde os internos perdem a autonomia e são submetidos a um sistema de normas e regras institucionais. Assim, mesmo nas atividades mais descontraídas ou criativas, os interiores não possuem plena liberdade de ação ou expressão, já que todas as suas atividades são supervisionadas e direcionadas pela instituição. O que parece ser uma atividade educativa é, na verdade, uma ferramenta de controle, que serve para garantir que os internos se ajustem às expectativas e comportamentos normatizados pela instituição, ocultando o verdadeiro caráter de dominação e subordinação da instituição sobre seus internos.

Essas atividades, portanto, devem ser comprovadas não apenas como espaços de atividade ou aprendizagem, mas como mecanismos de controle planejados de educação e socialização, em que os menores são constantemente moldados para se ajustarem ao que é esperado pela sociedade.

As atividades recreativas, manuais e de teatro realizadas pela Fbesp, embora apresentadas como estratégias de ressocialização, podem ser entendidas como mecanismos de controle social. Peter Burke (1997) argumenta que práticas culturais coletivas moldam identidades, criando um senso de pertencimento que, neste caso, se alinha aos valores institucionais, no entanto, essa identidade compartilhada é construída dentro de um contexto de subordinação. por exemplo, reforçar normas comportamentais que, segundo Burke, servem para manter a ordem social e institucional, mascarando sob um discurso educativo as dinâmicas de poder e vigilância.

A pedagogia social, como proposta por Saliba e outros autores, pode ser vista aqui como um campo de intervenção social que busca reverter a marginalização dos menores, mas que, ao mesmo tempo, se utiliza da normalização e do controle, muitas vezes mascarados pela ideia de reintegração social. A crítica ao material cultural de Chartier, juntamente com a análise das identidades coletivas e discursos educativos, revela que o que se apresenta como um espaço de transformação pode, na realidade, ser mais uma forma de perpetuar as estruturas de poder e controle social dentro das instituições de privação de liberdade.

Figura 18 - Uniformes utilizados pelos menores atendidos pela Fbesp



Fonte: Arquivo da Fasepa, 2024.

Segundo Goffman (1980), em instituições, o processo de “mortificação do eu” é aplicado. Para isso, as pessoas internadas são submetidas a perdas frequentes, como a “perda do equipamento de identidade”, que compreende a perda do nome, dos bens, do controle sobre seu corpo, da sua aparência, da privacidade, das possibilidades de interação social, entre outros.

Esse conjunto de perdas é sempre mediado por ações verticalizadas, intimidatórias, fortemente hierarquizadas, disciplinadoras e violadoras de direitos. A ordem disciplinar organiza a vida em tais locais, mediadas por punições ou prêmios, conforme o cumprimento das regras e rotinas. A garantia de direitos humanos básicos, como a condições de saúde e de higiene à escolarização, é assumida como privilégio e utilizada como moeda de troca na relação disciplinar (Carreira; Carneiro, 2009).

Num extremo, a disciplina- bloco, a instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, com o panoptismo, temos a disciplina-mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir. O movimento que vai de um projeto ao outro, de um esquema da disciplina de exceção ao de vigilância

generalizada, repousa sobre uma transformação histórica: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar grosso modo a sociedade disciplinar. (Foucault, 2010).

O uso de uniformes em instituições de privação de liberdade de menores durante a ditadura, à luz da história cultural e das ideias de Chartier, Goffman e Foucault, revela como essas vestimentas funcionavam como dispositivos de controle social, disciplinamento e construção de identidades estigmatizadas, aspectos que se entrelaçam com a educação enquanto prática de formação de subjetividades e controle de comportamentos. Roger Chartier, em **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**, aborda as categorias de "representações", "práticas culturais" e "apropriação", que ajudam a entender o uniforme não apenas como uma peça de vestuário, mas como um objeto carregado de significados culturais e sociais. Ao impor uniformes aos menores institucionalizados, o regime ditatorial não apenas buscava discipliná-los, mas também controlá-los, inserindo-os em uma categoria de marginalidade e vulnerabilidade social, algo semelhante a certas práticas educacionais que visam moldar comportamentos e inculcar normas de obediência.

As representações que o uniforme carrega não são neutras. A ditadura brasileira, ao adotar uma política de Bem-Estar Social voltada para a "correção" e "proteção" dos chamados jovens em situação de risco, institucionalizou uma visão de que esses jovens precisavam ser reformados. Sob essa perspectiva, o uniforme assume um papel de estigma, associando-os a uma identidade marginal e subalterna. Michel Foucault, em sua análise sobre o poder disciplinar, argumenta que práticas como o uso de uniformes são tecnologias de poder que controlam e disciplinam o corpo, moldando-o conforme os interesses institucionais. O uniforme, nesse sentido, se torna um símbolo da submissão desses jovens ao poder estatal, que os observa e os regula constantemente. Essa vestimenta estabelece uma clara distinção entre o interno e o externo, anulando qualquer particularidade pessoal e transformando o indivíduo em um "objeto visível", facilmente administrado pela instituição. Sob uma perspectiva educacional, esse processo se assemelha a uma forma de "educação pelo disciplinamento", na qual as regras e o uso do uniforme ensinam obediência e conformidade, limitando o desenvolvimento de uma postura crítica e autônoma.

Goffman (1980) oferece uma perspectiva complementar ao abordar o conceito de "mortificação do eu" em instituições totais, onde o indivíduo é despojado de sua identidade original e submetido a uma nova identidade institucional. Para ele, o uniforme contribui para a anulação do "eu" individual, moldando-o em uma identidade padronizada, coletiva e

submissa. Esse processo de mortificação intensifica o efeito de estigmatização e obediência, características das instituições de privação de liberdade durante a ditadura. Os jovens que usavam uniformes perdiam elementos que os diferenciavam, o que reforçava o controle e o poder da instituição sobre eles. Do ponto de vista educacional, isso reflete uma abordagem que não promove a autonomia e o desenvolvimento pessoal, mas sim uma conformidade que busca encaixar o indivíduo em uma estrutura hierárquica e regulamentada, apagando sua singularidade em prol da adaptação à norma. Essa “perda do equipamento de identidade”, como ele descreve, não envolve apenas o desaparecimento de bens pessoais, mas também o controle sobre a aparência e o corpo, a privacidade e as interações, que passam a ser mediadas por ações hierárquicas, punitivas e despersonalizantes.

A estrutura disciplinar das instituições, com normas altamente reguladas e rotinas impostas, faz com que a educação e até o acesso a direitos básicos sejam apresentados como privilégios, utilizados para reforçar a disciplina e a submissão (Carreira; Carneiro, 2009).

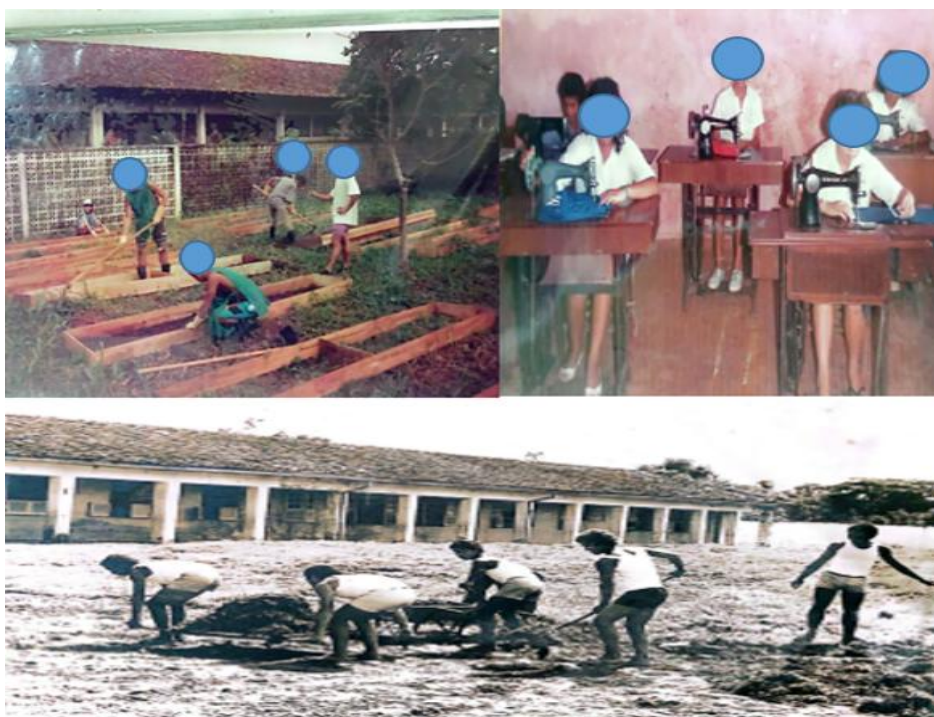
O uso de uniformes nas instituições da Fbsp pode ser compreendido à luz da teoria de Peter Burke (1997) sobre identidade coletiva. Os uniformes, enquanto artistas culturais, funcionam como instrumentos de padronização e controlar, despojando os internos de sua individualidade e moldando-os em uma coletiva submissa às normas institucionais. Para Burke, esses objetos representam mais do que funcionalidade; cargos e perpetuam estigmas sociais nesse contexto, o uniforme também é uma forma de visualizar o poder da instituição, sobre os corpos das crianças e adolescentes.

A categoria de práticas culturais, explorada por Chartier (1990), permite aprofundar o entendimento sobre como o uniforme é parte de um conjunto maior de práticas institucionais que visam ao disciplinamento dos corpos. O regime ditatorial, ao implementar políticas de Bem-Estar Social voltadas para a "proteção" dos jovens, justificava a imposição de normas e rotinas como necessárias para sua "correção" e "reintegração social". Na realidade, essas práticas culturais de padronização serviam para impor um comportamento disciplinado e limitar as expressões de individualidade dos jovens, promovendo uma adaptação forçada às normas instituídas. O uniforme, portanto, é uma prática que ultrapassa o simples uso de uma vestimenta, funcionando como um ritual diário de conformidade e submissão, assim como certas práticas educativas que visam homogeneizar comportamentos e atitudes. Nesse contexto, o conceito de Foucault sobre a “sociedade disciplinar” e o panoptismo é igualmente revelador, já que ele analisa a evolução de uma disciplina rígida para um mecanismo mais sutil, onde a vigilância e o controle se espalham por toda a sociedade. Nessa lógica, a adoção do uniforme pode ser vista como um método que torna o controle sobre os internos mais

rápido e eficiente, introduzindo uma disciplina “mecanismo” que não é apenas punitiva, mas funcional e leve, inserida na vida cotidiana de forma a normatizar comportamentos.

No entanto, o conceito de apropriação de Chartier nos permite ver que, mesmo em meio a esse rígido controle, há espaço para pequenas resistências. Apropriar-se do uniforme significa reinterpretá-lo, ressignificá-lo e, em alguns casos, subvertê-lo, mesmo que em gestos mínimos. Esses atos de apropriação podem ter ocorrido de maneira sutil, como ajustes na forma de usar o uniforme ou mesmo no modo de se comportar dentro dos limites da vestimenta imposta. Chartier enfatiza que, embora os objetos e práticas sejam impostos de cima para baixo, os sujeitos podem reinterpretá-los, atribuindo-lhes significados próprios. Nesse sentido, o uniforme, embora inicialmente destinado ao controle, também pode se tornar um objeto de resistência, no qual os internos encontram modos de expressar, ainda que minimamente, sua individualidade. Esse processo de ressignificação pode ser comparado às formas de resistência que alunos, mesmo em ambientes educativos rígidos, encontram para manifestar sua identidade, ainda que dentro dos limites institucionais. Assim, o uniforme, enquanto ferramenta de disciplinamento e controle, também permite brechas de resistência e agência individual, refletindo a complexa relação entre controle e liberdade que permeia tanto as instituições de privação de liberdade quanto o sistema educacional.

Figura 19 - Educação por meio do trabalho



Fonte: Arquivo da Fasepa, 2024.

A legislação brasileira, especialmente o Código de Menores (Lei nº 6.697 de 1979), trata da relação entre educação e trabalho no contexto de menores em situação de vulnerabilidade e em instituições de internacionalização. O art 9º, § 2º dessa lei, especificamente, estabelece a obrigatoriedade da escolarização e da profissionalização dos menores em centros de permanência. O artigo estabelece que os menores internados devem ser escolarizados e ter acesso à formação profissional, o que é visto como uma medida não apenas de reabilitação, mas também como uma forma de inserção social e de prevenção à reincidência de atos infracionais. A ideia é integrar o trabalho como uma atividade pedagógica, que não apenas fornece conhecimento técnico, mas também auxilia na reintegração à sociedade do menor à idade, ao fornecer-lhe uma profissão e habilidades que facilitam sua inserção no mercado de trabalho quando liberado.

Observando as imagens que retratam as atividades de formação profissional da Fbsp, além da complexidade das práticas realizadas pelos internos e as múltiplas dimensões do trabalho nesse contexto, é crucial analisar a evidente divisão de gênero presente nas atividades. A separação entre meninos na lavoura e meninas na costura reforça estereótipos que limitam as oportunidades dos jovens e perpetuam a ideia de que existem trabalhos "masculinos" e "femininos", restringindo suas possibilidades de escolha e desenvolvimento. Essa divisão pode ser vista como uma forma de perpetuar desigualdades sociais, direcionando as meninas para profissões tradicionalmente menos valorizadas e remuneradas. É fundamental questionar essa prática e defender a oferta de atividades diversificadas para todos, independentemente do gênero, permitindo que explorem diferentes áreas e façam escolhas mais livres e conscientes sobre seu futuro profissional.

Além disso, é preciso considerar o impacto da privação de liberdade na identidade e subjetividade dos jovens. Conforme descrito por Goffman (1961) em sua obra sobre instituições totais, a perda de autonomia e a submissão a um regime disciplinar podem gerar consequências negativas para o desenvolvimento da identidade. A instituição total pode criar um ambiente de despersonalização, onde os internos se sentem como meros objetos de controle. Nesse sentido, a formação profissional, embora tenha o potencial de auxiliar na reconstrução da identidade e projeção para o futuro, também pode reforçar a sensação de controle e submissão, dependendo de como é implementada. É crucial analisar como essa experiência de privação de liberdade e controle afeta a autoestima, a autoimagem e a capacidade de agência dos jovens, buscando garantir que as atividades oferecidas contribuam para seu desenvolvimento integral e não apenas para a adaptação a um sistema de controle.

Além disso, a legislação prevê que a educação nos estabelecimentos de internacionalização deve ser interdisciplinar. Ou seja, o trabalho realizado, como as atividades de profissionalização ou de educação não formal, não é apenas uma medida punitiva, mas também um processo educativo, que envolve a formação de cidadania, a construção de autonomia e o desenvolvimento de competências e habilidades que os menores podem ser utilizados para se reestabelecer na sociedade.

Essas medidas são complementadas pela Lei nº 5.258 de 1967, que se refere à educação profissional e ao trabalho no Brasil e, no contexto das instituições para menores infratores, busca integrar a educação com a profissionalização, ampliando as oportunidades de futuro e o desenvolvimento social desses jovens. Este contexto de articulação entre educação, trabalho e reintegração social é descrito como fundamental para garantir que o processo de internação e reabilitação não seja apenas uma forma de proteção, mas um meio de preparar os menores para uma nova chance, fornecendo-lhes ferramentas para não retornarem ao ciclo da criminalidade.

Ao analisar as imagens e das atividades de formação profissional da Fbesp temos a complexidade das práticas realizadas pelos internos e as múltiplas dimensões do trabalho nesse contexto. A primeira atividade visível, o trabalho na horta, pode ser compreendida sob a ótica da cultura material de Chartier (1990), que nos ajuda a entender o vínculo simbólico do trabalho com a terra e a ideia de autossuficiência. No entanto, num contexto de privação de liberdade, essa atividade também pode ser vista como uma atividade disciplinadora.

A relação dos internos com o trabalho manual, como o cultivo de plantas, pode ser interpretada como um mecanismo de controle, onde o corpo se torna o objeto de vigilância e disciplinamento, de maneira semelhante ao conceito de panoptismo de Foucault (2010). Nesse modelo, o corpo é moldado pela disciplina, enquanto a atividade em si serve para o rendimento da instituição. Por outro lado, o trabalho na terra também pode se constituir como uma prática que permite ao interno ressignificar seu papel, passando de submissão a produtor, oferecendo assim um espaço de potencialidade pedagógica para a construção de sua autonomia.

Variados são os significados e sentidos do trabalho para os indivíduos, conforme descrito por Morin et al. (2007). Eles indicam que o trabalho pode, de fato, dar sentido à vida do indivíduo, como uma atividade de socialização e humanização, ao promover a interação social e o exercício laborativo. O trabalho, ao contribuir para a autonomia e a identidade do sujeito, pode ser visto como uma oportunidade de crescimento pessoal e de retenção de sentido, especialmente para os internos em contexto de privação de liberdade, que buscam

ressignificar sua existência em meio a um sistema de liberdade controle rígido. No entanto, se o trabalho for realizado de maneira isolada e sem conexão com os objetivos de inclusão social e autonomia, ele pode se tornar alienante e degradante, contribuindo para a perpetuação da marginalização.

A educação na Fbsp, com sua ênfase em atividades profissionais e sociais, pode ser vista como um reflexo dos valores culturais e sociais do período. Peter Burke (1997) ressalta que práticas educativas são carregadas pelas ideologias da sociedade que as produz. No caso da Fbsp, a educação funcionava não apenas como meio de ressocialização, mas também como instrumento de normatização e controle. As atividades educativas oferecidas, embora promovessem habilidades práticas, também perpetuavam posições sociais ao direcionar os internos para profissões associadas a baixos status sociais, reforçando sua posição marginalizada.

Uma segunda atividade retratada nas imagens é o trabalho com máquinas de costura, que pode ser analisada à luz do conceito de verniz educativo de Saliba (2006). Embora o trabalho com costura tenha um objetivo claro de formação profissional, ensinando uma habilidade técnica, ele também pode funcionar como uma estratégia de controle, onde a instituição usa a atividade como uma ferramenta de normalização dos comportamentos dos internos.

Assim como outras atividades manuais, a costura pode ser uma maneira de ensinar os internos a conformar-se às exigências sociais. A habilidade adquirida, por sua vez, pode abrir portas para inclusão social, em termos profissionais, mas não oferece necessariamente uma liberação da relação de controle imposta pela instituição. A aprendizagem da costura, portanto, pode ser vista como uma metáfora de trabalho forçada, disfarçada de uma atividade educativa que, apesar de sua aparência de liberdade, serve para fortalecer a submissão à ordem institucional.

O trabalho no campo, por sua vez, reforça o tema da disciplina e da produção dentro do contexto das instituições totais, como proposto por Goffman (1961). O corpo dos internos, nesse caso, é organizado e dirigido pelas instituições para cumprir determinadas funções, e o trabalho no campo, repetitivo e físico, não visa apenas à produção de bens materiais, mas também à repressão das iniciativas individuais. Este tipo de trabalho é mais visível e está diretamente relacionado com a mecânica de poder de uma instituição total, onde o sujeito perde parte de sua individualidade e se vê como parte de um sistema de controle maior, que busca reduzir sua autonomia e sua capacidade de pensamento crítico.

Na dimensão individual do trabalho, conforme descrito por Morin et al. (2007), a capacidade do trabalho de modificação o ser tem como frutos satisfação pessoal, autonomia, crescimento e formação de identidade. Esses elementos são cruciais para entender como as atividades de formação profissional, como o trabalho na horta, na costura ou no campo, podem contribuir para o desenvolvimento dos interiores, desde que proporcionem autonomia e sentido ao trabalho realizado. No entanto, como alertado por Foucault (2010), essas atividades também podem representar momentos de alienação, caso se tornem apenas uma forma de submissão e de controle. O trabalho, então, se coloca como uma oportunidade de resistência ou de apropriação, dependendo de como ele é vivido pelos internos e das condições estruturais que uma instituição exige.

No que se refere à integração social e econômica dos jovens, Soares (2006) destaca que muitos jovens, especialmente as classes sociais marginalizadas, não estão interessados em repetir os fracassos econômicos de suas famílias e muitas vezes não se interessam em integrar-se subalternamente ao mercado. Nesse contexto, as atividades de formação profissional nas instituições de privação de liberdade podem oferecer uma alternativa ao fracasso ou uma forma de adaptação a um mercado de trabalho que muitas vezes não é inclusivo. Contudo, para que o trabalho tenha um sentido real e não seja uma atividade alienante, ele precisa ser estruturado de maneira a oferecer verdadeiras oportunidades de transformação, em vez de ser apenas uma maneira de reproduzir a marginalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões ao longo desta dissertação evidenciam a complexidade do papel desempenhado pela Fundação do Bem-Estar Social do Pará (FBESP) no atendimento aos menores infratores entre os anos de 1967 e 1979. Este estudo revelou como uma instituição, mesmo inserida em um contexto político autoritário e influenciado pelas diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), apresentou características diferenciadas em comparação a outras instituições vinculadas à Funabem, como a Febem.

A criação da FBESP, nos anos finais da década de 1960, surgiu em resposta à crescente demanda por instituições que cuidavam dos menores infratores em um contexto de repressão política e controle social. Embora vinculada à Funabem e seguindo diretrizes federais, a Fbsp conseguiu se adaptar às realidades locais do Pará, destacando-se pela sua atuação mais abrangente na relação com os públicos atendidos. Diferentemente de outras Febems, que se concentravam exclusivamente em menores infratores, a Fbsp se expandiu para atender idosos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, entre outros públicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Essa abordagem multifuncional revelou-se como um aspecto que contribuiu para uma tentativa de adequação das políticas públicas às especificidades locais do Pará. A atuação da Fbsp, nesse sentido, exemplifica um modelo mais inclusivo de assistência, superando a visão punitiva predominante na época.

No campo educacional, a análise documental e histórica trouxe uma tensão entre as práticas de ensino formal e as atividades laborais disciplinadoras. Apesar de reproduzir modelos normativos de disciplinamento presentes em outras Febems, a Fbsp implementou ações que buscaram promover a socialização e o desenvolvimento de habilidades práticas, indo além da lógica punitiva predominantemente. Essas iniciativas educacionais apontam para uma tentativa de equilibrar o controle social com elementos de ressocialização.

A Fbsp, ao incluir atividades educacionais como oficinas de capacitação profissional e atividades socioculturais, buscava reduzir o impacto da lógica punitiva, focando no desenvolvimento de habilidades práticas para a reintegração social e para a preparação dos menores para a vida adulta e cidadã. Esse esforço, embora limitado pelas estruturas de controle da época, reflete uma tentativa de humanizar e expandir o conceito de educação, indo além da simples disciplina para um processo mais abrangente de ressocialização.

No entanto, é fundamental refletir criticamente sobre o tipo de educação que realmente foi oferecido pela Fbsp. Ao considerar as atividades práticas como trabalho para os meninos,

corte e costura para as meninas, percebe-se que a proposta de formação estava longe de ser uma educação emancipatória.

Esses trabalhos manuais, longe de serem direcionados para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para a reflexão sobre o próprio contexto social, funcionaram como formas de exploração da mão de obra. Os adolescentes não estavam sendo preparados para refletir sobre suas próprias ações, como por exemplo, para compreender as causas que levaram ao ato infracional. Eles estavam sendo moldados para atender às necessidades do mercado de trabalho, mas sem o devido questionamento sobre as condições estruturais que os levaram a essa situação de vulnerabilidade.

Esse tipo de "educação" se alinha à ideologia higienista do período. A Fbesp, ao incorporar essas práticas, não estava oferecendo uma verdadeira oportunidade de transformação social, mas sim proporcionando os menores infratores para serem peças produtivas dentro de uma máquina social que se preocupava mais com o controle do que com a emancipação desses jovens. A visão punitiva predominantemente, que via o menor infrator como um problema a ser corrigido, limita as possibilidades de uma educação que realmente oferecesse os instrumentos para o desenvolvimento da autonomia e da compreensão do seu próprio papel na sociedade.

Ainda que a Fbesp tenha buscado se afastar das práticas mais rígidas de outras Febems e tenha tentado adaptar as diretrizes federais às especificidades da região amazônica, não podemos deixar de considerar que a educação ali oferecida não visava a transformação integral do indivíduo, mas sim a sua adaptação a um modelo de sociedade autoritária.. Esse modelo educativo, que se preocupava mais com a conformidade e a produtividade do que com a reflexão e a emancipação, foi um reflexo das políticas sociais da época, que buscavam minimizar a marginalização sem questionar as estruturas de exclusão social que geravam essa marginalização.

A Fbesp também se destacou por propor adaptações regionais às diretrizes nacionais. Suas ações refletem uma compreensão das realidades culturais e sociais da Amazônia Paraense, o que permitiu uma atuação diferenciada em seu escopo de ação. Diferentemente de outras instituições do mesmo período, a Fbesp incorporou uma visão mais ampla de assistência e educação, enfatizando a necessidade de ações mais inclusivas e integradas.

A capacidade da Fbesp de adaptar as diretrizes nacionais à realidade regional é um ponto importante, uma vez que atende às especificidades culturais e sociais da Amazônia, adaptando os programas de assistência e educação para uma região marcada por desafios geográficos e socioeconômicos. A adoção do Projeto de Atendimento Integrado à Família, por

exemplo, foi uma ação preventiva relevante que demonstrou uma tentativa de evitar a reincidência e de oferecer apoio para a inclusão social, algo que foi além das práticas mais rígidas de controle social.

Ainda assim, o estudo revelou especificidades ao contexto em que a Fundação opera. As práticas institucionalizadas muitas vezes mantinham elementos de controle e normatização, o que dificultava a concretização plena dos objetivos de ressocialização. Essa dualidade demonstra as contradições típicas das políticas públicas externas para a situação de vulnerabilidade. As propostas entre os objetivos de ressocialização e as limitações impostas pela estrutura de controle, que muitas vezes se refletiram em ações punitivas, dificultaram a concretização dos ideais de reintegração social, mostrando uma complexidade de implementação de políticas públicas expostas à inclusão e ao respeito à dignidade humana, principalmente no contexto de uma Ditadura Civil Militar.

Outro ponto relevante é a ambivalência da Fbsp como instituição educativa. Se, por um lado, promoveu avanços no campo da educação e da assistência, por outro, suas práticas não romperam totalmente com os paradigmas de controle social que marcaram as instituições disciplinares no Brasil. Essa dualidade reforça a necessidade de analisar criticamente como as políticas públicas podem ser usadas tanto como ferramentas de emancipação quanto como mecanismos de exclusão. Ao mesmo tempo em que a Fbsp apresentou tentativas de inovação na sua abordagem educativa e assistencial, as práticas de controle e a falta de liberdade dos menores em privação de liberdade também evidenciaram os limites dessa transformação. Nesse sentido, a continuidade de uma visão punitiva sobre a educação e a assistência social deixou marcas no processo de ressocialização, mostrando que a busca por soluções eficazes depende de uma superação das estruturas de controle e exclusão social.

Ao expandir esta análise, é importante considerar a Fbsp no contexto da Ditadura Civil Militar. Apesar da tentativa de adaptação às necessidades locais e de humanização de seus processos, a Fundação não foi imune ao controle autoritário que permeou todas as instituições do período. A lógica de higienização social, em que minorias eram constantemente marginalizadas, estava presente em sua atuação, e sua educação e assistência não estavam completamente desvinculadas da ideologia de controle e moralização que predominava naquele momento histórico. Embora a Fundação buscasse práticas de ressocialização, elas não estavam alheias a um processo mais amplo de imposição de normas e valores que visavam a conformar os indivíduos à lógica do regime autoritário.

Aqui, é preciso destacar a questão da pedagogia da proteção que permeia a estrutura da Fbsp. Mesmo com o discurso de proteção e assistência, o que se observava na prática era

um sistema punitivo, onde a educação oferecida não promovia a reflexão crítica ou o desenvolvimento pessoal. Em vez de uma educação libertadora, voltada para a autonomia e o entendimento das condições sociais, a FBESP operava sob um modelo de controle social. A educação ali oferecida tinha o objetivo de fazer com que os jovens se conformassem às normas sociais condicionais, em vez de os ajudar a compreender as causas de seus atos e transformar suas condições de vida.

Além disso, o conceito de socioeducação, muitas vezes empregado para explicar o trabalho realizado em instituições como a Fbsp, carrega uma carga ideológica punitiva. O termo "sócio" vem antes de "educação", indicando que a ênfase estava mais no controle social do que na emancipação educacional. A sociedade via a educação como um mecanismo de punir e corrigir os comportamentos desviantes, e não como uma ferramenta para promover a transformação pessoal e a verdadeira. Isso reforça ainda mais o modelo punitivo presente, que, ao invés de proteger e reabilitar, marginalizava e disciplinava os menores.

A atuação da Fbsp, portanto, revela uma instituição que, embora tenha buscado inovações e adaptações regionais, não conseguiu se dissociar das práticas punitivas e da lógica de controle político e social impostas pela Ditadura Civil Militar. Esse contexto histórico não pode ser ignorado, pois ele moldou profundamente a forma como a FBESP se especifica e interage com os menores infratores e outras leis de vulnerabilidade. Mesmo suas tentativas de humanização e de adaptação ao contexto local foram, de certa forma, limitadas pela necessidade de conformar os indivíduos às normas da época, o que evidencia uma tensão entre a assistência social e a educação propostas pela instituição e as práticas punitivas ainda presentes em sua estrutura.

A pesquisa também destacou a importância de revisitar a história de instituições como a Fbsp para compreender os desafios e contradições das políticas socioeducativas contemporâneas. A análise das práticas e discursos da Fundação permitiu identificar fronteiras históricas que ainda moldam a percepção sobre medidas socioeducativas e suas limitações na promoção de justiça social. A compreensão da trajetória da Fbsp também aponta para a necessidade de continuar a investigação sobre o impacto dessas práticas a longo prazo, refletindo sobre os resultados dessas ações na vida dos menores após a desinternação e sobre as continuidades e rupturas nas práticas da Funcap, instituição que acontece na Fbsp.

Outro aspecto que merece destaque é o papel da Fbsp como espaço de tensão e resistência. Apesar de operar em um contexto de centralização administrativa e repressão política, a Fundação conseguiu incorporar elementos que desafiavam uma lógica punitiva e autoritária, apontando para possibilidades de transformação no campo da socioeducação. A

resistência da Fbsp a certos aspectos do autoritarismo político e o esforço de adaptação de suas práticas refletem uma visão mais ampla de transformação social. Mesmo em um período de forte repressão, a Fbsp buscou abrir espaço para práticas mais inclusivas e de maior proteção à criança e ao adolescente.

Esta dissertação contribui para o campo da história da educação ao lançar luz sobre uma instituição pouco explorada na literatura acadêmica, evidenciando suas contradições, avanços e limitações. Reconhecer a trajetória da Fbsp como um caso singular no contexto das Febems permite expandir a discussão sobre como as políticas públicas podem ser adaptadas a contextos regionais específicos, promovendo maior eficácia e inclusão. Além disso, novas investigações sobre a FBESP podem aprofundar a análise das práticas educativas inovadoras e seu impacto a longo prazo, buscando compreender melhores os resultados dessas ações na vida dos menores.

FONTES

BELÉM (Pará). **Anuário Estatístico do Município de Belém de 2020**: aspectos do município de Belém. Disponível em: < <https://anuario.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Aspectos-do-Municipio-1.pdf>>

BRASIL. **Decreto n. 16.575, de 11 de setembro de 1944**. Portal de Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 02 fev. 2013.
BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as normas de proteção à infância e juventude. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 1927.

BRASIL. Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967. Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1967.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1979.

CARLOS, G. **Memorando nº 716/02/CH/GAB/SNI. Serviço Nacional de Informações Gabinete do Ministro**. Arquivo Nacional. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/80008740/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80008740_d0001de0001.pdf

FBESP. **Linhas de atuação da Fundação do Bem-Estar Social do Pará**. Belém: Fundação do Bem-Estar Social do Pará, 1975.

FBESP. Plano de Ação da Fundação Bem-Estar Social do Pará. Belém: FBESP, 1983-1986.

FBESP. Relatório de atividades da Fundação Bem-Estar Social do Pará. Belém: FBESP, 1979-1982.

GEISEL, Ernesto. **Mensagem ao Congresso Nacional**. [Relatório Presidencial, 1979]. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1356/>.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Distribuição Territorial da População: Situação Demográfica, 1960. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1969/populacao_m_1969aeb_036_1.pdf

PARÁ (Estado). **Estudo do Serviço Social do Gabinete do Governador Alacid Nunes**, 1966.

PARÁ (Estado). **Mensagem à Assembleia Legislativa**, 1975.

PARÁ (Estado). **Mensagem à Assembleia Legislativa**, 1978.

PARÁ (Estado). **Relatório de atividades da Fundação do Bem-Estar Social do Pará (1983-1986).**

PARÁ (Estado). **Relatório de atividades da Fundação do Bem-Estar Social do Pará (1979-1982).**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Waldir Ferreira de. **O trabalho de socialização de meninos de rua em Belém do Pará: um estudo sobre a República do Pequeno Vendedor**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-RIO, 2010.
- ALMEIDA, F. A. de. A pedagogia social e sua importância na luta pela democratização das oportunidades e no combate à exclusão social. **In: Políticas Públicas, Educação e diversidade: uma compreensão científica do real**, p. 146-154, 2020.
- ALVES, L. M. S. A. A política de caridade, assistência e proteção à infância desvalida em Belém do Pará: do império à república. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v.3, n. 6, ago-dez, 2015.
- ALVES, L. M. S. A. Infância, medicina e maternidade: discursos dos médicos higienistas nos cuidados com as crianças no Pará (1913). **In: CAVALCANTE, M. J. M.; HOLANDA, P. H. C.; QUEIROZ, Z. F. de (Org.). Histórias de Mulheres: amor, violência e educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2015.
- ALVES, L. M. S. A. **Proteção e Assistência à Infância Desvalida no Pará (1912-1934)**. Belém, PA:UFPA, 2012.
- ALVIM, M.R.B.; VALLADARES, L.P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **In: VALLADARES, L.P. (coord.) A infância pobre no Brasil: uma análise da literatura, da ação, das estatísticas**. Rio de Janeiro: Iuperj/Ford, 1988 (Relatório de pesquisa).
- AMIN, A. R. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. **In: MACIEL, K. R. F. L. A. (org.). Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 49-80.
- ANTUNES, Ricardo. Excurso sobre a centralidade do trabalho. **In: ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999. cap. VIII. p. 135-165.
- APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Portugal: Porto Editora, 2001.
- AROLA, R. L. A educação social no Brasil: alguns desafios e armadilhas. **Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público/RS**, v. 1, n. 1, p. 8-52, 2010. Disponível em: http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/revista_digital_ed_02.pdf.
- BARBOSA, A. C. E. **Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”**: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará. Tese (Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, 2017).
- BARROS, J. D’A. **História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. Textos de História**, v.11, n.1/2, 2003.

BECKER, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia:** é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias estratégicas*, Brasília, v. 12, setembro 2001.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4ª e. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BENELLI, S. J. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. **Revista de Estudos de Psicologia**. Campinas, V. 12, n3, p. 237-252, 2004.

BISPO, A. B. "A Educação da Infância Pobre em Sergipe: a cidade de menores Getúlio Vargas (1942-1974)" 31/05/2007 133 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão.

BORDALO, A. A. (org.). **A sociedade médico-cirúrgica e a medicina no Pará**. Belém: Gráfica Sagrada Família, 2000.

BORGES, V. T. **O patrimônio cultural e as prisões:** apagamentos e silenciamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Panorama Nacional. A execução das Medidas Socioeducativas de Internação**. Programa Justiça Jovem. Brasília, CNJ, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/**. – 1. ed. – Brasília: 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Normas Operacional Básica NOB/RH Anotada e comentada-** Brasília. DF: MDS: 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes. **Estatuto da Criança e Adolescentes de 1990**. Brasília, 2022.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. História e filosofia das instituições escolares. In: **ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (Org.). Novos temas e história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: UDFU, 2002.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CADEMARTORI, A. C; ROSO, A. **Violência, criminalidade e relações de dominação:** do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. **Revista SER Social**, Brasília, V. 14, n.31, p. 397-418, jun./dez 2012.

CAPELATO, M. H. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CARDOSO, M. R. G; OLIVEIRA, G. S. de; GHELLI, K. G. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, V. 20, n.43, p. 98-111, 2021.

CARLOS, V. Y. **Escola de Reforma:** um estudo sobre as ideias que sustentaram a sua organização no Brasil. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, 2013.

- CARLOS, V. Y. **Os fundamentos pedagógicos que sustentam a socioeducação no Brasil:** desvendando os nexos da proposta construída ao longo de um século. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, 2019.
- CARVALHO, M. C. M. de. **Construindo o saber. Metodologia Científica:** fundamentos e
- CASTRO, A. de; RIGOLIN, I. F. O sistema penal subterrâneo no trato aos “menores” durante o regime militar: breve história da violação sistemática de direitos da infância e adolescência. **Revista Eletrônica Direito e Política**, 2022.
- CERTEAU, M. d. A operação histórica. **In: LE GOFF, J.; NORA, P. (org.) História, novos problemas.** 3a edição. São Paulo: Francisco Alves, 1988.
- CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. **In: PRIORE, Mary del (Org.) História das crianças no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHARTIER, R. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural –** entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação.** In: CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p.61-78.
- CHARTIER, Rogério. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Rogério. **O Mundo como Representação.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, 1988.
- CHAVES, C. **Arquitetura, modernização e política de 1930 e 1945 na cidade de Belém.** Revista Vitrusvius, 2008
- CHAVES, Maria Anunciada Ramos. Cotijuba. In: PARÁ. Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. VI.39, ano 30. Trimestral. Belém: TJEPA, 1986.
- COLLOU, maria Lucirene Sousa. **Instituição Pia Nossa Senhora das Graças:** Educação de crianças pobres, órfãos e abandonadas em Belém (1943-1975). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, 2016.
- CORRAL, A. B. **Minoría de edad y derechos fundamentales.** Madrid: Tecnos, 2004.
- CORRÊA, L. da S. F.; **A Infância em Processos Judiciais em Belém do Pará:** da criminalidade aos discursos jurídico-assistencialistas para a educação do menor desvalido (1890-1930). Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, 2017.
- CORRÊA, L. da S. F.; ALVES, L. M. S. A; OLIVEIRA, C.; VANESSA, C. P. de. **Criminalidade na infância:** a detenção de menores por práticas delituosas em São Paulo e

em Belém do Pará (1870-1910). In: **ENCONTRO MARANHENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 8., 2015.

CORRÊA, L. da S. F.; PEREIRA, R. A. G; MACEDO, A. E. de A. O Papel das Instituições Educativas no Processo de Regeneração Social de Menores Delinquentes na Belém Republicana (1890 - 1910). @**rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 14, mai. - ago, 2018.

CORRÊA, L. S. F., ALVES, L. M. S. A., OLIVEIRA, C. V. C. P., SILVA, M. O. A. **A infância em processos judiciais**: um estudo discursivo sobre o caso do menor Joaquim Manoel da Silva em Belém do Pará de 1895. In Colóquio De Pesquisa Da Linha Educação, Cultura E Sociedade: A Produção Do Conhecimento Em Educação Na Amazônia, 3., 2015. Belém, PA. Anais [...]Belém, PA: Universidade Federal do Pará. p. 1-12

COSTA, A. P. M.; GOLDANI, J. M.; As (im)possibilidades de concretização de princípios pedagógicos nas instituições de internação socioeducativa. **Revista Fac. Direito UFMG**, 2017.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Família, Base de Tudo**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1998

COSTA, C. da. Dimensões da medida socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico. **Revista Textos & Contextos**, v. 14, nº 1, pg. 62-73, 2015.

COSTA, K. R. L. **Disciplinar, regenerar e punir**: os caminhos do menor delinquente sergipano (1891-1927)' 25/03/2013 156 f. Mestrado em Educação, Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVESIDADE FEDERAL DE SERGIPE.

COSTA, L. D. da. **A Instituição Cristã Espírita “Lar De Maria”**: um templo de Amor, Caridade e Educação de Crianças Pobres em Belém – Pa (1947-1960). 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

COSTA, R. P. da; ZANELLA, M. N. Planos, projetos, propostas, regimentos e manuais: refletindo sobre os documentos institucionais da socioeducação e suas intencionalidades. In: **PAES, Paulo Cesar Duarte; ADIMARI, Maria Fernandes; COSTA, Ricardo Peres da (Org.). Socioeducação e intersectorialidade**: formação continuada de socioeducadores. Caderno 6. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2015. p. 37-46.

COUTO, I. A. P.; MELO, V. G. de. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. L. S.; NORONHA, P. A. (org.). **Infância tutelada e educação**: História, Política e Legislação. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 20-38.

CRUZ, A. V. H. **As raízes históricas da política criminal na legislação e nas práticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei**. Tese de doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

CUNHA, M. C. da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAMINELLI, C. S. Em caso de crime, por que não antecipar? Debates sobre menoridade na imprensa durante a vigência do Código de Menores (Santa Catarina, 1979 – 1990). **História Revista**, Goiânia, v. 23, 2018.

DAMINELLI, C. S. O governo da população infantojuvenil no Brasil durante a ditadura civil-militar: apontamentos entre o nacional e o local. **Revista Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**. Vol. 5, n. 2, Mai/Ago – 2013.

DEMO, P. **Pesquisa e Informação Qualitativa: Aportes Metodológicos**. 5º ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DIAS, Ana Elizabete da Silva Seguin. **Histórico do reformatório e posterior Colônia Penal de Cotijuba**. Belém: SECULT/DPHAC, 1998 (Mimeo).

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DRAIBE, S. M.; AURELIANO, L. A especificidade do welfare state brasileiro. In: _____. Economia e desenvolvimento. Brasília: MPAS/Cepal, 1989.

EARP, M. de L. Sá. A política de atendimento do século XX: a infância pobre sob a tutela do Estado. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. L. S.; NORONHA, P. A. (Org.). **Infância Tutelada e Educação: História, Política e Legislação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 72-99.

Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.

ESPIG, M. J. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXIV, n.2, p.269 - 289, dez.1998.

EVANGELISTA, D. O. (2011). **Barreiras da sobrevivência: angústias e dilemas de jovens autores de atos infracionais pós-institucionalização**. Natal: EDUFRN.

FALEIROS, V. de P. **Impunidade e imputabilidade**. Serviço Social & Sociedade. Ano XXIV. No 77, mar. 2004.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. In: **RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. (pp. 33 – 96). São Paulo: Cortez, 2009.

FERNANDES, D. A. **“Pau que nasce torto...” exige correção: a criação de Institutos Disciplinares** 07/10/2020 150 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: Universidade Estadual De Maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BCE – UEM.

FREITAS, Léia Gonçalves de; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Políticas de Assistência e Proteção à Infância na Década de 1970: um Estudo nos Relatórios Presidenciais do Brasil. **Revista Cocar**, 2017.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000, 15 ed.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 38ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCO, M. A. Sa. **Pedagogia como ciência da educação**, 2 ed. Ver. Ampliada. – São Paulo: Cortez, 2008.

GEBARA, A. Civilização e descivilização na América Latina: o caso brasileiro. **In: GOETTER, Jones e SARAT, Magda (Orgs.). Tempos e espaços civilizadores: diálogo com Norbert Elias**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo, perspectiva, 1961.

GONÇALVES, Z. de A. **Meninos de rua e a marginalidade urbana em Belém**. Belém: Salesiana, 1979.

GOUVÊA, M. C. S. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. **In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUIMARÃES, Jaqueline Tatiana da Silva. **Os discursos dos médicos do Estado do Pará nas teses de doutoramento ou inaugurais (1929-1954): saúde, assistência e educação da infância pobre**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016.

JEDIVAM, M. da C. S; MIRANDA, H. De “menor infrator” a adolescente em conflito com a lei: tecendo olhares para a medida socioeducativa de liberdade assistida. **Revista Temas em Educação, [S. l.]**, v. 30, n. 1, 2020.

KAMINSKI, A. K. **O Conselho Tutelar, a criança e o ato infracional: proteção ou punição?** Canoas, RS: ULBRA, 2002.

KONZEN, A. A. Reflexões sobre a medida e sua execução (ou sobre o nascimento de um modelo de convivência do jurídico e do pedagógico na socioeducação). **In: Justiça, adolescente e ato infracional; socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12º ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

LONDOÑO, F. T. **A origem do conceito de Menor**. São Paulo: Contexto, 1991.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELO, Odimar do Carmo. O lugar e a comunidade na Ilha de Cotijuba – PA. Dissertação (Mestrado), 2010, 192 p. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.

MENDES, A. A. **Práticas educativas e institucionalização de crianças e adolescentes em Sergipe: permanências e transformações (1974-1991)**. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

MIRANDA, H. S. A Febem, o Código de Menores e a “pedagogia do trabalho” (Pernambuco, 1964-1985). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 55, 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Estele; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luísa Vieira. O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 19, Edição Especial 1, p. 38-46, 2007. Disponível em: Acesso em: 06 out. 2017.

OLIVEIRA, Jorge et al. **Um estudo sobre fatos ocorridos na Ilha de Cotijuba: análise das causas que levaram a transformar um educandário em presídio (Projeto de Pesquisa)**. Universidade Estadual do Maranhão. Programa de Qualificação de Docentes. São Luiz: 2006 (Mimeo)

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. **In: PRIORE, Mary Del. História das Crianças no Brasil**, 2006.

PASSETTI, E. **O que é o menor**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAVÃO, E. N. A. Balanço Histórico e Historiográfico da Assistência à Infância “Desvalida” no Brasil. **In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 2011.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PETIT, Pere; VALARDE, Jaime Cuéllar. O Golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Revista Estudos Históricos**, 2012.

PRIORE, M. D. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

QUARESMA, Sid Nazareno da Costa. **Memorial da ilha da redenção: o Educandário Nogueira de Faria e a ilha de Cotijuba (1932-1976)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará)

RANIERE, E. **A invenção das medidas socioeducativas**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RICOEUR, Paul. **O Justo ou a essência da justiça**. Trad. Vasco Cassimiro. Lisboa: Instituto

RIZZINI, I. **A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)**. Brasília: UNICEF, 2000.

RIZZINI, I. Criança e Menores – de Pátrio Poder ao Pátrio Deve, um histórico da legislação para a Infância no Brasil. **In PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/USU/Amais, 1995.

RIZZINI, I. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Amais; Universidade de Santa Úrsula, 1997.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, A. da R. As Santas Casas da Misericórdia e a roda dos expostos. **In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). Uma história social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

RODRIGUES, D. S.; FRANÇA, M. do P. S. G. S. A. A Pesquisa Documental Sócio-Histórica. **In: MARCONDES, M. I; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. de (Org.). Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém, PA: EDUEPA, 2010. p. 55-74.

SABINO, E. B. **A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na província do Grão-Pará (1860-1889)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação; Instituto de Ciências da Educação; Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

SABINO, E. B. **Infância pobre e educação no juízo de órfão do Pará (1870-1910): acolher, proteger, cuidar e educar “os filhos do estado”**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação; Instituto de Ciências da Educação; Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019.

SAFELICE, J. L. História das instituições escolares. **In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson, LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SALES FILHO, B. F. de. Trabalho sujo e mediação em instituições para adolescentes em conflito com a lei. **In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

SALIBA, Maurício Gonçalves. **A educação como disfarce e vigilância: análise das estratégias de aplicação de medidas sócio-educativas a jovens infratores**. 2006. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

SAMARA, E. de M.; TUPY, I. S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, B.R., et al. Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. **In: ASSIS, S.G., et al., orgs. Teoria e prática dos conselhos**

tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século. **In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 210-230.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHUELER, A. F. M. de. Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. **Revista Contemporânea Educação**, 2005.

SOARES, L.E. **Legalidade libertária**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

VIOLANTE, M. L. V. **O dilema do decente malandro**: a questão da identidade do Menor-FEBEM. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

VOGEL, A. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. **In: RIZZINI, I.; PILLOTTI, F. (orgs). A Arte de Governar Crianças**: a História das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011, 3^a ed, p.287-321.

ZANELLA, M. N. **Bases teóricas da socioeducação**: análise das práticas de intervenção e metodologias de atendimento do adolescente em situação de conflito com a lei. Dissertação de Mestrado, Universidade Bandeirante (UNIBAN), Programa de Mestrado Profissional Adolescente em conflito com a lei, 2011.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113 – 200 – Belém – Pará
<https://propesp.uepa.br/ppged/>

